

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CECÍLIA SOUZA RIOS

O descompasso entre o adolescer e o não viver: o que as autolesões e o suicídio desvelam sobre os entraves no laço social e sobre seu tratamento no território escolar?

Niterói- RJ

2024

CECÍLIA SOUZA RIOS

O descompasso entre o adolescer e o não viver: o que as autolesões e o suicídio desvelam sobre os entraves no laço social e sobre seu tratamento no território escolar?

Dissertação a ser submetida à banca examinadora como requisito obrigatório ao mestrado no Programa de Pós-graduação do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, na área de concentração Clínica e Subjetividade.

Orientadora: Prof^a Dra. Luciana Gageiro Coutinho

Niterói- RJ

2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Luciana Gageiro Coutinho (Orientadora)

Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dra. Luíza Oliveira

Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^a Dra. Andréa Martello

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a Dra. Cláudia Braga de Andrade (Suplente Externa)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a Dra. Paula Land Curi (Suplente Interna)

Universidade Federal Fluminense - UFF

Lanterna dos Afogados

*Quando tá escuro
E ninguém te ouve
Quando chega a noite
E você pode chorar
Há uma luz no túnel
Dos desesperados
Há um cais de porto
Pra quem precisa chegar
Eu tô na lanterna dos afogados
Eu tô te esperando
Vê se não vai demorar, oh
Uma noite longa
Pra uma vida curta
Mas já não me importa
Basta poder te ajudar
E são tantas marcas
Que já fazem parte
Do que eu sou agora
Mas ainda sei me virar
Eu tô na lanterna dos afogados
Eu tô te esperando
Vê se não vai demorar, oh
Uma noite longa
Pra uma vida curta
Mas já não me importa
Basta poder te ajudar
Eu tô na lanterna dos afogados
Eu tô te esperando, oh*

Hebert Vianna

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois independentemente do significado que cada um O conceda, acredito que Nele está a força para tudo. Agradeço a minha querida orientadora Dra. Luciana Gageiro Coutinho por ter me concedido a oportunidade de estudar um tema tão relevante para mim, por ter me fornecido as bibliografias necessárias para isso, por ler, corrigir e me ajudar a aprimorar o que escrevia, enfim, por me possibilitar sobremaneira a estruturar o que neste momento resultou nesta pesquisa. Agradeço às professoras Dras. Luíza, Andréa, Cláudia e Paula por me acompanharem novamente neste processo que envolveu a qualificação e agora defesa dessa dissertação. Suas leituras a respeito do que escrevi, juntamente com intervenções tão zelosas e importantes, será um ato de atenção sempre lembrado por mim. Agradeço aos meus colegas de Grupo de Estudos organizado pela professora Dra. Luciana Gageiro Coutinho pois vê-los sempre ali, desfrutando de uma experiência similar a minha, que é a pesquisa, me permitia a sensação de não estar sozinha, mas sim em conjunto, compartilhando. E agradeço, também, aos meus familiares e amigos, porque mesmo não envolvidos diretamente com o que eu estava estudando, me incentivaram a todo tempo, não me permitindo esquecer de que seria possível conseguir.

RESUMO

A presente dissertação buscou compreender de que maneira o meio social no qual os adolescentes vivem contribui para a presença de atos autodestrutivos, como as autolesões e o suicídio, notados com frequência nas instituições de ensino na atualidade. Frente a tal conjuntura procurou-se também pesquisar estratégias a serem desenvolvidas na escola visando atenuar este cenário. Numa interface entre a saúde mental, a psicanálise e a geografia, identifica-se que diversos conflitos e elaborações adolescentes acontecem de modo mais latente no interior das escolas e questiona-se que tais manifestações sejam classificadas como patológicas. Em função das peculiaridades que caracterizam a passagem da adolescência, discute-se o sofrimento e a dor que podem ser vivenciados por esses sujeitos nesta travessia, na qual a perda das referências simbólicas da infância e a busca por novos laços de ancoragem na cultura estão presentes. Considera-se particularmente a situação de jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica, destacando impactos subjetivos que exigem um trabalho psíquico sobre um duplo desamparo: um provindo da condição adolescente, na qual a dimensão da perda é relevante, e outro oriundo do delicado contexto sociopolítico experienciado por tais jovens. Nesta acepção, diante de tal conjuntura, geralmente situada em ambientes marcados pelo esgarçamento dos laços sociais advindo da lógica individualizante e excludente da sociedade vigente, destaca-se a importância da implementação no espaço escolar dos dispositivos de escuta analítica no coletivo como uma estratégia pertinente para lidar com esse problema clinicopolítico. Assim, nesta pesquisa apostou-se na metodologia da pesquisa-intervenção, contando-se como modalidade de trabalho de campo com a realização de oficinas com adolescentes em uma escola da rede pública de Niterói. Nestas, fugindo-se de toda mecanicidade exposta e praticada nas escolas, visou-se uma escuta dos adolescentes no território, concebida não apenas como mero recurso de pesquisa para tornar-se um abrigo onde a circulação da fala e da escuta tiveram como pauta a presença dos afetos no viver.

Palavras-chaves: Adolescência; Sofrimento; Desamparo; Laços Sociais; Território.

ABSTRACT

The present research work aimed to understand how the social environment in which adolescents live contributes to the presence of self-destructive behaviors, such as self-harm and suicide, frequently observed in educational institutions nowadays. In light of this situation, viable strategies were also studied to mitigate this scenario. Through an interface between mental health, psychoanalysis, and geography, it is identified that due to the fact that various conflicts and adolescent elaborations occur more prominently within schools, there is a question of whether such manifestations should be classified as pathological. Considering the peculiarity that characterizes the passage of adolescence, the peculiarities of suffering and pain that these individuals may experience in this passage, where the loss of childhood symbolic references and the search for new ties to culture are present, are explored. The situation of young people facing social and economic vulnerability is particularly considered, highlighting two types of vulnerabilities with subjective impacts that require psychological work on a double helplessness: one stemming from the adolescent condition, in which the dimension of loss is relevant, and another stemming from the delicate socio-political context experienced by these young people. In this sense, faced with such a situation, generally located in environments marked by the fraying of social ties stemming from the individualizing and excluding logic of the current society, the importance of implementing analytical listening devices in the school space as a relevant strategy to deal with this clinical-political problem is emphasized. Thus, this study relied on the methodology of intervention research, involving workshops with adolescents in a public school in Niterói as a fieldwork modality. In these workshops, aiming to avoid all mechanicality exposed and practiced in schools, listening to adolescents in the territory was sought, conceived not only as a mere research resource but as a refuge where the exchange of talking and listening centered on the influence of affects on our existence.

Keywords: Adolescent; Psychological Distress; Helplessness; Social Bonds; Territory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1: Adolescência e Território: um diálogo entre a educação, a geografia e a saúde mental	15
1.1. Conceitualizando Território e sua relação com a adolescência.....	15
1.2. O neoliberalismo e repercussões no território escolar.....	21
1.3. Mapeamento do suicídio juvenil no Brasil e seus possíveis marcadores sociais.....	23
1.4. O afastamento da escola na pandemia e o aumento da vulnerabilidade juvenil.....	35
1.5. Ações para o enfrentamento do problema do suicídio no Brasil.....	39
Capítulo 2: Adolescência, desamparo e território escolar: o que se descortina sobre o exercício de viver e o não-viver?	42
2.1. Adolescência: uma travessia do Outro.....	42
2.2. O desamparo constitutivo e o desamparo social na adolescência.....	46
2.3. O território escolar e a constituição de laços: alternativas frente às vicissitudes de ser adolescente.....	50
Capítulo 3: Esquadrinhando um território através da arte: a oficina Pincelando Sentimentos	57
3.1. Questões de Método	57
3.2. Na vivacidade das cores de Tarsila, a emergência dos “pesos”, “medos”, e “força”.....	59
3.3. Sobre o rompimento com a vida, o que a biografia de Van Gogh nos diz?.....	68
3.4. O surrealismo de Dalí e a inspiração para um sonho de vida.....	76

CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
ANEXOS	89
1. Produções dos alunos referentes à oficina de 2018.....	89
2. Termo de consentimento livre e esclarecido.....	92
3. Produções dos alunos referentes às oficinas de 2022.....	94

INTRODUÇÃO

Não vem se constituindo em fácil exercício para professores e profissionais da saúde permanecerem omissos à profunda infelicidade que muitos jovens sentem e que em seus corpos têm inscrito brutalmente. As autolesões e tentativas de suicídio deixam de ser casos extraordinários, para se tornarem legítimos reflexos de uma sociedade que aparentemente se mostra alheia aos reveses de sua juventude.

A escolha desse tema para minha pesquisa de mestrado originou-se do meu desejo em investigar as motivações que têm levado um número expressivo de jovens em pleno cume de sua evolução física e anímica tornarem-se suscetíveis aos atos autodestrutivos. Além do profundo incômodo em perceber a gravidade e abrangência do fenômeno entre os jovens, notar seus indícios em minha prática docente, enquanto professora de Geografia, trouxe-me a certeza da relevância que o tema possuía para mim. A percepção de que entre meus alunos a situação transcorria frequentemente e de forma disseminada, incitou-me a canalizar esforços que me possibilitassem através da pesquisa melhor compreender tal questão, e a partir disso, poder intervir na trajetória de jovens que debruçam-se aos atos autodestrutivos, sejam eles manifestos quando promovem autolesões ou quando definitivamente lançam mão do suicídio na interrupção do que são e de tudo que ainda podem ser.

Nesta acepção, a primeira vez que tive contato com a questão enquanto ministrava minhas aulas, foi no ano de 2018, numa escola da rede municipal de Maricá. Determinados alunos começaram aparecer com seus braços enfaixados, enquanto outros, em números pontuais, chegavam a buscar companhias para irem aos banheiros da escola planejando lançar mão das autolesões em seus corpos, realizadas muitas vezes coletivamente. Em meio aos acontecimentos que passavam a compor meu convívio naquele ambiente, decido elaborar uma oficina que apresento à escola com o intuito de especular prováveis razões que levam seres no início de suas vidas a atentarem contra as mesmas.

Presumindo que o suicídio se concatena diretamente com “os males” não dissipados da alma, tornou-se prudente para a feitura da oficina lançar mão de estratégias que possibilitassem aos estudantes desvelar aquilo de “tenebroso” que em palavras era silenciado, mas que em cortes era declarado de alguma forma. Dessa forma a oficina que abarcou alunos dos sexto e sétimo anos do Ensino Fundamental II para os quais lecionava, transcorreu no dia 26 de setembro de 2018 valendo-se do que já vinha sendo notado na escola e de toda a ênfase angariada pelo assunto neste mês. Individualmente ou reunidos em grupos, incumbi meus alunos a elaborem desenhos, peças de teatro, jograis, textos, poemas, poesias, paródias, ou qualquer outro tipo de apresentação que abordasse as inúmeras motivações capazes de estimular indivíduos ao suicídio. Neste sentido, ao propor a eles tal

atividade, tive como meta proporcionar uma aquarela de opções que os conduzissem à elaboração de produções que relatassem suas adversidades sem que fosse claramente revelado quem poderia estar vivenciando-as. Doenças enfrentadas por eles ou por parentes, desamparo familiar, ausência de amigos, bullying e questões amorosas traduziram-se nos possíveis motivos que antes silenciados, agora criativamente através das produções passavam a ser sinalizados.

Dentre as produções ganhou destaque a história do adolescente John produzido por um grupo de três alunos do sétimo ano do ensino fundamental II. No enredo, John era um menino sem amigos que sofria bullying na escola e não recebia atenção dos pais que, tal como ilustrado pelos alunos “viviam nas nuvens”, completamente alheios ao menino. É relatado que tais responsáveis além de distantes de John estavam sempre brigando. Em meio a todo esse sofrimento o menino se mutilava, ninguém o percebia, exceto um único ser solidário e voltado à sua dor, seu cachorro Rex, cuja morte não é suportada pelo menino e ele acaba cometendo suicídio, enforcando-se. Percebemos que os alunos ao fazerem alusão ao bullying, à ausência de amigos e ao negligenciamento dos pais no cuidado de seus filhos, valeram-se de uma história fictícia para exprimir questões reais e por que não possíveis de estarem sendo vivenciadas não somente pelos mesmos, mas por muitos outros? Em quais dimensões a questão do suicídio vinha/vem se colocando para eles para que tenha merecido ganhar voz?

Coube também relevo a uma outra história ilustrada feita por três alunos, matriculados no sexto ano, sendo um cadeirante, outro autista e uma menina com deficiência cognitiva. Na produção deles, um casal sem filhos passa por um dilema que é o fato da mulher descobrir que está com câncer de mama e ficar extremamente perturbada com a notícia e, apesar do marido tentar acalmá-la, por ela julgar a família sem condições financeiras para arcar com o tratamento, acaba sucumbindo e se suicidando com uma faca na cozinha. Estariam tais alunos, expressando por meio dessa apresentação, a sensação de incapacidade que desfrutam frente a questões delicadas experienciadas em seus lares, no meio das quais não contam com laços efetivos entre seus pares, para se sentirem amparados e assim não tenham que recorrer a fugas e/ou desfechos mais drásticos como o suicídio e/ou autolesões?

Inferi, após a experiência, que os ares suicidas que inebriavam aquele ambiente e persuadiam estudantes a se auto violentarem em prol de uma busca por marcar a dor psíquica em seus corpos ou mesmo por não mais existir, deslocaram-se, atenuaram-se, desmistificaram-se pela palavra. Percebi que o diálogo entre os educandos não mais se restringia aos possíveis motivos que inspiraram as produções enquanto as mesmas eram realizadas, conseguindo eles falarem de assuntos aleatórios também. As causas que motivaram as produções dos alunos, provavelmente não foram relegadas ao esquecimento, porém deixaram de ser protagonistas, para cederem espaço ao envolvimento com a oficina, cuja execução possibilitou aos educandos:

- Viabilizar a expressão daquilo que reverberava interiormente de forma negativa, levando-os a não mais preferir a busca pelo inexistir, mas sim ao resistir e vivo permanecer.
- Permitir o alijamento da reverência que o silêncio concedia ao assunto, que quando em palavras desvelado, deixava de ser temido, ou quiçá admirado, cabendo somente aos de fato tido como “corajosos” conquistá-lo.
- Tornar-se mais íntimos uns dos outros, já que no interior dos próprios grupos, a troca de confidências e exposição de sentimentos eram facilitadas, aliviando-se suas angústias e deixando-os mais próximos uns dos outros.
- Fortalecer seus recursos subjetivos e sociais, compartilhando experiências e sentidos para o existir na adolescência, elevando sua autoestima e desenvolvendo novas relações a partir de um olhar mais solidário e atento advindo do conhecimento sobre as fragilidades do outro.

As motivações para decidir tratar o assunto cresceram e se multiplicaram frente aos fenômenos que continuei a acompanhar na presente escola e entre os adolescentes de um modo geral. E somaram-se à preocupação com o outro, que, como professores e professoras, devemos ter e transmitir; ao natural afeto desenvolvido pelos educandos enquanto transcorre o cotidiano escolar, e ao cunho mais holístico sobre o papel do educador que não deve estar restrito a ministrar conteúdos, em suma, uma gama de razões que pareciam confluir para um único fim: a vida!

Assim, após concluir a elaboração desta oficina na escola, intuindo melhor entender o assunto, procurei me inteirar de meios que me conduzissem à pesquisa, participando como ouvinte num debate intitulado, Saúde mental e educação pública: de que sofrem os jovens?, e ocorrido na Faculdade de Educação da UFF em 3 de setembro de 2019. Neste debate a professora Dra. Luciana Gageiro Coutinho abordou que desde a Psicanálise a pesquisa interpreta o mal-estar dos jovens traduzindo a passagem adolescente como uma operação psíquica não vinculada às questões cronológicas da constituição do sujeito, mas às questões lógicas que se perpetram num tempo no qual o trabalho subjetivo de reinscrição no laço social incorpora efeitos sobre novos modos de representação do sujeito na sociedade.

Findado o debate, foi oferecido aos que ali estavam a oportunidade de comparecer a uma roda de conversa na qual seria possível falar sobre os indícios e/ou ocorrências referentes ao mal-estar no território escolar. Compareci a esta roda de conversa na qual estavam as professoras Dras. Luciana Gageiro Coutinho e Cláudia Braga Andrade que, ao ouvirem meu relato a respeito da experiência vivenciada na escola que trabalhei, me elucidaram que a partir disso era possível desenvolver uma pesquisa e dar mais visibilidade ao meu trabalho, concatenando minha prática docente com o mal-estar no território escolar ao referencial teórico concernente ao assunto.

Presto seleção para o Mestrado no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, matriculo-me, e sob a orientação da professora Dra. Luciana Gageiro Coutinho, começo minha pesquisa.

Constituindo-se num relevante problema de saúde pública com importantes repercussões para a população em geral, está o suicídio. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, BRASIL, Ministério da Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. Boletim Epidemiológico 2021; 52: 1) calcula-se que no planeta 700 mil óbitos têm como causa o suicídio, ato responsável pelo quarto maior motivo de mortes entre jovens de 15 a 29 anos de idade. A magnitude da situação já registrada por órgãos de saúde nacionais e internacionais, promove demandas que estão a desafiar não somente os serviços de atendimento psicológico e psiquiátrico infanto-juvenil, mas também as escolas e universidades que atendem jovens de todo país.

Complexidade e multicausalidade associam-se a tal fenômeno. Não fazendo acepção de suas vítimas, o suicídio atinge indivíduos de diversas origens, sexos, culturas, classes sociais e idades. Vários são os fatores que se articulam a sua ocorrência, perfazendo um leque que se distribui nas mais diversas origens, podendo ser sociológica, econômica, política, cultural, e não deixando de abarcar também os fatores de natureza psicológica, psicopatológica e até biológica. Transtornos mentais são associados frequentemente ao suicídio, sendo dentre esses a depressão o mais habitual.

Frente aos altos índices de suicídio na adolescência e ao necessário posicionamento da escola e dos educadores no tratamento dessa questão, a presente pesquisa tem por intuito ofertar sua contribuição aferindo de que maneira as adversidades articuladas aos contextos sociais e educativos contemporâneos afetam a saúde mental dos adolescentes, atentando-se assim também, para as estratégias que podem estar sendo acionadas dentro da escola em prol do fortalecimento do desejo de viver e da potência discursiva desses sujeitos para além da esfera familiar.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como o meio social no qual se inserem os adolescentes influi em sua inclinação a comportamentos autodestrutivos observados especialmente no âmbito escolar, bem como investigar possíveis estratégias de intervenção frente a essa situação na escola. Este objetivo geral decompõe-se nos seguintes objetivos específicos: mapear índices de suicídio na juventude brasileira e seus possíveis marcadores sociais; compreender o que tais comportamentos revelam sobre os laços sociais dos adolescentes e sobre o papel que a escola e o território vêm desempenhando na vida deles; aferir como a vulnerabilidade social articulada aos possíveis entraves presentes nos laços sociais e nos cotidianos escolares afeta o processo de elaboração psíquica pelo qual o adolescente está a passar e sua relação com os atos suicidas; conceber e realizar dispositivos de escuta no coletivo com adolescentes na escola; examinar as possibilidades

de fortalecimento da potência discursiva dos adolescentes, favorecida pelos dispositivos utilizados, projetando-os como meios de fortalecimento de laços sociais e de laços com a escola.

A presente dissertação é composta de três capítulos que apresento aqui, calcando-se nas referências bibliográficas da geografia em diálogo com a psicanálise e numa pesquisa-intervenção com adolescentes estudantes de uma escola pública situada no município de Niterói. Resta ainda a ser realizada, neste semestre, após culminância da escrita desta dissertação, uma devolutiva à escola em que realizei a pesquisa através da organização de um evento para o qual serão convidados membros do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil Monteiro Lobato, como uma estratégia de estreitamento de vínculos entre duas instituições, em prol da integração e construção de um rede territorial no tratamento das questões de saúde mental que atingem os adolescentes estudantes daquela escola.

Capítulo 1. Adolescência e Território: um diálogo entre a educação, a geografia e a saúde mental

1.1. Conceitualizando Território e sua relação com a adolescência

No campo da saúde, sobressaem-se os debates teórico-metodológicos que condizem com a imprescindibilidade de um conceito de saúde capaz de identificar que tanto os processos de produção das doenças quanto os de (re)produção de questões e conflitos da própria sociedade, delineiam-se mutuamente (Honorato, 2020). Segundo autores como Monken e Barcellos (2005) além de Faria e Bertolozzi (2009), tal movimento traduz-se no conceito de território, provindo da abrangência das discussões e trabalhos do geógrafo Milton Santos que transbordaram o âmbito disciplinar da Geografia. Faria e Bertolozzi (2009) colocam que as novas abordagens dessa categoria que vêm sendo tratadas nas últimas décadas especificamente a partir da obra de Milton Santos desvencilham-se da tradicional visão política do conceito de território. Compreendido como área de atuação do Estado até data não remota, o entendimento de tal conceito em função disso, só abarcavam as instâncias do poder público federal, estadual e municipal. Porém, concebendo-se o território como apropriação social (política, econômica e cultural) do espaço, oferta-se um salto qualitativo, tanto no que condiz às escalas quanto às funções que cada recorte territorial aceita. É sob essa concepção que o território angaria dinamicidade, modificando-se a partir do jogo conflituoso (de poder) característico das relações sociais.

o território é o chão e mais a população [...], o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2001, p. 96).

Valendo-se de tal conjuntura, para o autor, atualmente nos deparamos com novos recortes no território, sendo este fenômeno consequência das contemporâneas edificação e operação do território por meio de horizontalidades e verticalidades. Reportando-se às horizontalidades se conformarão os domínios da contiguidade, dos lugares vizinhos ligados por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades estarão organizadas por pontos não próximos, reunidos por todas as maneiras e processos sociais.

Nos dias correntes, constituindo os territórios, se encontram os lugares contíguos e os lugares em redes, porém essas não se referem ao espaço banal, ao espaço de todos, e sim somente a uma parte do espaço, e ao espaço de alguns.

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores. (SANTOS, 1994, p.19).

É colocado por Santos (1994) que hoje quando se fala em Mundo, se está especialmente falando em Mercado que, diferentemente do passado, atualmente perpassa tudo e ocupa até a consciência das pessoas. Mercado das coisas, incluindo a natureza; mercado das ideias, acoplando a ciência e a informação; mercado político. Com exatidão, traduzindo politicamente essa globalização perversa, está a democracia de mercado. O neoliberalismo juntamente com a democracia de mercado constitui os dois braços dessa globalização perversa e ambos são fundamentais para enfraquecer as chances de afirmação das formas de viver que possuem sua solidariedade calcada na contiguidade, na vizinhança solidária, ou seja, no território compartilhado.

Nesta perspectiva, observa-se nos dias correntes, a propensão dos lugares a articularem-se verticalmente, sendo a totalidade das ações voltada essencialmente para isso por todo o globo. Porém diante dos avanços viabilizados pela ciência, pela tecnologia e pela informação, as forças que erguem a fragmentação podem dar luz à outra ótica, canalizada para propósitos fundamentalmente distintos, permitindo aos lugares uma união horizontal capaz de produzir o acontecer solidário que é comprometido com o atendimento dos interesses da sociedade civil como um todo, independentemente das diferenças entre as pessoas e os lugares.

O conceito de território tem sido de grande valia para a área da saúde, quando se pensa nos atendimentos em rede e articulados à comunidade. Segundo Freire e Yasui (2014) estabelecer um serviço que se implemente aos moldes da lógica do território é achar e ativar os recursos locais presentes, assentando alianças com grupos e movimentos de arte ou com cooperativas de trabalho, visando-se que as ações de afirmação das singularidades e de participação social sejam reforçadas. Para isso, é necessário engendrar uma efetiva permeabilidade entre o serviço e os recursos do seu entorno.

Conectar-se à potencialidade do território, é tornar-se sensível e próximo aos modos de organização, de articulação, de resistência e de sobrevivência que os indivíduos pertencentes a tais espaços fazem uso, criam em seu cotidiano. Daí, semelhantemente a isto, Milton Santos (2001) perceber no cotidiano das pessoas uma flexibilidade, uma adaptabilidade e um pragmatismo existencial que se traduz na veracidade e riqueza deste cotidiano, devendo os movimentos sociais reproduzirem essas capacidades.

Assim, diversos autores do campo da saúde mental (Freire e Yasui, 2014) acrescentam que ordenar uma associação de amigos, familiares e indivíduos que experienciam transtornos psíquicos com presença e auxílio de outras instituições do território, montar intervenções culturais para serem apresentadas nos mais diversos espaços da cidade, publicadas em jornal ou informativo que trate de saúde mental, constituem-se em alternativas que fazem do território um cenário de encontros, meio para a concepção de processos de subjetivação e autonomização. Em tais encontros desperta-se a atenção para o assunto, e emergem atos de cuidado que transcendem o serviço, produzindo uma lógica assistencial em saúde mental contraposta à racionalidade médica hegemônica e à lógica do capitalismo globalizado.

Nesta perspectiva, cabe salientar que a eclosão das psicopatologias é resguardada pela inexistência de instrumentos culturalmente legitimados para o enfrentamento de conflitos, que emanam a partir da imposição de um tipo psicológico ideal. Friedemann e Narvaez (2020) compreendem tal fato como um obstáculo ao processo civilizatório, apontando que com a alçada da escola está a geração de meios que insiram o sujeito na cultura, auxiliando-o em sua transição da infância para a adolescência e desta para a idade adulta. É basilar a importância da instituição escolar para o jovem que está a passar por significativas transformações de seus conflitos internos.

É fundamental levar em conta diversos fatores que estão em jogo na crescente curva relativa aos suicídios juvenis, interrogando-se principalmente sobre as especificidades que se fazem presentes nesse grupo social. Segundo Friedemann e Narvaez (2020) a adolescência oportuniza aos que estão a vivenciá-la a constituição de um indivíduo que não mais em tanto se assemelha a figura dos pais. Visando-se tal reconfiguração caberá a este indivíduo a partir de um ambiente possibilitador de mudanças, desenvolver uma capacidade criativa que desatada do passado e do presente buscará a projeção do futuro desejado. Para a transcendência dessa problemática é fundamental aos jovens poderem contar com um espaço no qual sua singularidade e papel na cultura sejam fomentados através da alimentação dos seus desejos, do desenvolvimento de sua autonomia pessoal e independência em relação a família. Despontando-se como um lócus de referência em prol do desenvolvimento psíquico e social, a escola ocupa lugar central nesse processo, ao possibilitar a iniciação social e o representar-se num campo pelo qual se dará a passagem da vida infantil para a vida adulta.

Em função de muitos dos conflitos e elaborações adolescentes apresentarem-se mais expressivamente no espaço escolar, justifica-se o fato de professores e outros profissionais da educação, classificarem como patológicos determinados fenômenos que observam nos alunos. Devido a especificidade da adolescência, grande pode ser o sofrimento e dor sentidos pelo adolescente diante das transformações abarcadas por tal momento de perda das referências simbólicas da infância

e do necessário trabalho de encontrar novos laços de ancoragem subjetiva na cultura (Coutinho et al, 2020). O indivíduo pode adoecer mergulhando numa crise adolescente, que ao conflagrar-se em ambientes pouco acolhedores, é passível de ramificar-se em diversas psicopatologias. Estados de angústia, violência e atitudes nocivas constituem-se em múltiplas expressões dessas psicopatologias, que também se farão notar nos comportamentos autodestrutivos, como a ideação suicida e a tentativa de suicídio.

Beltrame e Boarini (2013) calcando-se num estudo exploratório elaborado entre o segundo semestre de 2008 e em 2009 e voltado à compreensão da demanda escolar dirigida a um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSI) do estado do Paraná, que teria de contemplá-la, colocam que muitos dos encaminhamentos realizados pela escola ao CAPSI acontecem porque tal instituição em sua generalidade não tem se mostrado apta a ter sucesso em suas funções. A maioria das pessoas envolvidas no processo de ensino sugerem o encaminhamento do aluno por não conceberem o fato do mesmo ter dificuldades em sua aprendizagem ou não comporta-se durante as aulas, como atributos não circunscritos somente a ele, mas sim gerados pelo âmbito institucional ou social no qual está inserido. Os autores colocam que apesar de tal quadro ser relatado pelas próprias entrevistadas da pesquisa exploratória – cinco funcionárias do CAPSi (uma psiquiatra, uma neuropediatra, uma assistente social, uma psicóloga e uma enfermeira que também exercia o cargo de coordenadora do serviço) - pais e profissionais da educação optam por uma solução mais rápida: o remédio. Solução que não cabe ao território escolar, mas sim é encaminhada à psiquiatria, adequando-se aos moldes de uma acelerada sociedade onde os entraves concernentes ao âmbito educacional não são resolvidos, e sim tornados menos evidentes via medicalização.

Nesse contexto, o CAPSI concebe-se como o meio para a aquisição do medicamento. Ao serem dirigidos da escola ao CAPSI, os adolescentes e as adolescentes são vestidos sob o discurso de que portam sintomas de patologias, como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade - TDAH- ou distúrbios de conduta, e, não em casos raros, passam a ser classificados como possuidores desses e de outros transtornos. Ao irem às consultas médicas, e ao realizarem exames, como eletroencefalogramas e tomografias, têm a prescrição de medicamentos como o apogeu desse processo. Salientando-se que “em texto divulgado pelo Ministério da Saúde sobre a política que orienta esse setor, toda demanda deve ser acolhida, o que não implica necessariamente atendimento. Uma alternativa pode ser, por exemplo, a desconstrução da demanda.” (Elia, 2005 apud BELTRAME; BOARINI, 2013, p. 346). As autoras expõem que além de tratarem um dos vários problemas característicos da interação entre educação e saúde, sugerem a reflexão sobre a prática implementada, buscando-se intervenções que proporcionem um desvinculamento da naturalização que vem sendo embutida na demanda de encaminhamentos de queixas escolares.

Os percalços abarcados no processo de implementação de um trabalho coletivo em saúde mental calcam-se na contraposição em ter de aplicá-lo numa sociedade sob a égide de valores focados no indivíduo, na competição, na liberdade e no consumo. Ademais, o essencial papel da população em estar zelando pelo cumprimento das funções referentes a tais instituições, não se faz presente e nem conta com motivações para se fazer.

De acordo com Cid e Gasparini (2016, apud FERNANDES et al, 2019) estudos têm concedido atenção para a relevância de intervenções colaborativas baseadas em relações horizontais nos processos de cuidado. Os resultados de uma revisão sistemática da literatura referente as intervenções em saúde mental infanto-juvenil no contexto escolar, apontam que pré-determinadas são as ações mostradas nos estudos pelos indivíduos que as coordenam. Desta forma refuta-se as demandas e potencialidades da população-alvo, dos contextos-alvo e da política de assistência ofertada por outros setores que realizam uma ação conjunta com à infância. Mediante a tal conjuntura, as autoras sugerem a elaboração de práticas e estudos que não desconsiderem as demandas inerentes ao contexto para que sejam angariadas às mesmas mais significado, viabilizando a ativa participação dos atores que de tal contexto fazem parte.

Nesta acepção, Fernandes et al. (2019) relatam a respeito de uma experiência que se refere a um recorte da atividade de extensão nomeada “A intersetorialidade no campo da saúde mental infantojuvenil: formação de professores e ações de promoção e prevenção da saúde mental no contexto escolar”, ofertada durante o ano de 2016 e articulada ao Laboratório de Pesquisa em Saúde Mental do Departamento de terapia ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. Expõem que a interação envolvendo a equipe do projeto de extensão e a direção da Unidade de Educação Infantil delineou-se através de ações intersetoriais que tiveram como ponto de partida acompanhamentos de crianças/estudantes com sofrimento psíquico, atendidas pela terapia ocupacional no raio de atuação do serviço escola da Universidade.

Costa, Almeida e Assis (2015, apud FERNANDES et al, 2019) colocam que concebendo-se a terapia ocupacional no campo da saúde mental, as ações se dão à luz de um novo paradigma, no qual o sujeito/coletivo juntamente com suas fragilidades e potencialidades deve registrar significativa atuação no processo de intervenção, buscando-se com isso a revitalização de sua autonomia e participação social. As ações empreendidas por tal projeto evidenciaram tal prática ao abarcarem de forma horizontalizada variados atores intersetoriais, como os familiares e os profissionais do campo da educação e a equipe do projeto no âmbito da saúde.

Conforme também sinalizam Couto e Delgado (2016, apud FERNANDES et al. 2019) a atuação da terapia ocupacional no campo da prevenção e promoção à saúde mental infantil elenca

como essencial direito à educação, as políticas de atenção e os direitos das crianças e adolescentes. Em outras palavras, as ações no cuidado à saúde mental de crianças e adolescentes requerem ser ministradas numa dinâmica social que comporte as diferentes formas de existência de tais indivíduos, devendo estes serem vistos como sujeitos de direitos.

A respeito disso, Fernandes et al. (2019) valendo-se das contribuições de Vicentin (2006), enfatizam que as ações de atenção à criança e ao adolescente devem se realizar de forma essencialmente abrangente, sinalizando que os conflitos e sofrimentos das crianças e dos adolescentes perpassam todo o campo social, manifestando desafios e questionamentos aos ideais adultos neles projetados. Nessa perspectiva, seus conflitos atravessam os âmbitos da família, escola e demais instituições, convocando o mundo adulto a permitir-se ao exercício de aferir constantemente sobre seu posicionamento.

Concatenando-se a tal contexto esses autores observam o quanto as dificuldades mostradas pelos pais das crianças e pela equipe escolar no que tange à compreensão a respeito do desenvolvimento infantil, cuja análise abarca somente a correspondência entre os aspectos do desenvolvimento e a faixa etária das crianças.

Nesse sentido, Souza (2010, apud FERNANDES et al. 2019) coloca que consubstancia-se num desafio para a escola resistir à normatização da vida, destacando que os processos educativos devem convergir para a contemplação da diversidade dos saberes, comportamentos e histórias inerente às pessoas e às comunidades, visando dessa maneira prevalecer sobre a lógica individualista do capital que intui a todo tempo eliminar as diferenças, nomeando de doença tudo aquilo dissonante à normalidade hegemônica.

As autoras ainda mencionando Souza (2010) explicitam que o saber hegemônico traduz o conceito de saúde como inexistência de doença, engendrando uma lógica de cuidado instrumentalizada por respostas rápidas, amplamente simbolizadas pelo uso de medicamentos e elaboração de diagnósticos que têm a possibilidade de servirem como uma lente na qual as dificuldades sobrepõem-se as potencialidades. Porém é destacado por Fernandes et al. (2019) que as ações referentes ao presente projeto não estiveram presas ao enaltecimento de diagnósticos psiquiátricos, tendo o processo de promoção e prevenção da saúde mental se dado pelo enriquecimento das potencialidades apresentadas pelas crianças, adolescentes, famílias e escola.

1.2. O neoliberalismo e repercussões no território escolar

Constituindo-se nos dias atuais sobretudo através do modo de vida neoliberal, a concorrência capitalista vale-se da educação para se estabelecer formando a subjetividade e investindo na objetividade do novo arranjo da educação mercantilizada ou “mercadorizada”. Nestas, a competição é completamente aderida e um novo ordenamento entre indivíduos e Estado através da educação formula-se. Há uma relação entre a mudança da forma do Estado e do papel da educação que não prioriza mais a formação de um sujeito de direitos e sim de “gestor de capital pessoal”.

De acordo com Laval (2020) sem sombra de dúvidas, um projeto global para a constituição de uma educação completamente capitalista está em vigor. Não se estipula mais nacionalmente as normas e padrões da “boa escola”. Globalmente tal incumbência é posta em prática pelas basilares organizações econômicas e financeiras internacionais, destacando-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), União Europeia (EU), etc.

Esse novo paradigma educacional global é essencialmente econômico e fundamenta-se no conceito de “capital humano”. A formulação da escola neoliberal bem como a disseminação mundial desse modelo foi empreendida por essas organizações que não protagonizaram sozinhas suas ações. Representando o ator mais potente esteve a coparticipação dos governos nacionais que ativamente escoraram-se no empresariado e nos *think tanks* a eles filiados.

O autor sinaliza dois elementos aos quais é necessário dar atenção. Um que o novo paradigma capitalista da educação toma como ponto de partida uma lógica geral guiada pelo preceito de instauração de uma ordem global estruturada na universalização da competição entre as economias, os Estados, as sociedades e suas instituições. Outro que sob essa circunstância de generalizada competição, os neoliberais compreendem a educação como uma entidade estratégica já que conjectura-se a precisão de fabricar material humano “competitivo” do qual será requerido encarar a guerra econômica global. Compondo essa estratégia de toda a população na luta por mercados e lucros estará a transformação da educação.

O Estado não se ausenta e sim concentra muitos esforços para fixar, no raio das fronteiras nacionais, a lógica normativa global pois está não se firma automaticamente nas sociedades. O desejo instintivo de mergulhar na “luta de todos contra todos” não está na vontade da maioria das pessoas. Elas tendem à impugnação da competição geral, por almejarem suas relações pautadas em mecanismos de solidariedade, conexões recíprocas, requisitos morais e tradições culturais que

promovam “qualidade de vida”. Especialmente no campo educacional observa-se a identificação com essa postura, por tratar-se de um lugar proeminentemente voltado para a transmissão de conhecimentos e valores, que pensa um espaço institucional desvinculado das iminências e exigências econômicas, e uma temporalidade própria, a do desenvolvimento individual. Para orquestrar a educação à produção de capital humano e assegurar que a “reprodução escolar” sirva às necessidades de acumulação de capital, ajustando o treinamento para postos de trabalhos já presumidos, o governo precisa ingerir eficazmente. Justificando tal demanda, estão esse arrebatamento por reformas e todas essas singelas mudanças que passam a ser sistêmicas.

O exemplo da educação é uma demonstração bastante eficiente de como o neoliberalismo não condiz com uma “retirada do Estado”, e sim com uma política governamental na qual o Estado torne-se um instrumento que viabilize a construção de uma sociedade de competição geral. Provindo disso, reside a necessidade de diferenciar “mercadorização” de “mercantilização da educação”. A primeira, se perfaz essencialmente pelo incremento dos alunos matriculados, e refere-se tanto à educação básica e superior pertencente ao setor privado, quanto à venda de produtos educacionais. A escolarização vale-se do mercado educativo para fortificar a reprodução de classes, pelo fato de somente os mais ricos poderem desfrutar do “bem educacional”. Já reportando-se aos setores públicos e privados, em todos os níveis de formação, está a “mercantilização da educação” na qual a luz da competição entre os estabelecimentos, mercados de escolas e universidades são erguidos. No bojo desta estratégia estará a implementação de medidas institucionais calcadas em justificativas ideológicas voltadas para as vantagens da competição, pretendendo-se com isso, estimular a “escolha das famílias” por uma instituição de ensino que delinear-se por tal viés. Essa “mercantilização” pode ser realizada transformando-se subliminarmente a educação em mercadoria, e conseqüentemente imprimindo uma lógica de gestão à educação. Caracterizando então o neoliberalismo escolar, estão a concepção da educação como mercadoria, e a adoção da competição como método para gerir o sistema integralmente, sem que isso signifique a “mercadorização” do sistema em sua totalidade.

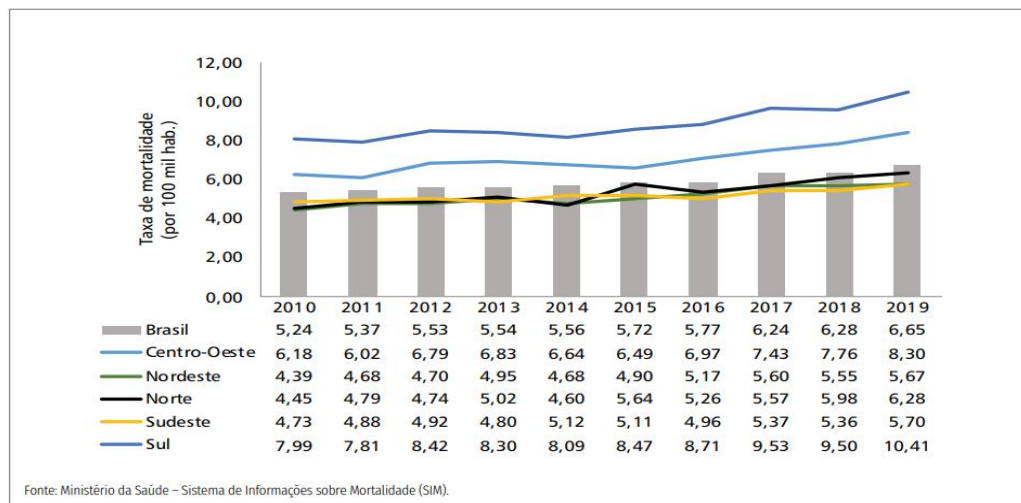
Para Laval (2020) em nível social e subjetivo o neoliberalismo confecciona através de todos os tipos de meios uma sociedade engendrada como um mercado competitivo onde indivíduos se rivalizam sendo obrigados a atuarem e se verem como empresas, munidos de capital a ser valorizado enquanto estiverem vivos. Ao não tomar o indivíduo como um sujeito de direitos e sim o gestor de um capital pessoal, o capitalismo essencialmente se metamorfoseia numa forma de vida e numa forma de subjetividade, nos levando a compreender na matriz de formação dessa subjetividade capitalista, o fundamental enquadramento da educação, sendo a função “antropológica” da nova escola capitalista, orquestrar desde a infância a construção desse capital próprio.

1.3. Mapeamento do suicídio juvenil no Brasil e seus possíveis marcadores sociais

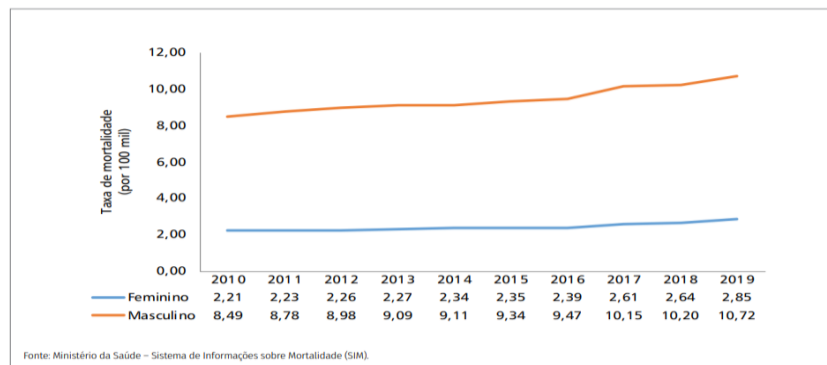
Tendo ciência da complexidade de questões que circundam o ato suicida, a tarefa de identificar suas causas e construir estratégias para o seu enfrentamento é bastante desafiadora. Assim para o engendramento de políticas públicas que possibilitem encarar a questão com especificidade, visando-se sua prevenção, se faz necessário entendê-la e analisá-la de forma mais territorializada.

O último Boletim Epidemiológico elaborado pela Secretária de Vigilância em Saúde (Ministério da Saúde, 2021), expôs nos últimos 10 anos, além do desenvolvimento da mortalidade por suicídio, o atual perfil epidemiológico das lesões autoprovocadas no Brasil.

Valendo-se de dados de óbitos por suicídio oriundos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), entre 2010 a 2019, e de notificações de violências autoprovocadas protocoladas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), em 2019, produziu-se um estudo descritivo onde inicia-se apontando que entre 2010 a 2019, 112.230 representou o número de óbitos por suicídio, registrando-se um acréscimo de 43 % na quantidade anual de falecimentos, deslocando-se de 9.454 em 2010, para 13.523 em 2019. Analisando-se as taxas de mortalidade condizentes ao período, detectou-se o crescimento do risco de morte por suicídio em todas as regiões brasileiras, com concessão de destaque às Regiões Sul e Centro-Oeste, as quais responsabilizam-se pelas maiores taxas de suicídio.

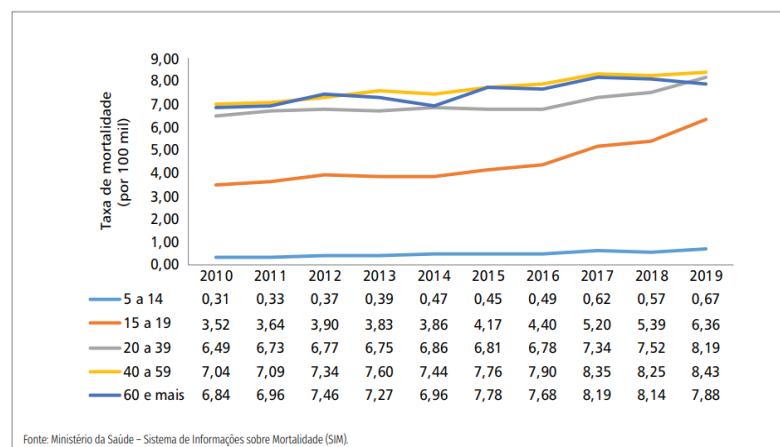


Quanto ao sexo, os homens possuem um risco de morte por suicídio 3,8 vezes superior ao das mulheres. Entre eles, enquanto a taxa de mortalidade por suicídio atingia 10,7 por 100 mil, no ano de 2019, entre elas, o valor correspondia a 2,9.

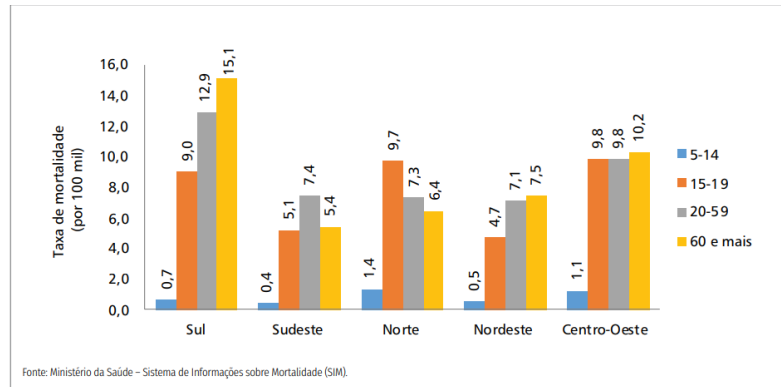


O estudo a respeito do avanço dessas taxas considerando-se a faixa etária revelou que em todos os grupos etários verificava-se o aumento da ocorrência de suicídios. Nessa categoria, adquire relevo um importante crescimento nas taxas de mortalidade entre adolescentes, apontando uma elevação de 81 % no período, ultrapassando 606 óbitos e uma taxa de 3,5 suicídios por 100 mil hab., para exibir 1.022 óbitos e uma taxa de 6,4 mortes para cada 100 mil adolescentes.

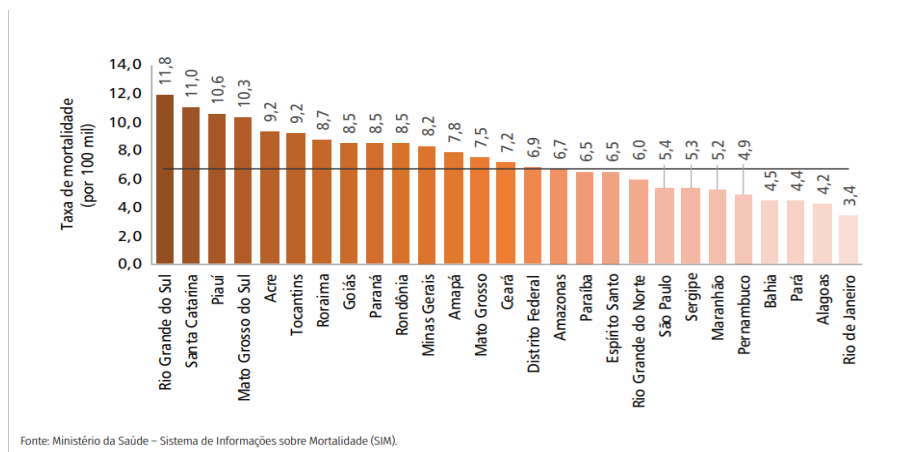
Ressalta-se também um seguro aumento de óbitos devido ao suicídio em menores de 14 anos. Nos anos de 2010 a 2013 coube a tal faixa etária um incremento de mortes ocasionadas por suicídio de 113 %, indo de 104 mortes e uma taxa de 0,3 por 100 mil, para 191 mortes e uma taxa de 0,7 por 100 mil habitantes.



Verificando-se a difusão do risco de morte por suicídio com base na faixa etária entre as regiões do Brasil, registrou-se que em 2019 as Regiões Sul, Norte e Centro-Oeste exibiram entre adolescentes de 15 a 19 anos, as maiores taxas de mortalidade. Os maiores aumentos percentuais de suicídios, também foram angariados por tais regiões entre os anos de 2010 e 2019, sendo os índices nessa ordem os seguintes: 99 %, 90 % e 99 %. Preponderando-se neste quadro, está a Região Norte, onde o público representativo do maior risco de morte por suicídio, foram os jovens de 15 a 19 anos numa taxa de 9,7 por 100 mil.



Passando para a observação da mortalidade por suicídio entre os estados brasileiros, notou-se que os estados da Região Sul do país denotaram taxas de suicídio maiores que à da média nacional. Liderando entre tais taxas, estiveram Rio Grande do Sul com 11,8 para cada 100 mil hab., e Santa Catarina com 11 por 100 mil habitantes.



Quanto às notificações de violências autoprovocadas, 124.709 tratou-se dessas no Brasil registradas no ano de 2019. Nesse cômputo, 39,8 % superior ao ano de 2018, as mulheres corresponderam ao maior contingente, totalizando 71,3 % dos casos.

Fixando-se na faixa etária de 20 a 39 anos, estiveram a incidência das lesões autoprovocadas com um percentual de 46,3 %. Ocupando a segunda opção, com 23,3 % dos casos, encontra-se a faixa etária de 15 a 19 anos. No que tange a escolaridade, um terço dos indivíduos tinha cursado por completo ou não, o ensino médio, restando ao ensino superior um percentual inferior a 7 %. Em relação à raça/cor, sobressaíram os indivíduos de cor branca, expressando-se em 47,3 %.

	N.º	%
Sexo		
Masculino	35.709	28,6
Feminino	88.983	71,3
Faixa etária		
Menores de 14	12.314	9,8
15 a 19	29.065	23,3
20 a 39	57.746	46,3
40 a 59	21.484	17,2
60 e mais	3.691	3,0
Ignorado	409	0,3
Raça/Cor		
Branca	59.031	47,3
Negra	52.917	42,4
Amarela	927	0,7
Índigena	665	0,5
Ignorado	11.169	9,0

Escolaridade		
Sem escolaridade	610	0,5
Ensino fundamental	32.293	25,9
Ensino médio	37.836	30,3
Ensino superior	8.331	6,7
Não se aplica	969	0,8
Ignorado	44.670	35,8

Evidenciou-se que as residências das vítimas foram os locais onde 82 % dos casos se deram, tendo-se um índice de 41 % no que se referiu a repetição dos mesmos. Quanto aos meios de agressão que as vítimas lançam mão para a realização das lesões autoprovocadas, 60 % deles correspondem ao envenenamento o qual é acompanhado pelos objetos perfurocortantes que alcançam 16,8 % dos casos.

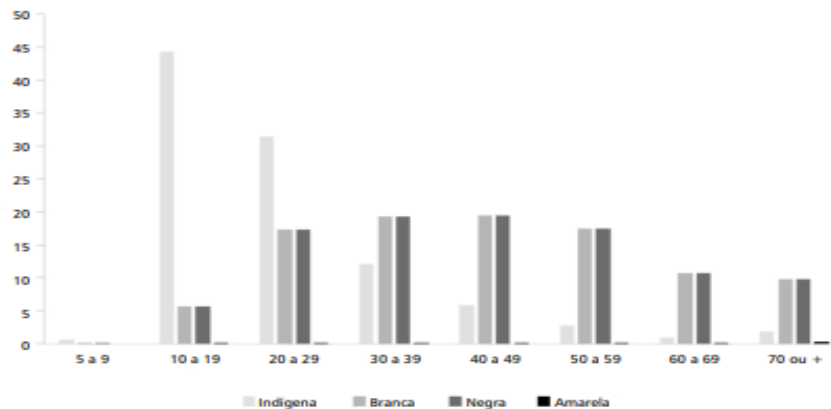
	N.º	%
Aconteceu outras vezes		
Sim	51.047	40,9
Não	46.330	37,2
Ignorado	27.332	21,9
Local de ocorrência		
Residência	104.686	83,9
Escola	1.598	1,3
Habitação coletiva	717	0,6
Via pública	4.786	3,8
Outros¹	3.924	3,1
Ignorado	8.998	7,2
Meio de agressão		
Envenenamento	83.470	60,2
Objeto cortante	22.421	16,2
Enforcamento	8.636	6,2
Objeto contundente	1.775	1,3
Substância/objeto quente	1.205	0,9
Arma de fogo	699	0,5
Outros	20.472	14,8

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações de Agravos de Notificação (Sinan).

Faz-se notório o rápido incremento que tem se verificado no país das taxas de suicídio entre adolescentes e jovens. A literatura vem concebendo a adolescência e o início da fase adulta como momentos cruciais para a eclosão de condutas suicidas. Enumerando o já conhecido campo de agentes

que se associam e articulam-se ao comportamento suicida dispõem-se sensações de tristeza, desesperança e a depressão, ansiedade, baixa autoestima, acesso à violência e discriminação nas instituições de ensino, ingestão de substâncias psicoativas e delicadas vivências passadas, dentre as quais destacam-se agressão física e sexual promovida pelos pais ou pessoas próximas. Precisamente quanto às instituições de ensino, cabe atenção o fato de a escola ocupar a segunda localidade para a ocorrência das autolesões, e nesse sentido por que não associar também o aumento da evasão escolar como um indício do arrefecimento dos laços entre os estudantes, não funcionando a escola como um espaço de pertencimento para os mesmos?

Considerando a proporção de óbitos de acordo com a faixa etária e raça/cor da pele, observou-se (Ministerio da Saúde, 2016), que na população indígena, 44,8 % foram colocados em prática por adolescentes (10 a 19 anos), valor oito vezes superior ao encontrado entre brancos e negros (5,7 %) em idêntica faixa etária.



Concebe-se como efetivo, o risco de óbito por suicídio em ambos os sexos entre a população indígena, devido os índices encontrados superarem em mais que o dobro de vezes quando comparado aos da população branca e também em virtude da alta proporção verificada entre os adolescentes. Harmonizando-se com tais dados, estão os estudos que revelam a vulnerabilidade dessa população entre sociedades espalhadas pelo planeta, e as maiores taxas de suicídio e de consumo de substâncias psicoativas entre os jovens indígenas em regiões ou nações como o Alaska, o Canadá, a Groelândia, os países nórdicos e a Rússia.

Pesquisadores e profissionais pertencentes a diversas áreas voltam-se à questão do suicídio indígena, e em função das importantes taxas, os estudos antropológicos, levantamentos epidemiológicos, bem como intervenções para a prevenção do suicídio, se dão em conjunto com as comunidades indígenas, essencialmente com as lideranças comunitárias e espirituais. Pretende-se dessa forma implementar instrumentos de prevenção que se articulem com a realidade de grupos indígenas presentes nas diferentes regiões do país. Mesmo diante de tais medidas torna-se

fundamental potencializar as redes comunitárias de proteção e promoção da saúde dos jovens indígenas, destacando-se nesse contexto ações intersetoriais que transbordem o setor da saúde.

No que se refere à juventude negra, em conjunto com diferentes áreas do MS (Ministério da Saúde), especialistas e Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos, o DAGEP (Departamento de Apoio a Gestão Participativa) organizou uma cartilha que coadunasse o entendimento sobre vulnerabilidades, pretendendo dessa forma, aparelhar a gestão na implementação de ações e estratégias em prol da prevenção do suicídio e do atendimento integral voltado às faixas etárias mais jovens da população negra.

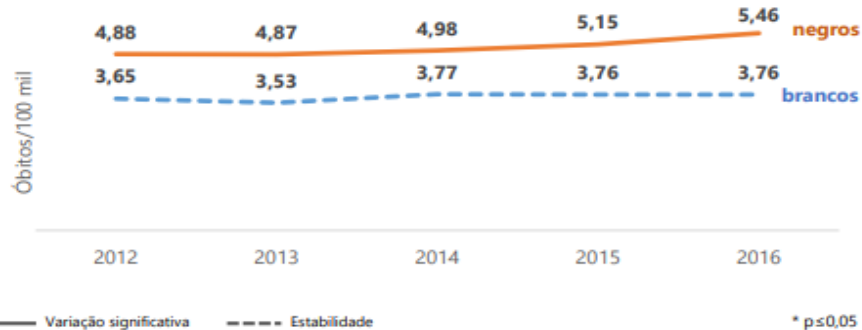
É informado no documento que podem ser identificados como determinantes sociais das condições de saúde segundo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional. Representando um dos grupos mais assolados pelo suicídio estão os jovens, especialmente os jovens negros sobretudo em função do preconceito, da discriminação racial e do racismo institucional. Em muitos dos casos há uma negação em relação às queixas raciais através da subestimação ou individualização. Passam a serem concebidas como um ocorrido pontual, não relevante, sendo até aos indivíduos que sofrem o preconceito imposta a culpa. Ao estigma que orbita o suicídio concatenam-se elementos estruturantes como o racismo, resultando no silenciamento em torno da questão e conseqüentemente obstaculizando as chances de se falar abertamente sobre o assunto.

Enumerando as razões mais efetivas para o suicídio em negros podemos listar: o não lugar, a ausência de sentimento de pertença, sentimento de inferioridade, rejeição, negligência, maus tratos, abuso, violência, inadequação, inadaptação, sentimento de incapacidade, solidão, isolamento social. E compondo o rol de causas interligadas, destacam-se: não aceitação da identidade racial, sexual e afetiva, de gênero e de classe social.

Nos anos de 2012 a 2016 foi registrado pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade que os valores dos suicídios entre negros superaram aos apresentados pelas demais raças/cores, atingindo 53,3 % em 2012, e 55,4 % em 2016. Na população indígena inscreveu-se para o ano de 2012, 2,1 % e para 2016, 2,9 %, enquanto dentre os categorizados como “pardos” – embora saibamos o quanto essa categoria tem abarcado muitos negros que se autodeclaram pardos- segue-se também a mesma proporção de aumento, de 46, 2 % (2012) para 49, 3 % (2016).

Estatisticamente a variação da taxa de suicídio entre adolescentes e jovens negros entre 2012 e 2016 foi expressiva, indo de 4,88 óbitos por 100 mil para 5,88 por 100 mil. Enquanto entre adolescentes e jovens brancos, esta mesma taxa seguiu estável, exibindo em 2012 e 2016, respectivamente 3,65 óbitos por 100 mil, e 3,76 óbitos por 100 mil.

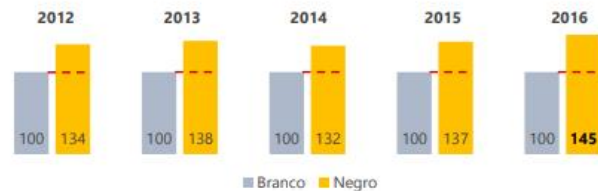
Tendência da taxa de mortalidade por suicídio entre adolescentes e jovens negros **creceu*** no período



Fonte: Análise do Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP/SGEPI/MS) utilizando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATASUS/MS).

Em todos os anos aferidos, comprovou-se que a quantidade de suicídios entre adolescentes e jovens negros ultrapassou a dos brancos desta mesma faixa etária. Sobre o ano de 2016 incidiu-se o maior risco, deparando-se para cada 100 suicídios de adolescentes e jovens brancos, 145 referentes aos negros.

Em 2016, o risco de suicídio foi **45% maior** em adolescentes e jovens negros comparados aos brancos

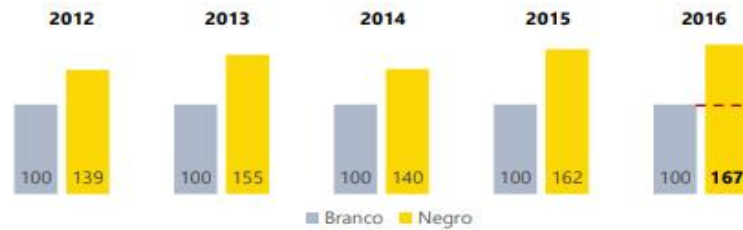


Em 2016, a cada 100 suicídios em adolescentes e jovens brancos, ocorreram 145 suicídios em negros

Fonte: Análise do Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP/SGEPI/MS) utilizando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATASUS/MS).

Na faixa etária de 10 a 19 anos, examinando as desigualdades raciais do suicídio, foi percebido para os adolescentes negros um risco crescente compreendendo os anos de 2012 a 2016. A cada 100 suicídios de adolescentes brancos em 2012, tinha-se 139 dentre os negros, disposição também notada no ano de 2016 quando apontou-se um risco 67 % maior de suicídio para os adolescentes negros em relação aos brancos.

Em 2016, adolescentes (10 a 19 anos) negros apresentaram um risco 67% maior de suicídio

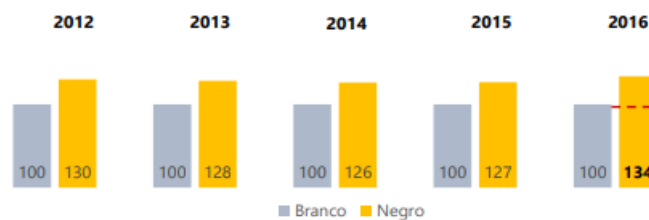


Em 2016, a cada 100 suicídios em adolescentes brancos, ocorreram 167 suicídios em adolescentes negros.

Fonte: Análise do Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP/SGEPI/MS) utilizando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATASUS/MS).

Observou-se também que o risco de suicídio de jovens (20 a 29 anos) negros foi preponderante em relação aos jovens brancos entre 2012 e 2016, podendo ser verificado que em 2012 para cada 100 suicídios de jovens brancos, 139 de negros e repetindo-se tal tendência em 2016 registrava-se um risco 34 % maior para os jovens negros, em comparação aos brancos.

Em 2016, jovens (20 a 29 anos) negros apresentaram um risco até 34% maior de suicídio



Em 2016, a cada 100 suicídios em jovens brancos, ocorreram 134 suicídios em jovens negros.

Fonte: Análise do Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP/SGEPI/MS) utilizando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATASUS/MS).

No que tange ao sexo entre adolescentes e jovens negros, a taxa mortalidade por suicídio expandiu-se 5,5 vezes mais no sexo masculino em comparação ao feminino no intervalo de 2012 a 2016. Enquanto em 2012 a taxa mortalidade para adolescentes e jovens negros do sexo masculino, assinalava 8,98 por 100 mil, em 2016 registrava 10,75 por 100 mil. Já entre as adolescentes e jovens negras, 1,73 por 100 mil consistiu-se na taxa média de suicídios em igual intervalo, significando que na população negra adolescente e jovem, aproximadamente, para cada um suicídio feminino, seis masculinos.

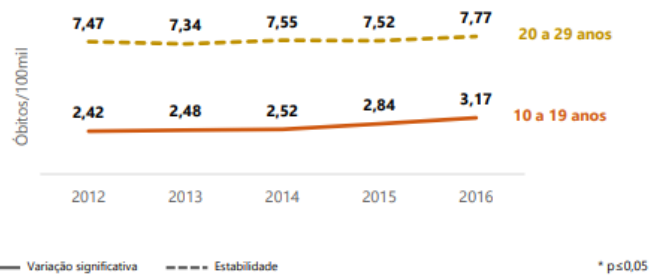
Taxa de suicídio **cresceu*** no sexo masculino e foi estável no sexo feminino, de 2012 a 2016*



Fonte: Análise do Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP/MS) utilizando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade.

Avolumando-se entre adolescentes (10 a 19 anos) negros no período de 2012 a 2016, e mantendo-se estável nos jovens (20 a 29 anos) esteve a taxa de mortalidade por suicídio. Em 2012 entre os adolescentes (10 a 19 anos) essa taxa foi de 2,42 suicídio por 100 mil, e no ano de 2016, 3,17 suicídios. Quanto aos jovens (20 a 29 anos) a mesma se manteve, mas ultrapassando em média três vezes mais que dentre os adolescentes, expondo dessa forma no período de 2012 a 2016, 7,53 óbitos por 100 mil jovens.

A taxa de suicídio **cresceu*** entre os adolescentes negros no período de 2012 a 2016, e foi estável nos jovens



Fonte: Análise do Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP/MS) utilizando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATASUS/MS).

No ano de 2016, Roraima representou o estado com a maior taxa de mortalidade por suicídio de adolescentes e jovens negros expondo 30 óbitos por 100 mil deles, sendo acompanhada por Piauí com 13,87 óbitos/100 mil. Listando as menores taxas de mortalidade por suicídio entre adolescentes e jovens negros elencaram-se os estados do Rio Grande do Sul (1,90 óbitos/100mil), Santa Catarina (2,10 óbitos/100mil) e Paraná (2,11 óbitos/100mil). Entretanto, é sabido que a concentração da população negra como um todo no Brasil também predomina no norte e nordeste do país.

Taxa de mortalidade por suicídio entre adolescentes e jovens negros, por UF, em 2016

UF	Óbitos/100mil	Continuação UF	Óbitos/100mil
Roraima	30,2	Alagoas	6,9
Piauí	13,9	Distrito Federal	6,3
Goiás	11,1	Rondônia	6,2
Acre	11,0	Pernambuco	5,8
Amazonas	9,6	Minas Gerais	5,7
Mato Grosso do Sul	9,5	Paraíba	5,2
Tocantins	9,2	Bahia	5,1
Ceará	8,7	Espírito Santo	4,8
Amapá	8,4	São Paulo	3,2
Mato Grosso	8,3	Rio de Janeiro	2,9
Rio Grande do Norte	8,3	Paraná	2,1
Pará	7,8	Santa Catarina	2,1
Maranhão	7,5	Rio Grande do Sul	1,9
Sergipe	7,3		

Fonte: Análise do Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social (DAGEP/SGEP/MS) utilizando dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/DATASUS/MS).

As estatísticas mostram que fortemente maléficos são os efeitos do racismo sobre os níveis psicológicos e psicossociais daqueles que o sofrem. Tratando-se de uma violação de direitos está a prática do racismo e da discriminação racial, atos dignos de condenação em qualquer país, destacando que no Brasil configura-se em crime inafiançável, previsto em lei. As implicações do racismo promovem repercussões que diretamente se concretizam no comportamento das pessoas negras que nefastamente passam a comungar com a humilhação racial e negação de si, ficando sujeitas às mais variadas vicissitudes, entre as quais está a prática de suicídio.

Contribuindo para a nossa reflexão, apresenta-se a perspectiva, de Frantz Fanon, ao destacar o quão complexo se torna o entendimento da universalização e consolidação da ordem mundial do capital quando as vertentes histórica e geográfica, não contemplam das repercussões do colonialismo e do racismo que compõem seu engendramento. Ao apurarmos as doentias sequelas das atuais reconfigurações econômicas perpetradas na sociabilidade e subjetividade humana, tais contribuições nos aludem a meditar a respeito da potencialidade do racismo em fixar um assimétrico compartilhamento dos bens materiais, possibilidades de representação de si e do mundo, afeto, sofrimento, negação e, especialmente morte.

Se em termos filosóficos seguirmos Fanon (2008), é legítimo constatar que o racismo não trata apenas de uma opressão política ou disseminação de estereótipos inferiorizadores, mas significa essencialmente a obstrução da fundamental prática de ver o “outro” como humano. O reconhecimento como humanas é alijado das pessoas negras, e frente a tal cenário, o devasso desvelamento de sua dor

e morte, não incita empatia nem indignação. Muitos são os casos nos quais os familiares e amigos de um jovem negro assassinado oriundo de uma comunidade periférica de São Paulo ou Salvador, para elaborar sua perda, possuem somente como alternativa, o bloqueio da ordem colocada, através de um protesto pacífico, ou fechamento de vias públicas com pneus e, eventualmente ônibus incendiados.

Em seu artigo “O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil”, Faustino (2019) também sublinha que o racismo não se circunscreve a um ato comum de inferiorização e estigmatização dos povos não brancos no âmago da sociedade capitalista, porém traduz-se numa estratégia de estranhamento que usurpa das pessoas negras os meios para que sejam identificadas como seres humanos tanto numa dimensão excêntrica quanto humano-genérica.

Se em sua generalidade, é concedido ao luto, um ritual de valorização calcado na história do falecido, quando a vítima da violência urbana é negra, a mesma é emoldurada publicamente como suspeita, até que se ateste o contrário, possibilidade que, segundo os dados contemporâneos da violência urbana, não conta com efetivo sucesso na maioria dos casos. Oportunizando tantas violências e ruptura de laços sociais, a sociabilidade contemporânea comporta em seu seio, uma assimétrica divisão, que não se limita aos diversos campos que a violência se manifesta, mas que também é percebida na capacidade enquanto sociedade em sensibilizar-se com essa dor. Faustino (2019) também coloca que essa histórica e socialmente específica assimétrica divisão provavelmente justifique a incipiente atenção ao racismo e aos autores e autoras negras na formação das mais variadas profissões referentes ao campo da saúde mental na qual se enquadra a psicanálise, destacando-se as prováveis implicações deste panorama na prática de tais profissionais essencialmente no que condiz a tão imprescindível contratransferência. Destaca que é nesse contexto que o instituto Amma Psique e Negritude vem sobressaindo-se à busca por profissionais negros, pois de acordo com os possíveis clientes, um profissional branco além de não comungar com repertórios sociais e simbólicos fundamentais à escuta, incorre-se ao risco de não expressar empatia com aquilo que ele possivelmente não detectaria como um problema subjetivamente importante.

O desafio, acima de tudo político, que se faz presente, é que o racismo, na qualidade de ideologia juntamente com seus claros resultados sobre o metabolismo social moderno, e brasileiro, em especial, simboliza um dos tipos de violência sistêmica ensejadoras do sofrimento psíquico e em determinadas situações, até de adoecimento. Caso os dispositivos de cuidado, em suas mais variadas modalidades, não se voltarem para esse quadro, podem transvestirem-se, seja pela ação ou pela omissão, numa segunda experiência de violência e negação. Se tal quadro não seja concebido como uma causa a ser tratada corajosamente num país de via colonial como o Brasil, especialmente

constituído por uma população de maioria negra, prosseguiremos à distância de boas intenções e práticas, reproduzindo a lógica colonial.

Desempenhando papel fundamental na prevenção ao suicídio entre os adolescentes está a escola e o fato de se ter amigos. O ambiente escolar é efetivo na promoção de autonomia para os adolescentes bem como na internalização por parte deles da sensação de pertencimento e aceitação. Somando-se a isso, destaca-se a conexão com a comunidade escolar que enfraquece o risco de tentativas de suicídio entre adolescentes negros, especificamente os adolescentes que residem em bairros mais carentes, por tal conexão traduzir-se num potente fator de proteção. Constituindo-se em consequências de séculos de discriminação, privação e negação de oportunidades, estão o desemprego e a incipiente capacitação profissional vivenciados por jovens negros. O desemprego em conjunto com a discriminação, a segregação e a falta de acesso aos cuidados de saúde funcionam como determinantes sociais completamente aglutinados ao suicídio entre jovens negros. É basilar que um suporte social para os adolescentes e jovens negros seja ofertado pela comunidade, já que a participação da comunidade serve de importante instrumento na prevenção do suicídio de um modo geral e, particularmente aos setores marginalizados.

Segundo o Boletim Epidemiológico de 2021, é pertinente também considerar a interferência que peculiaridades relacionadas às gerações Y (geração do milênio, englobando aqueles que nasceram entre os anos de 1981 a 1995) e Z (conhecidos como “natos digitais”, abarcando os nascidos após 1995) podem estar promovendo para o aumento das taxas de suicídio detectada entre os jovens. De acordo com o Boletim, no que tange precisamente à geração Z, estudos sugestivos mostram que tais indivíduos apresentam superior vulnerabilidade ao estresse, sendo acompanhados por maiores taxas de ansiedade, depressão, automutilação e suicídio. Segundo o boletim, a menor instrumentalização frente às adversidades e ao adiamento do prazer traduzem-se em fatores sociais que conduzem tais jovens a encaixarem-se em determinados quadros mentais propícios ao aumento do suicídio.

Nesse sentido, de acordo com os documentos estatísticos apresentados, os determinantes sociais, incluindo-se aqueles que se articulam ao acesso e permanência na educação, ampliam e redirecionam as perspectivas de adolescentes e jovens negros em relação à vida, sobressaindo-se como ações relevantes desse escopo o acompanhamento da frequência escolar, condições para permanência na escola/universidade e as cotas raciais nas universidades. Portanto, a partir do que foi mapeado pelos órgãos de saúde, os adolescentes que se encontram em situação sociais mais vulneráveis, tais como os indígenas, negros e outros que estão entre os que sofrem com o sentimento de não inserção social e escolar, são os mais presentes nos crescentes índices de suicídio. É urgente que se possa pensar e agir para que esses jovens possam ser vistos, valorizados como sujeitos únicos, avivados no sentimento de pertença aos seus grupos, nascendo e fortificando-se conexões sociais e

habilidades de resiliência frente as delicadas situações que se passam durante o viver. É necessário que a comunidade encontre parceiros e recursos para a constituição de uma rede de prevenção ao suicídio, é sadio para toda comunidade inclinar-se em prol de tal causa, pois perder um indivíduo no início de sua vida, é tristemente sentido por qualquer pessoa. Cabe aos profissionais da saúde e de educação atuarem frente aos sujeitos mais vulneráveis e de modo intersetorial trabalhar para que tal destino seja posto em prática pelo menor número possível de pessoas.

1.4. O afastamento da escola na pandemia e o aumento da vulnerabilidade juvenil

Representando ainda um fator acentuador de tais condições de vulnerabilidade social, desponta-se a pandemia de Covid-19, contexto no qual inicia-se a minha pesquisa de mestrado, quando desde fevereiro de 2020, ao registrar-se o primeiro caso no Brasil, não eram ainda eficientemente conhecidas as repercussões do vírus por médicos, cientistas e pela população em sua generalidade. Desde então, o Brasil enfrentou um longo período de incentivo ao distanciamento social, diante da ineficácia do governo em promover políticas efetivas de combate à Pandemia. Nesse período, acentuam-se as desigualdades sociais e as vulnerabilidades sociais de setores da população menos favorecidos economicamente.

Em meio a inauguração desse grande problema sanitário e social, na 1^a edição A pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus expôs neste mesmo ano (CONJUVE, 2020), a partir da escuta de quase 34 mil jovens espalhados por todo território nacional, uma totalidade de dados e evidências que viessem contribuir para entender as repercussões da pandemia e do distanciamento social imposto como medida sanitária, incluindo o impedimento de frequentar as escolas e outros espaços de socialização, especificamente sobre o público jovem.

Passados mais de um ano, o índice de infectados aumentava vertiginosamente arrebatando inúmeras vítimas. Trágicos foram os resultados econômicos e sociais para o presente e futuro dos jovens brasileiros impactados pelo pioramento da situação sanitária. Trágicas repercussões sobre a saúde mental, processo educativo, esferas profissional e econômica referentes à juventude, se fizeram fortemente presentes com o alargamento da assimetria entre as condições sociais. Perante a isso e a delonga que se impôs à feitura do censo demográfico, tornou-se mister a confecção de dados atualizados e o lançamento de evidências que possibilitassem análises contextualizadas capazes de produzirem resoluções seguras às adversidades impostas pela pandemia.

Dessa forma, a 2^a edição A pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (CONJUVE, 2021) pautou-se na escuta de mais de 68 mil jovens, buscando-se concomitante à pesquisa com eles

realizada, a construção e aumento de espaços de diálogo nos quais possam se estabelecer prioridades e direcionamentos pertinentes à juventude do Brasil, e se erguer tomadores de decisão públicos ou privados.

Já na edição de 2020 essas questões aparecem no discurso dos jovens sob a forma da inclinação para sentimentos negativos e tendo passados mais de um ano desde a eclosão da pandemia, de 10 jovens, 6 alegavam ansiedade e exacerbação no uso das redes sociais, 5 dentre 10 queixavam-se de exaustão ou cansaço contínuo, e 4 a cada 10 experienciavam insônia e distúrbios de peso. Quanto aos pensamentos suicidas ou de automutilação, foi verificado em 1 depoimento a cada dez. Frente a tais sensações, metade dos jovens consultados reconhecem ser fundamental a existência de atendimento psicológico na saúde pública, sendo 37 % o índice de indivíduos que alegam a necessidade desse tipo de serviço no interior das instituições de ensino. Presença em consultas de rotina, realização de atividade físicas e terapia são os mecanismos que os jovens apontaram como autocuidado. E no que recai sobre proteção e prevenção contra a COVID-19, detectou-se que o convívio social experimentou decréscimo, tendo-se maioria daqueles que usavam máscara em locais públicos e que desejavam a imunização, sendo 8 a cada 10, o número de jovens que ansiavam se vacinar assim que as doses fossem ofertadas às suas faixas etárias.

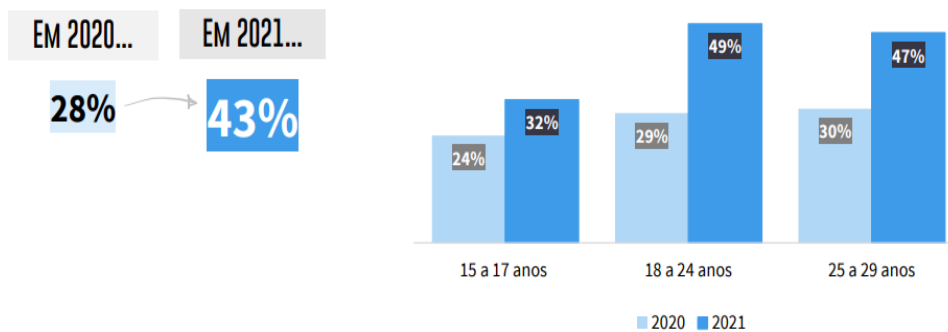
CONDIÇÕES DE SAÚDE FÍSICA E EMOCIONAL SENTIDAS COMO RESULTADO DIRETO OU INDIRETO DA PANDEMIA

		Mulheres	Homens	15 a 17	18 a 24	25 a 29
Ansiedade	61%	67%	49%	54%	62%	65%
Uso exagerado de rede sociais	56%	59%	49%	56%	57%	54%
Exaustão e/ou cansaço constante	51%	57%	40%	48%	52%	52%
Insônia	40%	43%	33%	38%	40%	41%
Ganho ou perda exagerado de peso	35%	39%	27%	30%	35%	38%
Brigas frequentes dentro de casa	21%	23%	17%	24%	22%	18%
Depressão	17%	18%	15%	13%	17%	20%
Aumento do consumo de álcool, cigarro ou outras drogas	10%	9%	10%	4%	10%	14%
Automutilação e/ou pensamento suicida	9%	10%	8%	12%	9%	8%
Nenhuma dessas situações	7%	5%	12%	9%	7%	6%
Outra.	2%	2%	2%	2%	2%	3%

23

O contingente de jovens que não frequentava a escola, deslocou-se de 26 % em 2020 para 36 % em 2021, sendo a alegação expressa pela maioria para a interrupção dos estudos, os reveses inerentes da pandemia, como dificuldades financeiras, razão representada por 21 % dos indivíduos, e os empecilhos para a realização do ensino remoto, responsável por 14 % dos consultados. Desejavam que seu retorno fosse acompanhado por estabilidade sanitária e situação financeira menos estrangulante. Entre tais anos, sobe de 3 para 4 a cada 10 jovens que após matriculados, pensaram em sair da escola, porém a preocupação com o futuro e a entrada no mercado de trabalho, traduzem-se nos motivos que os levavam a não desistir.

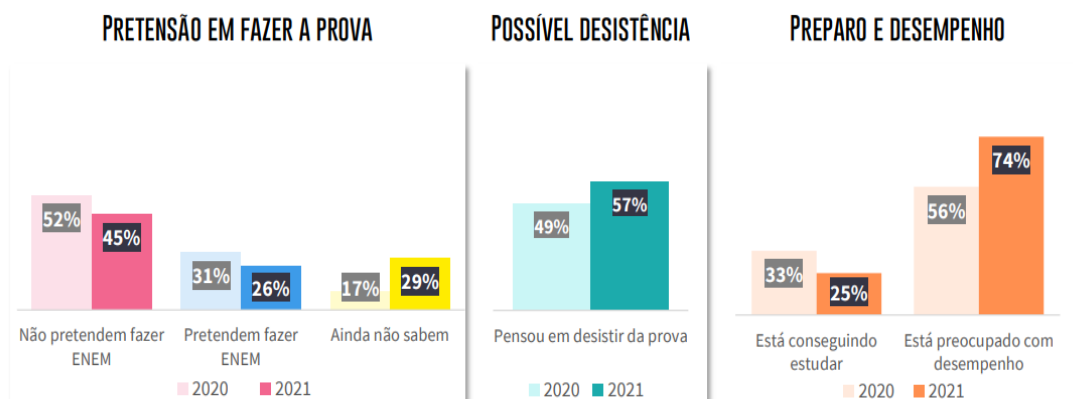
JÁ PENSARAM EM PARAR DE ESTUDAR



MOTIVOS PARA CONTINUAR ESTUDANDO

	Mulheres	Homens	15 a 17	18 a 24	25 a 29
Busco um futuro melhor	55%	57%	60%	53%	51%
Quero ter um bom currículo para entrar no mercado de trabalho	23%	22%	22%	24%	23%
Quero adquirir conhecimentos	7%	6%	5%	6%	9%
Gosto de estudar	6%	5%	4%	6%	10%
Por ser obrigatório	3%	2%	4%	2%	1%
Por incentivo/apoio da família	2%	2%	2%	3%	1%
Para ter algo para fazer	2%	2%	1%	2%	2%

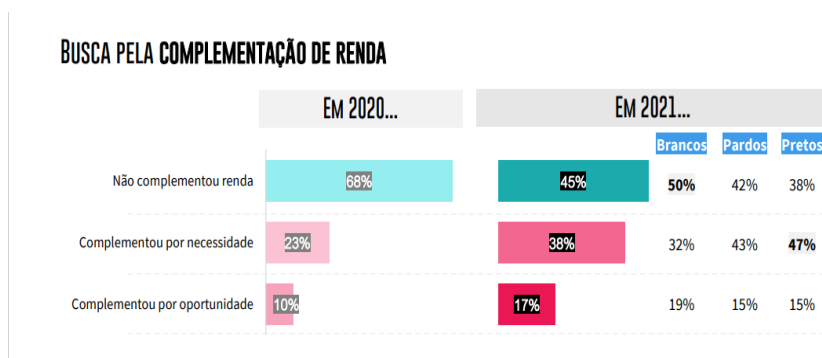
O não comprometimento com o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) também configurou-se num fator não favorável a permanência dos jovens na escola, detectando-se aumento tanto na quantidade de jovens não certos a realizarem a prova no ano de 2021, como também aqueles que já passavam a ter a não realização de exame em seus pensamentos.



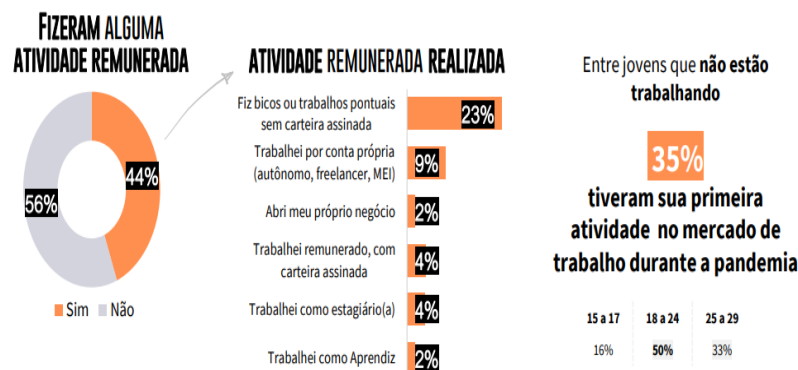
Já para os jovens que continuavam estudando, com todas as adversidades que lidavam, apontavam predileção pelo ensino remoto, por vir se tornando aparentemente algo habitual, tendo-se

61 % concebendo como essencial a oferta de atividades que promovessem maiores habilidades para lidarem com as emoções, e 55 %, requerendo meios que possibilitassem a abrangência de conteúdos curriculares pertinentes ao período que cursavam.

Quando indagados sobre renda a preocupação financeira entre os jovens atestou-se. Desde 2020 já se ratificava um aumento de jovens que não se encontravam trabalhando, observando-se que 3 em cada 10, afirmava que tal condição devia-se à pandemia. Nesse quadro, percebeu-se que a busca por complementação de renda havia crescido, na medida em que também cessou o auxílio emergencial. Daí enquanto em 2020, 23 % era a porcentagem de jovens que complementavam a renda, em 2021 a mesma subiu para 38 %, valendo-se sinalizar que entre jovens negros tal valor é ainda maior, atingindo-se 47 %.



A informalidade foi a forma de adquirir tal complemento, de 4 a cada 10 jovens que contaram com um valor extra, 2 exerceram alguma atividade sem carteira assinada, seja por conta própria, seja por ter aberto um negócio.



Porém para enfrentar as implicações da pandemia sobre o mercado de trabalho, 25 % dos jovens defendem como forma de ampará-los o investimento em novas funções por parte das

instituições públicas e privadas, enquanto enquadrando-se similarmente em porcentagem de 20 % estão aqueles que propõem políticas de renda emergencial para famílias vulneráveis, e os que recomendam o fomento de empregos formais.

Especificamente no que tange à prática de autocuidado 9 a cada 10 jovens empreenderam uma prática de autocuidado durante a pandemia, destacando dentre essas práticas atividades físicas. Quanto às consultas médicas ou odontológicas, a cada 10, 7 não realizaram e especialmente às psicoterapias 9 a cada 10 não se consultou, salientando-se dessa forma a promoção de políticas que que expandam o acesso a atividades voltados para o autocuidado. Em relação aos homens, as mulheres declaram mais sentirem os efeitos da pandemia, e possuem comparadas a eles, maior presença em consultas, terapias e submissão a procedimentos estéticos. E quanto aos jovens pertencentes à população negra (pretos e pardos) relatam em maior número não terem feito nenhuma dessas práticas.

ATIVIDADES REALIZADAS PARA CUIDAR DA SAÚDE		Mulheres	Homens	Branco	Negro
Fiz alguma atividade física	51%	51%	52%	56%	47%
Fiz pelo menos uma consulta médica de rotina	31%	35%	22%	37%	25%
Fiz pelo menos uma consulta odontológica	28%	30%	25%	33%	24%
Fiz terapia ocupacional (curso, trabalho manual etc)	16%	18%	11%	18%	13%
Atualizei outras vacinas (sarampo, hepatite, HPV etc.)	10%	10%	9%	11%	9%
Comecei a fazer psicoterapia	9%	10%	7%	13%	6%
Fiz pelo menos um tratamento estético	8%	10%	5%	11%	7%
Contratei um plano de saúde	4%	4%	3%	4%	3%
Contratei um seguro de vida	1%	1%	1%	2%	1%
Outras atividades	17%	16%	18%	18%	16%
Nenhuma dessas atividades	14%	14%	16%	12%	16%

1.5. Ações para o enfrentamento do problema do suicídio juvenil no Brasil

Diante de tal conjuntura, as redes de atenção APS (Atenção Primária à Saúde) e RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) passam a demandar maiores cuidados com a infância e adolescência, precisamente na existência de psicólogos e psiquiatras dotados de formação específica nesta faixa etária, de maneira que o pronto atendimento consiga o mais rapidamente possível estrutura e acolhimento essenciais. Igualmente importante, a partir dos dados levantados pelos órgãos competentes, bem como sobre a literatura que fundamenta os princípios da saúde mental baseada na concepção de território advinda da geografia, seria a implantação de estratégias de tratamento para

adolescentes e jovens que levassem em conta a presença de marcadores sociais configurando diferentes causalidades e modos de sofrer.

De acordo com o Boletim Epidemiológico de 2021, é apontado pela literatura que a conflagração dos suicídios pode ser impedida, a partir de amplas medidas de prevenção integralizadas com diversos setores da sociedade, dentre os quais destaca-se a educação. Servindo como mecanismos de prevenção ao suicídio, elenca-se o fundamental engajamento de gestores e profissionais de saúde em prol da confabulação de estratégias e determinação de ingerências comprometidas com a questão, além de uma associação intersetorial visando-se a construção de redes de apoio à comunidade.

Torna-se mister salientar que o suicídio e as autoagressões são fenômenos que carregam em seu bojo a estigmatização e a subnotificação. Obstaculizando a procura de ajuda que possui como principal objetivo a manutenção da vida, está o descrédito generalizadamente concedido ao tema do suicídio e da saúde mental em sua amplitude. É necessário compreender que conceder voz ao ato suicida traduz-se sobremaneira como um meio de prevenção do que como um meio de risco, coadunando também para a dissociação estigmatizada que realizam em torno da questão. Assim falar sobre o suicídio sem conceder ao tema um tom de espetáculo e uma série de estigmas, e sim voltando-se para uma abordagem que preze pela conscientização e esforços para prevenção, pode consubstanciar-se numa eficiente forma de encarar o problema de saúde pública emblemado pelos suicídios.

A ampliação da rede assistencial em todos os níveis de complexidade também se traduz em ação crucial, precisamente no componente ambulatorial que possui sua atenção voltada para o atendimento a crises e urgências. Os primeiros lugares onde as pessoas que tentaram suicídio contam com cuidados, são os serviços de urgência e emergência, porém esses muitas vezes não possibilitam aos indivíduos que experienciam transtornos mentais atenção integral e continuada.

Mediante a isso, o acompanhamento e monitoramento desses casos pela rede de atenção à saúde, deve ser pautado pelo acolhimento específico e pelo estabelecimento de uma relação terapêutica contínua entre o usuário e os profissionais da saúde tanto na APS quanto na RAPS. Eficientes ingerências calcadas em indícios e dados legítimos, podem ser postas em prática com indivíduos e grupos particulares, tendo por intuito evitar tentativas de suicídios e consequentes mortes. Nesta perspectiva, a Atenção Primária à Saúde, é tática na prevenção do suicídio, sustentando-se em potenciais estratégias e ações capazes de propiciar a prévia detecção e prevenção de situações em que o risco e a vulnerabilidade se fazem presentes.

Voltando-se a precisão de organizar os indícios e estratégias inclinadas à precaução ao suicídio, a OMS em apoio aos países no enfrentamento deste problema de saúde pública, publicou o guia “Life Life” do qual compoendo as estratégias estão:

- A proibição dos pesticidas mais perigosos e restrição ao acesso a armas de fogo, redução do tamanho das embalagens de medicamentos e instalação de barreiras nos locais de risco de suicídio.
- Adoção de estratégias responsáveis de comunicação, evitando matérias sobre o suicídio que descrevam a ação e que possam levar à imitação. A recomendação é que a imprensa neutralize relatos de suicídio, enfatizando histórias de recuperação bem-sucedidas e trabalhe com abordagens de conscientização e remoção de conteúdo prejudicial como métodos de suicídio.
- Ações de promoção da saúde mental e programas antibullying, como links para serviços de apoio e protocolos claros quando o risco é identificado para as escolas e universidades.

O guia atenta para a relevância em estar tornando os profissionais de saúde hábeis quanto ao discernimento, classificação e antecipado acompanhamento dos sujeitos em situação de vulnerabilidade, sinalizando que cabendo aos serviços de emergência está a oferta de instantâneo acolhimento àqueles que se encontram em situação delicada.

Podemos notar, entretanto, que prevalecem as estratégias de abordagem individual do problema, bem como desarticuladas no que diz respeito aos diversos setores que oferecerem assistência ao público juvenil, dentre eles a escola. De modo semelhante, a questão dos marcadores sociais como determinantes dos índices de autolesão e suicídios, não é suficientemente levada em conta na construção de estratégias de enfrentamento à situação de segregação e vulnerabilidade social que evidentemente está na base do incremento do sofrimento psíquico de certos grupos sociais.

Diante disso, adiantamos aqui, como recurso ao enfrentamento desse problema clínico-político, a possibilidade de implementar no interior das escolas dispositivos de escuta analítica no coletivo, como já tem sido feito por alguns autores (Coutinho et al, 2020; Rocha& Lima, 2021; Primo, Rosa & Carmo-Huerta, entre outros) constituindo-se em uma iniciativa seguramente válida a ser explorada nos capítulos seguintes. Tais espaços consubstanciam-se em estratégias de resistência mediante o enfraquecimento dos laços sociais empreendido pela lógica individualizante e excludente da sociedade vigente. Asseveram que nos ambientes onde a vulnerabilidade social ganha relevo, essas iniciativas legitimam-se em satisfatórios instrumentos clínicos e políticos, tomando-se a coletividade como grande potência para o fortalecimento e preservação dos laços sociais no seio de populações fortemente segregadas dentre as quais destacam-se a negra e a indígena.

Capítulo 2. Adolescência, desamparo e território escolar: o que se descortina sobre o exercício de o viver e o não-viver?

2.1. Adolescência: uma travessia do Outro...

Lidar com jovens envolve compreender de início o trabalho psíquico que está em questão na adolescência essencialmente o que neste trabalho se refere ao resgate do campo edipiano com a inserção na puberdade e suas repercussões no psiquismo. (KLAUTAU et al., 2021). Desassemelhando-se da puberdade, a adolescência deve ser entendida não fundamentalmente como uma etapa cronológica, mas como uma operação psíquica que não contempla uma demarcação exata no tempo, diferenciando-se conforme cada sujeito e cada cultura. Assim, muitos são os autores da psicanálise (Rassial, 1997; Lacadée, 2011; Corso; Corso, 2018) que lançam mão de termos como *passagem*, *transição* e *travessia* para reportarem-se à *operação adolescente*, termo mais afeito ao campo da subjetivação e de constituição psíquica, ligada a uma mudança de posição subjetiva e à assunção da posição de sujeito adulto que em nossa sociedade vem postergando-se, chegando-se até mesmo a não ser nunca desempenhada por determinados adultos.

Ou seja, as metamorfoses físicas e biológicas da puberdade, apesar de coadunarem com a adolescência, não são solitariamente responsáveis em promover uma transformação psíquica e uma mudança na posição subjetiva, fundamentais para que o sujeito tenha a oportunidade de simultaneamente ressignificar sua história pessoal e adentrar na coletividade. (KLAUTAU et al., 2021). Na transição da adolescência o que está no cerne é a busca do desejo, achar um destino para ele que transpasse o seio familiar por meio de rearranjos psíquicos e subjetivos. Nesta perspectiva, em termos freudianos, a revivescência do complexo de Édipo na adolescência pode ser entendida como uma reedição, pois no transcorrer dela realizam-se a superação das fantasias incestuosas, a separação dos ideais parentais e a escolha de novas referências identificatórias.

Apresentando-se como simbólica, a missão da adolescência se manifesta pelo distanciamento que o adolescente deve exercer em relação a sua família nuclear para experienciar a interação com laços sociais mais abrangentes. Carneiro e Coutinho (2020) reafirmam, de acordo com Freud já em 1905, que a adolescência constitui-se numa das atividades psíquicas mais relevantes e “delicadas” demandada pela puberdade, que inclui o declínio da autoridade dos pais (Freud, [1905] 1972:213). Em harmonia com as contribuições de Alberti (2004), salientam também o quanto o trabalho subjetivo requerido do adolescente para sua travessia se dá de forma marcante e complexa ao contar com o

atravessamento das transformações biológicas e dos embaraços oriundos do defrontar-se com a própria alteridade e com o real do sexo. Dessa maneira, na adolescência, diferentemente do que ocorria na infância, não se conta mais com os asseguramentos ofertados pelos pais, e sim com a perda desses, pois ao adolescente é direcionado um trabalho de elaboração das escolhas e da falta no Outro. Os adolescentes e as adolescentes recusam ocupar uma posição de objeto alienado ao desejo dos pais, e buscam desligar-se desse Outro primordial idealizado.

De acordo com Alberti (2010), Sigmund Freud, já no início de suas suposições, percebia que a primeira relação do sujeito quando vem ao mundo, se perpetra por meio de um Outro que o antecede, toma o bebê como um objeto único para a concretização de seus desejos, e intervém no bebê de tal maneira que ele se constituirá fundamentalmente num produto da relação de ambos, sendo esses, o Outro e ele mesmo. Partindo do princípio que o Outro é anterior ao sujeito, isso se dá porque o gera. O primeiro Outro, para o bebê, envolve basicamente os pais, ou seus substitutos, traduzindo-se na mesma coisa.

O conceito de Outro, implementado por Jacques Lacan, sustenta-se, em primeira instância, na referência a uma alteridade: é na presença do Outro que eu me constituo em minha singularidade.

O termo Outro é iniciado com letra maiúscula devido a uma razão muito singela: não estamos tratando de um outro qualquer, mas sim um outro dotado de uma particularidade no que tange aos tantos outros que o sujeito vai interagir, sendo este a absoluta instância para a qual o bebê pode buscar suplicar no seu desamparo fundamental, como ressaltava Freud (Alberti, 2010).

Como observa Alberti (2010), com o desenvolvimento do bebê e suas próprias experiências de vida, a alteridade paulatinamente vai sendo absorvida pela própria subjetividade, de modo que ele estabeleça sua própria conformação de si. O sujeito adolescente já colocou em prática uma gama considerável de experiências que permite a esse Outro compô-lo, não furtando-lhe a possibilidade de inclinar-se a reconhecê-lo em substitutos com os quais vai deparar-se no decorrer de toda sua vida. Verdadeiramente, é possível afirmar que o próprio inconsciente do adolescente é neste momento, esse Outro, alteridade que o eu do sujeito não identifica como sendo ele próprio. A autora destaca que esse é um critério decisivo para determinarmos o fim da infância: a permanente anexação do Outro da infância de jeito que o sujeito não seja mais potencialmente subordinado à idealização dos pais da sua infância. A toda criança é característico a idealização de seus pais, porém ao delinear seu crescimento, passa a notar gradualmente suas falhas, de maneira que o terreno vai se estruturando rumo ao processo de separação típico da adolescência.

A separação trazida aqui, não é do Outro neste momento absorvido, e sim dos pais imaginários e idealizados, tornando-se possível somente ocorrer, se a inclusão dos pais tiver sido

bem sucedida. Quanto mais forte for essa inclusão, maior eficácia se atribuirá à herança dos pais, constituindo-se em instrumento para que o sujeito adolescente consiga agir guiando-se por suas decisões, pois não havendo o reconhecimento do sujeito desse Outro que age nele, este sempre se manifestará como efeito do inconsciente.

Alberti (2010) também coloca que para Freud o desejo é inconsciente, assim todo desejo é desejo do Outro, algo que podemos comprovar de saída na relação do bebê com o Outro original: se o bebê é cuidado por uma boa mãe, como destaca D. W. Winnicott, é porque tal mãe tem por intuito humanizar ser filho, com base num desejo que ela desconhece a maneira de expô-lo claramente, mas que sem sombra de dúvidas é manifesto por ela. O conceito winnicottiano se articula efetivamente aqui em função de que quando se refere ao desejo não existe parâmetro, regulamentação, nem mesmo um protótipo a ser obedecido. Somente posteriormente, como tudo em psicanálise, é que se tem a confirmação no que se consistiu uma mãe para seu filho. É a partir dos desejos dela que provém as necessidades do bebê, isto é, que é cabível a ele esboçar o que deseja do Outro. Porém, tratando-se de uma mãe definitivamente boa para seu filho, fará parte do comportamento dela, direcionar demandas ao bebê, podendo ele não preferir atender para deixar aberto o espaço do desejo-desejo anterior à demanda, que não pode ser fielmente revelado, mas que refere-se a toda uma razão de viver.

A não satisfação das demandas dos pais pelos adolescentes justifica-se pelo fato de ter recebido deles a posição desejante. Fala-se corriqueiramente a célebre frase que o adolescente passou a “pensar com sua própria cabeça”. E trata-se de uma reflexão correta, principalmente porque o adolescente aguenta conviver sem o peso de ter que aprazer as demandas dos pais, não se amedronta perante a possibilidade de perder o amor deles, porque já percebeu perfeitamente que tal amor não perderá facilmente, e também porque a esse amor já não é concedido tanta prioridade por parte do adolescente. O adolescente se vê como autor de um desejo que não se situa no lugar onde estava o maior peso de suas relações: na demanda de amor para assegurar um suporte frente ao desamparo fundamental.

Conforme ressaltam Coutinho et al. (2020) segundo Freud, o desamparo, tradução em português para o termo *Hilflosigkeit* é uma condição intrínseca ao sujeito humano, cujo surgimento em sua obra manifestou-se no texto *Projeto para uma psicologia científica* ([1895]). A insuficiência e dependência ao nascer constituem-se em característica humana, estando a sobrevivência do bebê e a constituição de sua subjetividade atadas à existência de um cuidador. Realizar a mediação entre o recém-nascido e o mundo, amparando-o na regulação de seus processos psíquicos são atribuições do *Nebenmensch*, expressão elaborada por Freud para referir-se a importante figura do cuidador também denominado como “o próximo” ou “homem que se situa ao lado”.

Entretanto, o sentimento do desamparo experimentado pelo sujeito não sucumbe em função do atendimento às primeiras necessidades do recém-nascido proporcionado pelo ambiente ou pelo *Nebenmensch*. Ao longo da vida, voltará o sujeito a experimentar esse sentimento de angústia quando se perceber envolto por circunstâncias onde o medo engatado à sensação de perigo, promoverá um incremento da excitação pulsional que inviabilizará potencialmente sua capacidade de elaboração. A adolescência coincide com um desses momentos, quando a perda das figuras de referência da infância, produz desamparo e exige um grande trabalho psíquico para elaborar uma série de mudanças físicas e subjetivas. Entendida como momento de reinscrição do e no laço social, novo encontro com o Outro, tal fase abarca em seu bojo uma travessia que acarretará:

“[...] deparar-se com a reedição da experiência de desamparo inaugural diante do excesso pulsional que até então se dá e que exige novos modos de se representar como singular no coletivo, através de novas narrativas e novos endereçamentos discursivos.” (COUTINHO et al., 2020, p.121).

Deste modo, o adolescente deve colocar-se ciente que não existem meios para fugir do desamparo fundamental intrínseco ao ser humano, por mais difícil que seja está verdade, ele tem que compreender que o Outro não tem a capacidade de livrá-lo de todos os males, reduzindo-se a muni-lo com alguma espécie de recurso que o leve a enfrentar o desamparo sozinho. Como destaca Alberti (2010), uma gama de termos para isso são conhecidos em psicanálise, sendo o mais propagado o conceito de castração. Estimulado em mitos e rituais oriundos de várias culturas, Freud teve a oportunidade de averiguar nelas que as práticas de castração, reportam-se às inscrições no corpo, nos limites que cabe a cada sujeito notar em meio às leis da humanidade. Visando-se consentir o desejo é fundamental reconhecer a castração da qual o desejo se nutre! Aos pais também reincidi a castração, sendo por tal motivo que é permitido aos filhos partirem, trazendo consigo a melhor bagagem que puderem angariar! Se permitir defrontar com o desamparo, com os impedimentos, sujeitar-se à castração simbólica, é o duradouro trabalho de elaboração na falta do Outro que condiz à adolescência.

No perpassar de toda trajetória da adolescência, terão ocasiões nas quais será necessário ao sujeito voltar depressa a, agora já fictícia, relação que preservava com os pais: um abrigo para suas esgotantes investidas de resistir à separação. Mas à medida que o processo se conclui, e se o sujeito não reluta tanto com o inconsciente que o define, não será mais no colo do pai que ele acha refúgio, mas sim no Outro do inconsciente que lhe constitui subjetivamente, dotado de suas heranças que lhe servem de fortaleza.

2.2. O desamparo constitutivo e o desamparo social na adolescência

Como vimos, a elaboração da adolescência implica inevitavelmente em uma quota de desamparo. Entretanto, quando este tipo de elaboração é permeada por conjunturas de vulnerabilidade social, um aumento do desamparo experienciado pela condição adolescente pode ser desencadeado. Como afirmam Klautau et al (2021) uma das prováveis repercussões de um trabalho de subjetivação que é posto em prática sob condições delicadas condiz com o embaraço em relação ao luto necessário à saída do registro da infância e o desenvolvimento de um futuro. Nesta acepção, uma espécie de imobilização frente a situação de perdas, pode ser notada, encontrando-se muitas vezes no registro das autolesões e tentativas de suicídio uma chance de saída para a desesperança no futuro e para a dificuldade em validar potencialidades próprias.

De grande importância nesse processo de separação dos pais estão as experiências sociais, coletivas e os grupos de jovens – a função fraterna- já que servem de suporte a partir das identificações horizontais que propiciam. Através da circulação horizontal existe a oportunidade de se fortalecerem traços identificatórios imprescindíveis à possibilidade de mudarem suas escolhas e seus destinos. (Kehl, 2000 apud KLAUTAU et al., 2021). Identifica-se uma situação de vulnerabilidade específica da adolescência, uma vez que no bojo da travessia do mundo da infância para o mundo adulto estão as perdas e conseqüentemente o trabalho de elaboração de luto não somente da condição de criança, mas juntamente contemplando os ideais articulados às primeiras identificações instituídas dentro da família. No momento que as identificações se desfalecem, seja na adolescência ou em outros períodos da vida, é necessário ao ideal do eu, uma reedição, tornando-se também um trabalho da adolescência fundamental a reelaboração dos ideais, pois por referenciar os caminhos do desejo, viabilizam ao sujeito uma ideia de si e uma orientação na existência. (Coutinho, 2005 apud KLAUTAU et al., 2021).

Porém quando consideramos o caso dos jovens desprovidos economicamente é importante atentar-se que sobre suas subjetividades dois tipos de vulnerabilidades são recaídos, e logo é necessário um trabalho psíquico para um duplo desamparo. Um da condição adolescente onde a dimensão da perda se faz notória, e outro específico da condição de vulnerabilidade a qual estão submetidos. Tem-se uma juventude que além de experimentar todas as vicissitudes relativas ao desamparo do Estado que nega-lhes o básico como estudo, saúde, moradia e possibilidade de ir e vir, convive cotidianamente com a violência peculiar às comunidades que habitam.

No momento que o infantil adormecido é acordado pela presença do corpo púbere, uma inquietante estranheza cria-se: o jovem não se identifica mais com o olhar de seus pais, passando dessa maneira a experimentar um estado de desamparo. Com a chegada da puberdade, o sujeito é

surpreendido por uma travessia na qual será exigido dele que simultaneamente mude, permanecendo o mesmo. Dessa maneira, para adentrar no mundo dos adultos, é necessário desarraigá-se de uma parte de si, ou até mesmo chegando a desligar-se da condição de dependência infantil. Ao deixar para trás uma parte de si, visando assegurar sua sobrevivência, em meio a possibilidade de se perder devido a tanto ser preciso mudar, o sujeito *adolesce*. Frente a isso, um trabalho de luto passar a ser operado objetivando-se fazer com que a reelaboração dos ideais na adolescência tenha significado.

Quando o sujeito está envolto pelo processo de desidealização das figuras parentais e por isso distante das primeiras influências na constituição dos ideais, ele necessitará procurar novas referências identificatórias na cena social. No texto de *Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar*, Freud ([1914].) fala sobre a propensão da criança, antes mesmo da puberdade, em resgatar as idealizações da infância que orbitavam sobre a figura dos pais, idealizando outros objetos compartilhados pela cultura. A percepção de Freud sobre os jovens é de que tais sujeitos parecem rastrear no âmbito público pessoas detentoras de qualidades que remetam aos seus primeiros objetos idealizados, transferindo para os novos objetos, sua admiração.

Em outras palavras, a separação do primeiro ideal não é realizada totalmente e nem de forma súbita, o que significaria cair no desamparo, pelo fato dos pais idealizados serem responsáveis por um lugar essencial na constituição do sujeito. A decepção na relação com o primeiro ideal e as referências identificatórias representa também uma ferida narcísica, parecendo ser a estratégia da idealização uma forma que viabilize ao sujeito achar novos objetos para empregar e restaurar seu narcisismo.

Porém, a reelaboração dos ideais na adolescência presume uma desconexão do ideal infantil onipotente que, contraditoriamente busca ser recuperado por meio do investimento nos objetos compartilhados socialmente. Ou seja, inicialmente, esses novos objetos achados no social não passam de sucessores dos pais idealizados, sendo numa entrada mais abrangente do sujeito no campo social através de um trabalho de elaboração psíquica que implica numa transformação do que se estruturou preliminarmente dentro da família.

Respeitando a realidade do inconsciente, a perspectiva da psicanálise não se harmoniza especificamente com a noção de um ideal que deva ser aderido para satisfazer um protótipo de pais ou de educação. Carneiro e Coutinho (2020) mencionam sobre o acautelamento presente na máxima freudiana ([1937]1976) quanto aos três ofícios impossíveis: analisar, educar e governar. Considerando a possibilidade de uma educação plena, guiada por um saber ideal e universal calcado no saber científico que intenta abarcar toda a realidade, a desilusão emergiria como fatal resposta a tal propósito.

Semelhante ao que ocorre na relação dos adolescentes com seus pais, a interação desses com os professores, também será marcada pelo declínio de ideais e pelo apartamento da figura paterna referenciada por Freud ([1914]1974), mesmo que o mestre não se posicione frente aos seus alunos como legítima “figura paterna”. Nesta acepção, pautando-se numa relação de transferência, o adolescente pode tanto se afinizar com o mestre, quanto reprovar sua autoridade, ensejando possivelmente no adolescente dúvidas ações e no educador um mal-estar próprio da prática educativa com adolescentes.

Somando-se às questões com a autoridade, observadas na relação professor-aluno e nos outros representantes da instituição escola, também se farão notórias uma gama de questões que os adolescentes desenvolverão com seus pares, notando-se rivalidades, disputas, desconfianças. Conforme elucidado por Freud ([1930]1980), elencando um dos três essenciais motivos para o mal-estar na civilização despontam a velhice do corpo, o desequilíbrio que ficamos à mercê, em função dos fenômenos naturais, e a relação com o outro. De modo que os conflitos com a escola e na escola podem ser entendidos como mais uma das manifestações do mal-estar na adolescência, marcado pelas questões sociais e institucionais que lhe atravessam.

Analisando o reencontro com o Outro na adolescência, Gutierrez (2003) destaca a singularidade da escola em servir aos jovens como uma prospecção de seu lugar no mundo adulto e de seu assentamento na esfera pública. Isso por promover-lhes repercussões sobre o campo da subjetividade, através da familiaridade com o saber culto por meio das atividades pedagógicas e do contato com os professores e colegas.

A Constituição Federal brasileira proclamada em 1988, em seu segundo capítulo nomeado *Dos Direitos sociais*, presume que todos cidadãos brasileiros tenham assegurado o direito à educação (Brasil, 1988). Mesmo que os governos, em seus diferentes setores, já viessem voltando sua atenção à questão escolar já antes da promulgação da CF, a escola até o presente momento encontra-se assimetricamente distribuída pelo território nacional. Com a declaração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), variadas ações visando-se a proteção integral das crianças e adolescentes e dos seus direitos, como o da educação, receberam privilégio. Faz-se ainda necessário salientar a essencial função da escola no que se refere ao progresso pessoal e social dos sujeitos. Na própria lei 9.394/96 que determina as diretrizes e bases da educação nacional é apontado que as atribuições da escola não se limitam a questão da formação acadêmica, abarcando também em seu bojo a formação ética e social do aluno, o desenvolvimento de um pensamento crítico e a temática da cidadania (Brasil, 1996).

Nas últimas décadas, compondo a rotina das escolas da rede pública, está a permanente ausência de estrutura por parte do Estado com o afastamento das *redes de proteção* e com a aceitação do discurso neoliberal que dissemina a ideia de um estado mínimo, afetando a rede pública. Um Estado que não têm o compromisso de ofertar ao cidadão garantias, perde o lugar de confiabilidade, deixando os sujeitos que necessitam de sua ancoragem, sem perspectiva de futuro. Neste estado de coisas alunos da rede pública, sobretudo jovens nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio¹, comungam em seus cotidianos com a incerteza, com a desestabilização e com as frágeis condições das instituições de ensino. Porém, mesmo imersos em tal conjuntura, permanecem deparando-se com a cobrança de uma efetiva produtividade, especialmente no que condiz ao rendimento escolar.

Assim é possível pensar que estados de desigualdade, de injustiça social e de privação material contribuem na fabricação de um tipo de sofrimento cujas origens transpassam a maneira peculiar do indivíduo se comportar, mostrando como a precarização e vulnerabilidade dos laços de pertencimento e coesão social no território abalam a posição e a experiência do sujeito no mundo, intervindo nos processos de construção identitária e de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido (Klautau et al, 2021). Torna-se fundamental então destacar as repercussões oriundas das desigualdades sociais, que depreciam, envergonham e não identificam as potencialidades dos sujeitos, provocando marcas psíquicas detentoras de ínfima ou inexistente visibilidade social. Os sujeitos possuidores de tais sofrimentos, acabam não contando com suportes necessários para o engendramento de estratégias capazes de lhes distanciarem da dependência e conseqüentemente não impeli-los ao processo de desfiliação social.

A partir da psicanálise, pode-se pensar ainda que, somando-se ao processo de desfiliação social pode estar o desamparo discursivo (Rosa, 2013) de muitos sujeitos que são alijados de um lugar de fala, sendo silenciados além de excluídos. Segundo Rosa (2013) essa condição é decorrente da perda de laços identificatórios com os semelhantes que deveriam ser compartilhados entre os grupos

¹ No Novo Ensino Médio a carga horária excede de 2400 para 3000 horas, traduzindo em mais tempo de ensino para alunos e professores. Somando-se a isso, há os investimentos de recursos por parte do governo visando-se a ampliação das matrículas em tempo integral. Possibilitando a escolha das trilhas de aprofundamento e eletivas pelos educandos, estará para análise deles diferentes itinerários formativos no Novo Ensino Médio. Objetiva-se a partir dessa perspectiva abranger os conhecimentos dos alunos em áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza ou Ciências Humanas e Sociais, ou até mesmo numa formação técnica e profissional que poderá ser oferecida pela escola. Com a validação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, os novos referenciais curriculares feitos nas 27 UF, bem como a formação de professores, os recursos e materiais didáticos, juntamente com as matrizes das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica e do Exame Nacional do Ensino Médio, estarão em harmonia com as competências e habilidades categorizadas para cada uma das áreas de conhecimento na BNCC, parecendo espelhar uma formação sólida a todos os estudantes.

Disponível em: < <https://encurtador.com.br/IRZ34>>. Acesso em: 15 fev.2023.

socialmente excluídos. Esse processo traduz-se na consequência da condição de invisibilidade e do cruel silenciamento que subjuga tais indivíduos sob à égide dos discursos hegemônicos da sociedade, usurpando-lhes a condição de sujeitos. Não tendo como suporte a solidariedade, ficam sem lugar na sociedade, sem voz e à margem da política.

2.3. O território escolar e a constituição de laços: alternativas frente às vicissitudes de ser adolescente

De acordo com o que afirmam Coutinho et al. (2020), permeando sempre a adolescência, perceptível ou imperceptivelmente está a seguinte questão: vale a pena viver? Freud ao participar em 1910 de um Colóquio em Viena sobre o Suicídio, traz pela primeira vez o tema à reflexão da psicanálise. Regulares casos de suicídios entre alunos de escolas secundárias motivaram a realização do Simpósio na Sociedade Psicanalítica de Vienna em 1910, onde são trazidas questões que até os presentes dias permitem pensar o suicídio à luz da psicanálise. Naquela ocasião, mencionando uma “libido desiludida” Freud buscou elucidar os casos de suicídio, essencialmente ressaltando a importância em agregar maiores conhecimentos a respeito da melancolia, o que de fato tem sido feito. Entretanto aqui nos deteremos no que diz respeito à relação entre o suicídio e a adolescência.

No que concerne à interferência da escola sobre o “desejo de viver” é salientado pelos autores que Freud veementemente assinala que a escola secundária por lidar com alunos adolescentes não pode mostrar-se alheia à tal situação, mas sim conceder-lhe relevante atenção.

Se é o caso que o suicídio de jovens ocorre não só entre alunos de escolas secundárias, mas também entre aprendizes e outros, este fato não absolve as escolas secundárias; isto deve talvez ser interpretado como significando que no, concernente aos seus alunos, a escola secundária toma o lugar dos traumas com que outros adolescentes se defrontam em outras condições de vida. Mas uma escola secundária deve conseguir mais do que não impelir seus alunos ao suicídio. Ela deve lhes dar o desejo de viver e devia oferecer-lhes apoio e amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os compelem a afrouxar seus vínculos com a casa dos pais e com a família. Parece-me indiscutível que as escolas falham nisso, e a muitos respeitos deixam de cumprir seu dever de proporcionar um substituto para a família e de despertar o interesse pela vida do mundo exterior (...) A escola nunca deve esquecer que ela tem de lidar com indivíduos imaturos a quem não pode ser negado o direito de se demorarem em certos estágios de desenvolvimento e mesmo em alguns um pouco desagradáveis. A escola não pode adjudicar-se o caráter de vida: ela não deve pretender ser mais do que uma maneira de vida (FREUD, 1910/1996, p.245).

Atualizando as observações freudianas a respeito da função psíquica ocupada pela escola na adolescência, para Canavêz e Câmara (2020) é importante destacar o protagonismo da escola durante a adolescência no que tange ao processo de extenuação dos ideais parentais em prol do desenvolvimento de novos referenciais. Funcionando como mito, momento de passagem ou trabalho

de luto, a adolescência inevitavelmente coloca em questão, a problemática do laço social, uma vez que mostra a ponte responsável pela identificação dos primeiros referenciais com aqueles partilhados na cultura.

A temática do laço social é abordada em dois textos de Freud: *Totem e tabu* (1913) e *Psicologia das massas e análise do eu* (1921). No primeiro, Freud apresenta sua versão a respeito da formação das democracias modernas através do mito da chamada horda primeva (Freud, 1913[1912-13] /1974). Nesse mito, uma sociedade ministrada pela força, subjugada pelo poder absoluto de um chefe tirânico, torna-se uma comunidade fraternal governada pela Lei. Será o dissabor compartilhado entre os irmãos em virtude dos privilégios gozados só pelo pai da horda, que os conduzirão a matá-lo, gerando tal assassinato um forte sentimento de culpa e a consequente interdição de ocupar novamente o lugar de poder absoluto exercido pelo pai da horda. Os irmãos sentindo-se profundamente culpados, tornam-se habilitados para viver “democraticamente”, porém permanentemente comprometidos em impedir a volta de um poder tirânico. A figura do desamparo também se faz presente neste mito para dar sentido o laço entre os irmãos. Precisariam eles apoiarem uns aos outros objetivando dessa forma, manter o repúdio às inclinações agressivas e sexuais a fim de instituírem os ideais em comum. Dois elementos assegurarão o laço entre os irmãos e a manutenção da sociedade em si: o vínculo com o pai da horda, representado simbolicamente como lei, e o vínculo com um ideal acordado coletivamente.

Já no segundo texto, *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), o laço social é elucidado através de dois eixos principais. Um reportando-se a um laço verticalizado, sendo caracterizado pela relação com o líder ou com um ideal comungado por todos. E outro, tomando as horizontalidades das identificações dentre aqueles que compartilham desse mesmo ideal. O laço com um ideal é crucial para que as identificações perpetradas a partir dele, sejam mantidas. Daí na versão freudiana do laço social, evidenciar-se que para a existência de uma sociedade é fundamental a estruturação de um ideal compactuado socialmente, com o qual ainda o sujeito adolescente diretamente se encontra na passagem do ambiente familiar para o espaço público.

A adolescência opera como uma experiência única para averiguar os entraves referentes ao laço social contemporâneo. Sendo assim, a análise da adolescência ultrapassa uma suposta faixa etária ou ainda uma categoria social, permitindo tal travessia uma clara evidenciação do laço social. A experiência adolescente pode servir realmente para problematizar a visão de mundo adultocêntrica, enfatizando a produção de saídas que tais sujeitos vêm realizando para angústia gerada pelo presumido vazio vindo do enfraquecimento dos referenciais.

Indo além da projeção derrotista e adultocêntrica a respeito da adolescência, Coutinho (2005) se inclina a pesquisar os grupos formados pelos adolescentes de hoje. Para a pesquisadora, detecta-se uma ascendência de grupos espontâneos que em muitos casos não possuem um líder específico, nem leis bem demarcadas. Tais grupos orbitam sobre um laço fraternal socializante que foge do laço que se engendra no interior das famílias, ou em instituições disciplinares, como a escola, que pormenorizam normas a serem obedecidas pelos adolescentes. Sob essa ótica, cabe destaque ao uso que tais sujeitos fazem de plataformas de mensagens, como o *WhatsApp*, como de outras redes sociais, elaborando um autêntico espaço-tempo para maneiras de socialização próprias. Tais experiências podem servir de base para construir saídas coletivas para o mal-estar adolescente como também para simplesmente compartilhá-lo, como talvez se dê no caso da partilha de experiências calcadas na prática da autolesão, um tipo de identificação pelo sintoma que junta muitos grupos de adolescentes no tempo presente.

De encontro com o laço social fortemente verticalizado, já característico do mundo moderno, o que se destaca neste contexto, são experiências fraternais alicerçadas pelos laços instituídos horizontalmente por seus integrantes. Além disso, a adolescência trata-se sobretudo do momento das formações fraternas, em virtude das peculiaridades que tal passagem inclui. (Kehl, 2000 apud CANAVÊZ E CÂMARA, 2020). Torna-se viável pensar que os laços desenvolvidos pelos adolescentes hoje os possibilitam escapar do autoritarismo peculiar do laço social verticalizado vigente na modernidade, eclodindo-se alternativas mais criativas, uma vez que:

“em suas fratrias, podem assumir diversas posições frente ao sintoma social, ou seja, tanto podem perpetuar o encobrimento da castração propagado pela cultura através de laços totalitários, quanto podem buscar parceiros para reafirmar e reinventar referências simbólicas mais satisfatórias” (Coutinho, 2005, apud CANAVÊZ e CÂMARA, 2020).

Neste sentido, sobressaem-se as ocupações de instituições educacionais ocorridas no estado do Rio de Janeiro no ano de 2016. Tal fenômeno ao criar novos laços sociais e novas posições discursivas nas relações já determinadas, permitiram aos jovens deslocarem-se dos lugares cristalizados que vinham ocupando nas escolas. Em outras palavras, o laço social é reconfigurado a partir da reinvenção de “espaços de trocas de saber e de construção de laço social, nos quais o estudante não se coloca submisso à produção de saber cientificista, mas como um sujeito desejanter, propondo e assumindo novos pactos sociais”. (Coutinho e Andrade, 2017 apud CANAVÊZ e CÂMARA, 2020). Logo as ocupações traduzem-se em modos de intervenção, postos em prática pelos próprios adolescentes, onde chama atenção o comprometimento dos jovens em suas reivindicações

pela defesa da instituição escolar, permitindo-nos perceber que tais indivíduos têm autonomia para o embate em arena pública, e estão interessados na educação formal, mesmo apontando que para a mesma cabem reformas. De acordo com Kohan (2021) é fundamental afirmar a natureza política da educação, pois além de deliberar a perspectiva que um educador ou educadora considerar sobre os direitos humanos, também possibilita a constituição de limites a respeito de seu poder quanto à transformação social. Tal autor destaca que Paulo Freire mostra-se efetivamente cuidadoso, sobre o potencial transformador da educação, enfatizando que a transformação social não cabe exclusivamente à educação, e isso torna-se de elementar importância, já que emergindo a consciência de que à educação não se pode relegar tudo, identifica-se, pelo menos, que à ela é legítimo deliberar algo, sendo função de educadores e educadoras apurar o que, quando, como, onde e com quem é cabível construir espaços de transformação social.

Nesse sentido, Paulo Freire oferta o que tratar-se-ia da ideia central em relação a uma educação em direitos humanos segundo uma perspectiva progressista ou libertadora, sendo assim uma educação que ataca os dominados para a importância da briga, da organização, alijando-se das manipulações e inclinando-se à reformulação do mundo, à reelaboração do poder. Enfatiza sobre a relevância da reelaboração do poder, destacando que tal questão coloca do mesmo lado, Paulo Freire e os grupos que não compreendem a possibilidade da transformação social somente depois da tomada do poder, mas a partir de um novo engendramento do exercício do poder que abarca uma participação maior, mais crítica e afetiva dos grupos populares historicamente preteridos. Ainda no que se refere à reflexão da reelaboração do poder, é exposto que Paulo Freire ao estabelecer uma diferenciação entre libertação e liberdade torna instigante o exercício de conceber a educação como um ato político.

O pensamento do grande educador pernambucano parece sugerir que os objetivos da educação nunca serão contemplados numa total plenitude, sendo o alcance desse ápice denominado de liberdade. Frente a isso, emerge a libertação que se traduz numa infinita luta política pela delícia de ser livre. Dessa maneira, a luta política nunca termina, nascendo sempre, eternizando-se menina. Menina não num sentido etário, mas naquilo que converte à curiosidade, à inquietude, à indagação, ao sonho, ao desejo, cuja presença sempre se verifica nos primórdios de uma luta, na infância, na gênese de tudo aquilo que seria um novo mundo.

Fazendo-se em sonho para a educação em direitos humanos, está a concepção de uma sociedade sonhadora na qual todos os indivíduos que a compõem além de sonharem, amam e têm prazer em viver. Nesta sociedade, é prognosticado à educação, a constante nutrição do despertar, da curiosidade, da canalização de esforços para jamais permitir o falecimento de nossa meninice, tão bem simbolizada pela eterna coragem de perguntar, por não ter sido calada.

É analisado por Kohan (2021) a proximidade entre a maneira que Mia Couto pensa a poesia e Paulo Freire a educação, destacando que para o poeta ao visarmos um mundo mais nosso, mais solidário, é basilar que nos desarmadilhemos. E dentre as armadilhas que nos exige afastamento está o tempo lineal, quantitativo, produtivo que tanto nos engessa no interior das instituições educacionais sob a égide de programas, diretrizes curriculares e planificações, divididos em semestres, anos, períodos tão bem demarcados pelos fluxogramas e cronogramas.

Neste sentido, Carneiro e Coutinho (2020) salientam que despontando-se num território onde os adolescentes têm a possibilidade de experimentar uma gama de vivências resiste a escola por simultaneamente ser concebida num lugar de encontros com os semelhantes e com a ordem simbólica. Ao metamorfosear-se num mundo que transcende a família, funcionará a escola como um efetivo instrumento de transmissão cultural, bem como uma espécie de celeiro para as vivências afetivas dos adolescentes, dentre as quais amizades, amores, inimizades, parcerias ganham relevo.

Nesta acepção, vale retomar as contribuições de Milton Santos (2001) que detectava no cotidiano das pessoas uma flexibilidade, uma adaptabilidade e um pragmatismo existencial que asseguram a veracidade e riqueza do cotidiano, cabendo aos movimentos sociais nisso se espalharem. Ou seja, a tarefa de ir ao encontro do território significa não deixar passar despercebido os modos de organização, articulação, de resistência e de sobrevivência que os indivíduos que se encontram neste território vão engendrando em seu cotidiano.

Para Santos (2001) ao contrário da ordem estabelecida nos espaços de fluxos a partir dos comandos vindos dos atores hegemônicos e da obediência alienada dos atores hegemonzados, nos espaços banais se reinventa a ideia e o fato da Política, cuja prática passa a se fazer essencial para aprontar os ajustamentos que precisarão ser feitos em prol do funcionamento do conjunto, no interior de uma área específica. Através de encontros e desencontros e da realização do debate e dos acordos, procura-se de forma clara ou implícita a readequação às novas formas de existência.

O processo acima retratado trata-se também daquele por meio do qual uma sociedade e um território estão sempre envoltos na tarefa de se achar um sentido, e por isso se inclinam a uma vida reflexiva. Nesta condição, o território não se limita a ser o lugar de uma ação pragmática e seu funcionamento também abrangerá um subsídio de vida, uma porção de emoção que viabiliza aos valores simbolizar uma missão. O território se transforma em algo que vai além de um mero recurso, constituindo-se em abrigo.

Haesbaert e Bruce (2002) expõem que, a partir da perspectiva de Deleuze e Guattari, torna-se viável “fazer a leitura do social desde o desejo, fazer a passagem do desejo ao político, nos quadros dos modos de subjetivação” (GUATTARI e ROLNIK, 1986:3 16). Eles sugerem entender o desejo

como um construtivismo, abdicando do par sujeito-objeto, ou seja, aquele que deseja e aquilo que é desejado. Jamais desejamos uma coisa somente, e sim, um conjunto de coisas, sendo o desejo maquínico, produtivo, construtivo. Como exemplos de ilustração ao mencionado, uma mulher não deseja só um vestido, mas também um público para admirá-la, uma festa onde seja possível utilizar o vestido, deseja uma cor, uma textura; o desejo de um músico não se limita a possuir um bom instrumento, ele anseia por harmonia, sonoridade, uma plateia, um lugar, etc. Assim o desejo, vem sempre articulado de agenciamentos, criando dessa forma territórios, por realizar uma série de agenciamentos.

Nessa mesma direção, Lima e Yasui (2014) enfatizam que refletir sobre tais agenciamentos é conceber uma geografia das multiplicidades e das simultaneidades que abarca os modos de subjetivação, os processos de singularização, a sustentação de lugares para viver e os processos de rompimento e criação de novos territórios existenciais. Considerar o território como espaço, como processo, como relação e como composição, suspende com a noção de esquadramento da sociedade que demarca áreas de abrangência tomando como base apenas o frio mapa de uma cidade. Esses autores observam que, em muitas situações, ao se demarcar territórios de abrangência, através de políticas públicas, o Estado funciona sobrecodificando os agenciamentos territoriais prévios, direcionando a multiplicidade de sentidos abrangidos pelo território, a um sentido único. Nesta acepção torna-se fundamental perceber que todo território se articula a um dado agenciamento (uma rede de serviços, um encontro entre um usuário e um serviço) e mapear as diferentes formas pelas quais um território pode ser atravessado, pois a partir disso tem-se a possibilidade de criar espaços de subjetivação onde o cuidado é realizado por meio de atos orientados pela alegria e pela beleza, sendo assim capaz de estimular bons encontros, revigorando a vida. É nessa perspectiva que pode-se pensar em uma promoção de saúde mental, a partir dos princípios da atenção psicossocial, que inclui a instituição educativa como peça fundamental do território. Tal concepção, poderia ir na contramão da tendência à medicalização do mal-estar juvenil, e na direção de fomentar práticas de cuidado no coletivo. Como constata Carneiro e Coutinho (2020), a demanda pelos serviços de saúde mental relacionados à infância e à adolescência no Brasil possui uma história que se vincula às requisições escolares. A articulação entre tais requisições e a saúde mental, mesmo sendo comum, é bem delicada. Finalizando a década de 1980, Maria Helena Souza Patto, em sua famosa tese *A produção do fracasso escolar*, já apontava como atitude errônea circunscrever as dificuldades escolares a patologias. Para a reflexão dos impasses na escolarização, o termo *fracasso* é substituído pelas autoras por *mal-estar* já que além de fazer menção ao termo utilizado por Freud, representa uma estratégia política por intuir a elaboração de um campo onde a liberdade não seja sufocada e onde é possível contar com a crença de que a diferença e a convivência entre diferentes consistam em elementos capazes de serem

consentidos. Ou seja, a diferença passa a traduzir-se num elemento que integra-se ao processo de vivermos juntos, não precisando ser abortada nem derrotada. O termo *mal-estar* não se trata de um conceito metapsicológico, nem deve-se utilizar o termo conceito na teoria freudiana, porém em sua obra, Freud faz uso contínuo do termo, aderindo-o como título de um de seus textos mais importantes sobre cultura, *O mal-estar na civilização*. De acordo com Freud, dessemelhando-se com a ideia de *fracasso* e *problema de aprendizagem*, *mal-estar* abarca a discussão de múltiplos sentidos, especialmente indicando para a teia de relações na qual o sujeito está contido e ajudando a construir. Tal termo parece atrelar-se a um específico desconforto ou desequilíbrio engatado a prováveis ligações com os pares, com o outro, com uma instituição etc.

Assim, o mal-estar pode ser pensado como um extenso leque de dificuldades que acopla a interação da criança ou adolescente com o ambiente escolar. Valendo-se de Freud como eixo para se analisar o mal-estar, o mesmo não é concebido como sofrimento psíquico, mas exatamente em algo que fatalmente se constrói entre a renúncia pessoal requerida para se produzir cultura e as demandas de satisfação individuais. Sob esse viés, o mal-estar sempre será efetuado de forma relacional, podendo associar-se a inúmeros nomes: problemas de aprendizagem; dificuldades de relacionamentos entre pares na escola e/ou na relação professor-aluno, enfim qualquer elemento que possa ser reportado como fator gerador do mal-estar na relação da criança ou adolescente com a escola.

A educação e a saúde por serem campos disciplinares diferentes, tornam-se suscetíveis a caminharem para uma confusão de línguas, pelo fato de muitas das vezes exporem perspectivas não similares a respeito dos fenômenos. Mesmo que uma tensão seja prevista, em certos casos, o conflito literalmente se faz num impedimento à fluidez do diálogo. Porém a saída não está na busca pela extinção do conflito, e sim na possibilidade deste ser escutado e conseqüentemente transformado, não abandonando as vozes de tais sujeitos, e fazendo exatamente nesse solo vívido e contundente, a pesquisa.

Capítulo 3. Esquadrinhando um território através da arte: a oficina Pincelando Sentimentos

3.1. Questões de método

A reflexão sobre o conhecimento científico no campo da infância e da juventude, determina um duplo exercício no qual serão requeridos a observação quanto à especificidade da posição ocupada por crianças e jovens na sociedade e na cultura, e a análise das repercussões que tal exclusividade promoverá sobre o dispositivo de pesquisa. Segundo Castro (2008), o desenvolvimento da pesquisa-intervenção no contexto da pesquisa com crianças e jovens atende a essa condição, circunscrevendo-se também numa perspectiva clínica no campo da Psicologia. Para a autora, a relevância da pesquisa-intervenção mostra-se mais efetiva no caso de pesquisas com crianças e jovens. Em harmonia com seu crítico pensamento quanto a maneira naturalizada de conceituar a infância e a juventude valendo-se da metáfora do desenvolvimento, está a fatal contestação de que certos procedimentos metodológicos coadunam para a coisificação e materialização de uma condição apática e subordinada atribuída aos jovens e às crianças.

De acordo com Castro (2008) a pesquisa com crianças e jovens traz para a produção do conhecimento uma peculiar dimensão que se refere à desigualdade estrutural entre pesquisador e pesquisado. Além de crianças e jovens serem diferentes do adulto pesquisador, as posições de sujeitos preenchidas por elas na sociedade e na cultura, configuram-se estruturalmente assimétricas quando comparadas a dos adultos, sem deixar de mencionar outros marcadores sociais que, somando-se ao fator etário, também atravessam tal relação. Remete-se a crianças e jovens, inferioridade jurídica, dependência do ponto de vista emocional, imaturidade do ponto de vista educacional e social, e incapacidade do ponto de vista político. Assim, essa autora coloca que, dentre as mais relevantes implicações de se problematizar as desigualdades estruturais, está a constituição de outro posicionamento ético-político e epistemológico do pesquisador.

A estrutura de desigualdades manifesta e verificada ao se inclinar sobre o ato de pesquisar crianças e jovens, conforma, no entanto, para o processo de pesquisa, outros caminhos, nos quais as diferenciadas relações entre adultos e crianças/jovens não são ‘naturalizadas’, e sim tomadas como um elemento suscetível a contínuas problematizações e conseqüentes inflexões e rupturas. A autora parte de tais considerações para perceber de que forma é possível a pesquisa-intervenção ser concebida como um paradigma de pesquisa que, ao lançar mão de uma multiplicidade de métodos, permitem que pesquisador e pesquisado, aliem-se de forma única numa atividade na qual lhes é possibilitado conhecerem, aprenderem e (se) transformarem.

Partindo deste paradigma da pesquisa-intervenção, tal como é rediscutido também por Carneiro e Coutinho (2013), podemos recorrer à prática de diversas modalidades de trabalho que podem ir desde a observação participante, a entrevistas individuais ou em grupo, como também a realização de atividades mais orientadas dentre as quais destacam-se oficinas, grupos de reflexão, etc. Neste projeto, propõe-se como modalidade de trabalho de pesquisa-intervenção uma oficina oferecida para alunos e alunas de uma escola da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, composta por quatro encontros com duração de cerca de uma hora e meia a cada vez.

Tendo eu como coordenadora, foram realizadas duas oficinas, com duas turmas, uma cursando o segundo ano do ensino médio e a outra, o terceiro ano. Juntando-se o quantitativo dos dois grupos, somavam-se aproximadamente vinte e cinco alunos, tendo entre 15 a 18 anos de idade, sendo em sua maioria quanto à raça/cor pretos e pardos. No que se referia ao gênero dos alunos, o número de meninos e meninas era equilibrado, moravam com suas famílias, pertenciam a camadas sociais populares, provavelmente sendo residentes de comunidades ou bairros periféricos. E dentre os respondentes poucos relataram trabalharem fora, uns realizavam cursos e outros ajudavam nas atividades domésticas.

As oficinas tiveram como objetivos investigar e tratar o mal-estar compartilhado pelos estudantes do Ensino Médio, em um momento em que deparam-se com a tomada de diversas decisões referentes à saída da escola e a entrada no mundo do trabalho; os laços relacionais entre os pares e familiares; as incertezas; os medos; enfim, uma série de questões pertinentes às adolescências vividas por eles a partir da forma como as diferentes subjetividades se relacionam com o território, verificando ainda de que forma a questão do suicídio e das autolesões esteve ou não presente no discurso dos jovens.

Levando-se em conta os princípios da pesquisa-intervenção, como é sinalizado por Carneiro e Coutinho (2013), o registro dos dados do campo traduzir-se-á muito mais num relato de uma experiência, no qual estarão contidos os sentimentos e impressões desenvolvidas pelo pesquisador, juntamente com suas observações sobre as repercussões que sua presença provocou no ambiente onde se deu a experiência. O registro escrito das oficinas também tomou como base a produção de Broide e Broide (2016) em suas intervenções psicanalíticas em situações sociais críticas através da utilização de relatórios sob a forma de crônicas, que pode ser favorável à apreensão da situação de pesquisa com a inclusão dos sujeitos nela envolvidos. Cabe ao cronista a partir de suas impressões e visões escrever uma narrativa do cotidiano, sendo a tarefa sugerida por tais autores, ao cronista, no trabalho psicanalítico com grupos, a de estabelecer a escuta clínica nos grupos, como subsídio metodológico capaz de enredar a escuta na escrita concedendo destaque à palavra dos participantes. Valendo-se de uma narrativa marcada por sua própria transferência em relação ao campo, que inclui tanto aspectos

institucionais quanto o referencial teórico que utiliza para a pesquisa, é função do cronista escrever de forma completamente livre sobre o que se dá no dispositivo grupal. Porém, a escuta do cronista não tem por intuito uma escrita que se limite a registrar tudo o que foi falado no grupo, mas que também permita arrolar as etapas subsequentes de elaboração do material grupal e traduza-se em eixo e motor de análise e das consecutivas hipóteses dos movimentos grupais. O cronista tornar-se-á um intérprete do vivido via escuta-escrita quando aceita o que ouviu e escreve as repercussões observadas a partir dos depoimentos concedidos pelo grupo. Como sinalizado por Broide e Broide (2016), a crônica não circunscreve essencialmente uma narração dos momentos de vivência com o grupo, abarcando a elaboração teórica dos temas e das questões versadas, e conseqüentemente em função disso, prescrevendo a leitura e releitura de autores e a prática da contestação entre os diferentes campos do saber tanto os advindos do próprio cronista, quanto das referências que se tornam conhecidas através da escuta dos grupos. Assim, ainda em consonância ao que também é exposto por Coutinho e Carneiro (2013) será prestigiada nesta pesquisa-intervenção a construção de saberes que se dá coletivamente, perfazendo-se no lugar de um resultado final e fechado, um saber não definitivo que se constituirá através de cada diálogo que envolve os sujeitos da pesquisa.

A presente pesquisa está vinculada ao projeto de extensão “Da escola à universidade: escutando o mal-estar”, inscrito na SIGPROJ/ UFF e ao projeto de pesquisa “Educação para a vida: adolescência, suicídio e vulnerabilidades sociais”, aprovado no comitê de ética da Universidade, sob o número 20131119.6.0000.8160, ambos sob coordenação da professora Luciana Coutinho (Psicologia – UFF – Niterói). Aos alunos foi solicitado o aceite de seus responsáveis em relação à participação deles nas atividades, através de termo de consentimento livre e esclarecido.

3.2. Na vivacidade das cores de Tarsila a emergência dos “pesos”, “medos” e “força”...

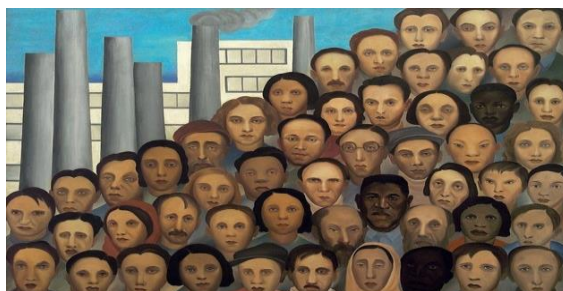
O início da oficina *Esquadrinhando um território através da arte: a oficina Pincelando Sentimentos*, deu-se quando eu, Cecília, professora de geografia, porém atualmente agente de leitura no colégio estadual em que foi realizada a pesquisa, conversei com a diretora geral do colégio, informando-lhe a respeito de meu interesse em desenvolver uma oficina que abordasse o sofrimento psíquico partilhado pelos jovens no ambiente escolar. Disse-lhe ainda que era mestranda pelo Programa de Pós-Graduação de Psicologia na UFF, sendo a oficina a modalidade de trabalho que comporia a pesquisa-intervenção da dissertação que estou escrevendo sob a orientação da professora Dra. Luciana Gageiro Coutinho. Em posse de tais informações, a diretora me encaminhou a orientadora educacional da escola e dessa forma, marcamos o primeiro encontro da oficina para o dia 13/10/2022 que reuniu alunos de uma turma do segundo ano e outra do terceiro ano do ensino médio.

Com os estudantes posicionados em roda, me apresento, dizendo meu nome e os informando que estávamos ali para falar dos nossos sentimentos, e que iríamos abordar uma famosa pintora cuja algumas de suas telas inspiraram-se em fases de sua vida.

Neste momento, é possível reportar-se novamente às contribuições de Milton Santos (2001) quando tal autor nos instrui que encontrar o território é não desprezar os modos de organização, articulação, de resistência e de sobrevivência que os sujeitos que constituem esse território vão arquitetando em seus cotidianos. Ali, reunidos, eu, os alunos, e os professores que em alguns encontros me acompanharam, estávamos indo de encontro a toda mecanicidade que caracteriza o ambiente escolar, onde um tempo cronometrado pormenoriza aulas e atividades nas quais os estudantes na maioria das vezes não se harmonizam, sentindo-se presos e por consequência completamente desiludidos com tal ambiente. Em nossas oficinas, onde se dava o dispositivo de escuta no coletivo através da circulação da palavra e da feitura de atividades, nascia um território que transcendia a função de constituir-se num simples recurso, fazendo-se em abrigo. Enredados nessa conjuntura, nos refugiarmos para falar de sentimentos e como esses interferem em nosso viver, pôde se configurar seguramente em um novo modo de organização, articulação, resistência e sobrevivência no território escolar.

Começo a falar então que Tarsila do Amaral nasceu em São Paulo no ano de 1886 e faleceu também em São Paulo, em 1973. Disse-lhes que Tarsila visitou muitos países da Europa, onde estudava sobre pintura e produzia suas telas, conhecidas mundialmente. Atentei-lhes que apesar de já se completarem quase cinquenta anos da morte de Tarsila, ela permanecia viva, através de sua produção, através de sua história, cabendo a eles também seguirem o exemplo de Tarsila, fazendo valer a vida deles, para que pudessem continuar presentes mesmo quando não mais estiverem aqui, ou seja, que vivessem muito e que se tornassem pessoas dignas de serem lembradas!

Digo-lhes que a tela *Operários* foi pintada em 1933 para retratar o desenvolvimento industrial do país. Sigo elucidando que o ambiente fabril não era agradável aos trabalhadores, por ser muito quente e barulhento devido ao funcionamento das máquinas, e agravando mais tal situação somavam-se os baixos salários às custas de muitas horas de labor. Enfim, tais trabalhadores, não podiam sentirem-se satisfeitos com um trabalho que era um verdadeiro peso.

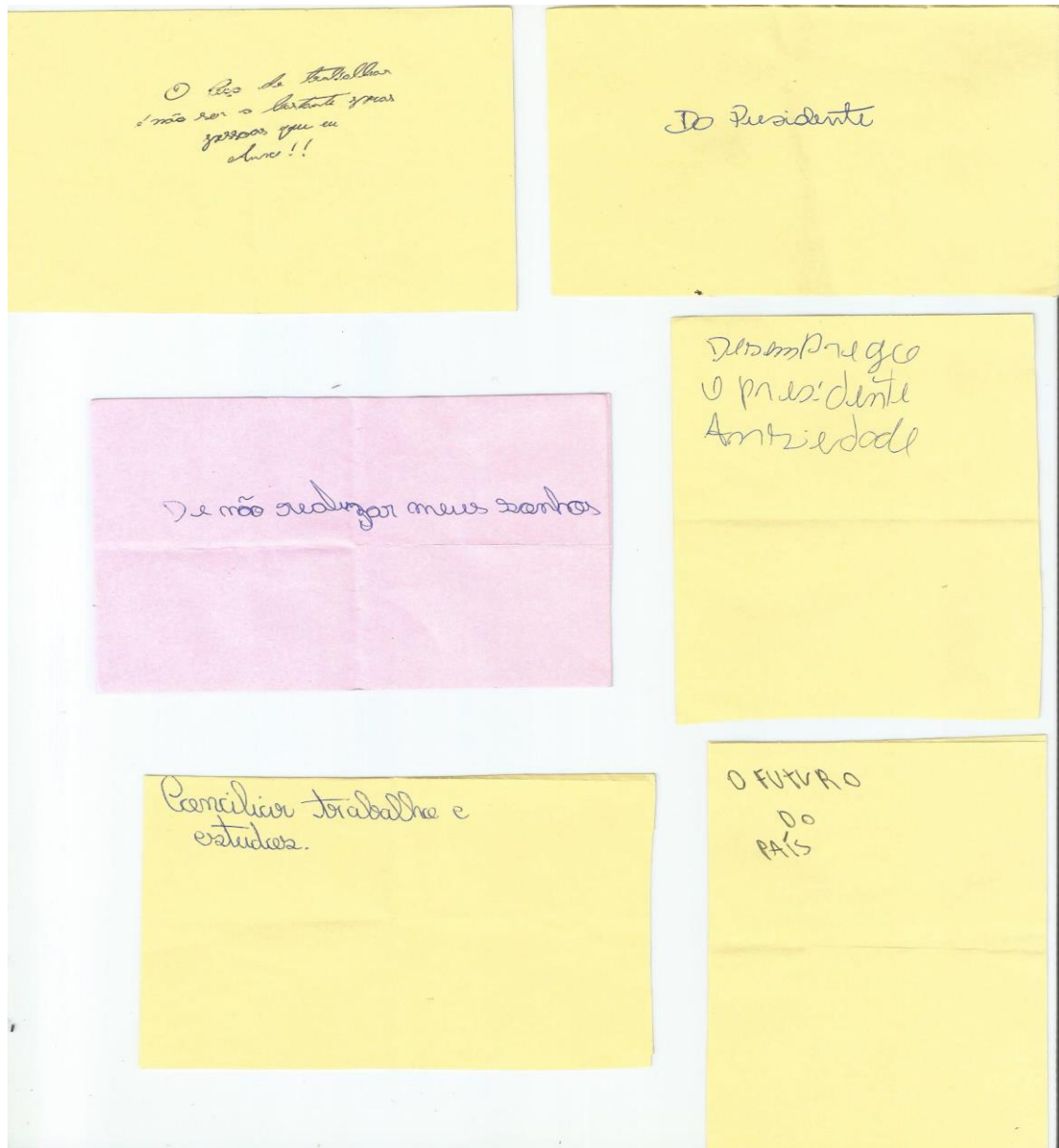


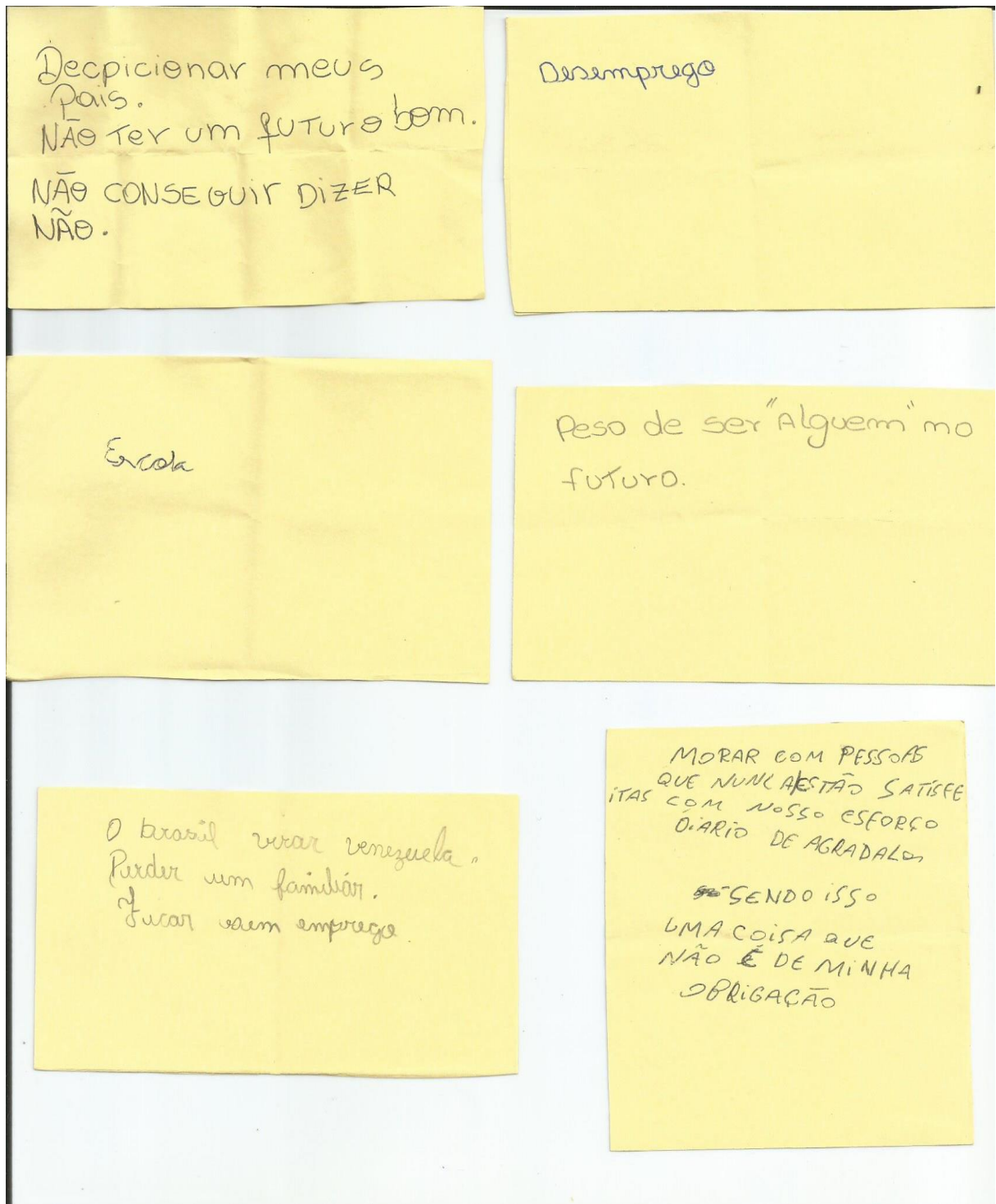
Passadas tais informações, dirijo-lhes a seguinte pergunta:

- E na vida de vocês, o que representa um peso?

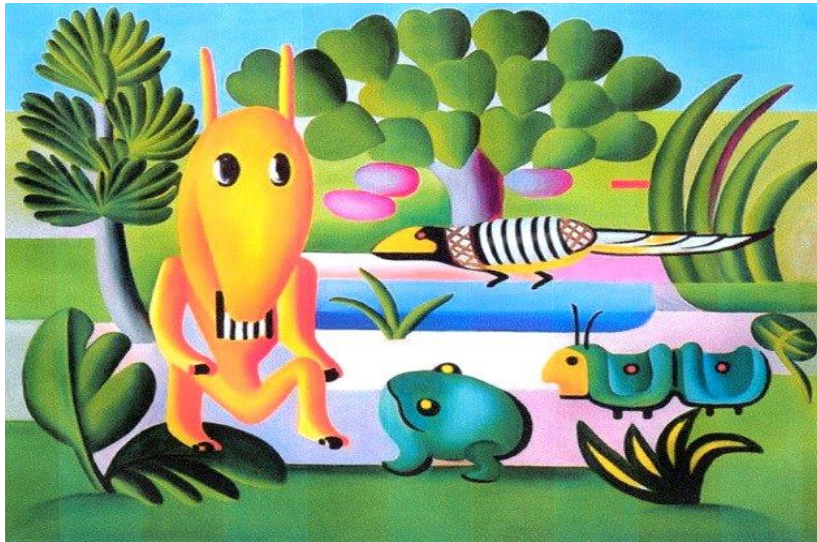
Solicito-lhes que escrevam anonimamente suas respostas num papel, e depositem numa urna que seria aberta para que pudéssemos em roda comentarmos sobre o que havia surgido.

Lendo as respostas com eles e para eles, notei que havia grande desconforto em relação ao futuro profissional de cada um, sendo tal desconforto alicerçado no fato de sentirem-se desamparados socialmente tanto no que tangia a uma escola de qualidade, que os instrumentaliza-se a conseguir um emprego, quanto na inexistência de um governo capaz de gerar emprego. Somando-se a essas respostas, estava o compromisso de ter que conciliar trabalho e estudo, e a relação com seus familiares, pessoas para as quais era necessário obter “resultados” e que até mesmo não reconheciam os esforços que vinham fazendo para alcançar tais resultados.





Em relação à tela *A cuca*, feita por Tarsila no ano de 1923, comentei que ao pintá-la, a artista teve por objetivo retratar sua infância na fazenda, tendo-se na tela a representação da vegetação e dos animais, e destacando-se entre os mesmos a Cuca, personagem lendário que era chamado para as crianças desobedientes que não queriam dormir.



Assim, pergunto para a turma sobre o que eles tinham medo, podendo-se observar que dentre os respondentes, as preocupações com o futuro permaneciam juntamente com o receio de frustrar seus familiares, especialmente seus pais, caso não conseguissem passar no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), adquirir um bom emprego, “ser alguém no futuro”.

Dando-se prosseguimento, rejeição, abandono, medo da morte, de perder quem amava, de ficar sozinho configuraram-se em respostas trazidas por eles, dentre as quais o medo do desamparo se fez bem presente ao relato de uma aluna em ser acometida por um acidente, não tendo ninguém para socorrê-la. Relativamente ao rol de tais respostas, indo outra vez ao encontro de Freud (1930/1996), reitera-se que o desamparo se situa na base da constituição do sujeito e não somente se estabelece no início da vida psíquica, já que na psicanálise, a história do sujeito humano toma de partida o laço ao outro, que o antecede e o constitui subjetivamente. A vida pulsional demanda a referência ao outro como possibilidade de entrada no registro da cultura e da palavra, assim como a dimensão do desamparo leva a incessantemente busca da alteridade, da linguagem, de algum indivíduo com quem seja possível criar laço, e dessa forma encontrar vias de satisfação.

não conseguir
 um emprego
 a sociedade hoje está
 muito complicada

Não alcançar quem eu desejo
 ser no futuro e falhar

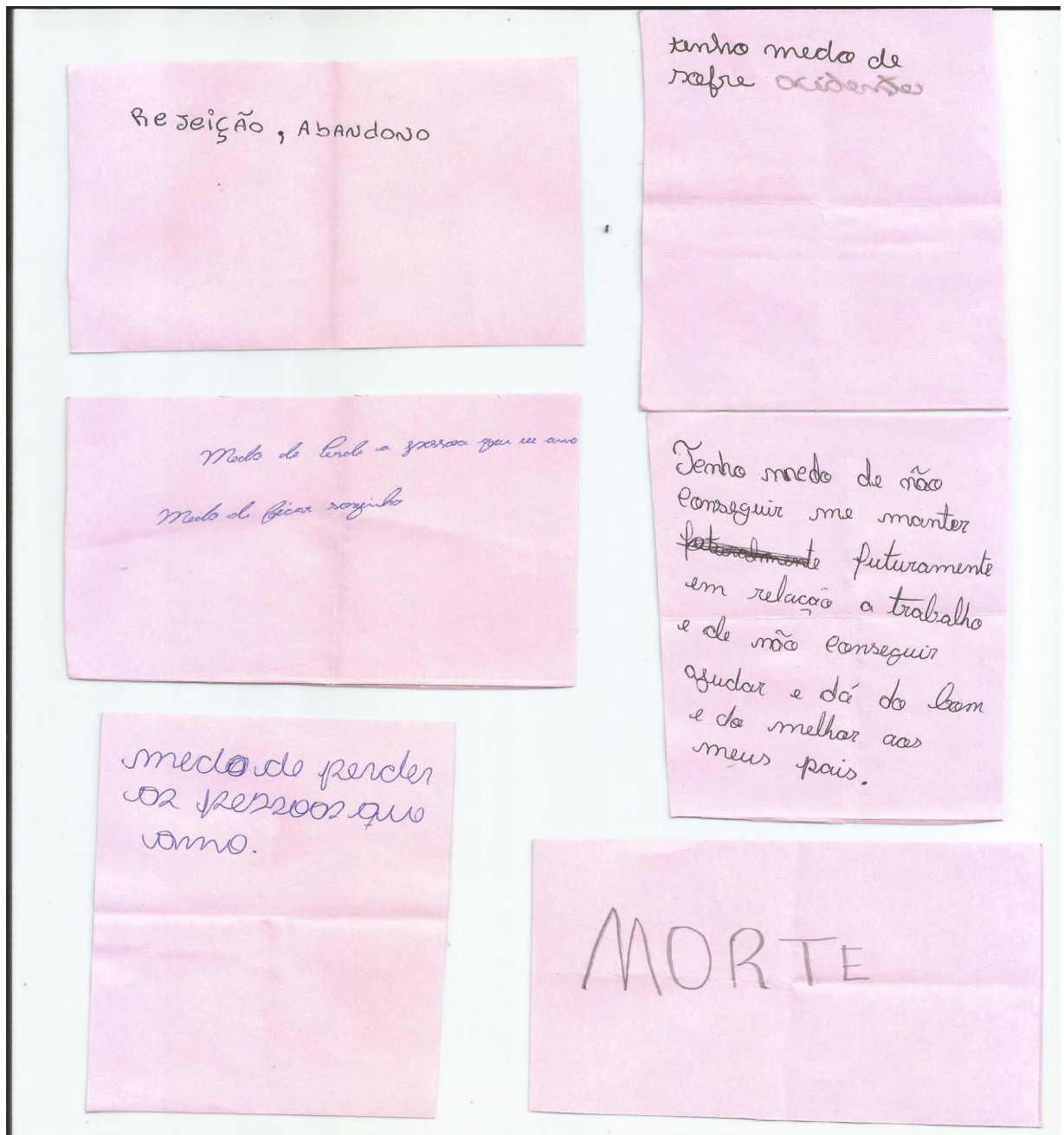
Não dar conta de tudo

Medo de ser "Alguém" no
 futuro. medo de não conquistar
 nada.

Tenho medo de decepcionar
 minha mãe ou de não
 conseguir um futuro
 bom.

O medo de não
 conseguir ir bem no
 ensino, e ter um futuro
 bom como eu espero.

não conseguir um
 futuro bom = mãe tirar
 uma nota boa no enem
 e me frustrar e os
 meus pais também



Klautau et.al (2021) expõem que nas últimas décadas faz parte da rotina das escolas da rede pública a constante falta de estrutura do Estado acompanhada pelo distanciamento das redes de proteção. Para Laval (2020) a educação representa um efetivo exemplo de como o neoliberalismo não se reporta ao alijamento do Estado, mas sim a uma política governamental na qual a serventia do Estado reside na canalização de esforços para a elaboração de uma sociedade de competição geral. Em nível social e subjetivo o neoliberalismo engendra utilizando-se de todos os artifícios, uma

sociedade concebida como um mercado competitivo no qual indivíduos disputam todo tempo, sendo condicionados a agirem e se perceberem como empresas, dotado de capital a ser valorizado enquanto não morrerem.

As autoras continuam colocando que um Estado que não assume como tarefa dar ao cidadão garantias, tem seu lugar de confiabilidade abstraído, ficando os sujeitos que demandam por seu suporte, sem esperanças de futuro. Porém, no seio desse estado de coisas, alunos da rede pública, especialmente jovens que cursam as séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, convivendo em seus cotidianos com a incerteza, com a desestabilização e com as precárias condições que caracterizam o funcionamento das instituições de ensino, veem-se frente a uma forte cobrança por produtividade, fundamentalmente em relação ao rendimento escolar. Constituindo-se em capacidade de Estados de desigualdade, de injustiça social e de privação de direitos está a produção de um peculiar sofrimento cujas raízes não se limitam a forma particular do indivíduo se comportar, revelando como a o enfraquecimento e vulnerabilidade dos laços de pertencimento e coesão social no território afetam a posição e a experiência do sujeito no mundo, influenciando nos processos de construção identitária e de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido.

Terminada a discussão sobre “os medos” desfrutados pelos alunos, desloco-me para a terceira e última tela da Tarsila, elaborada no ano de 1924.

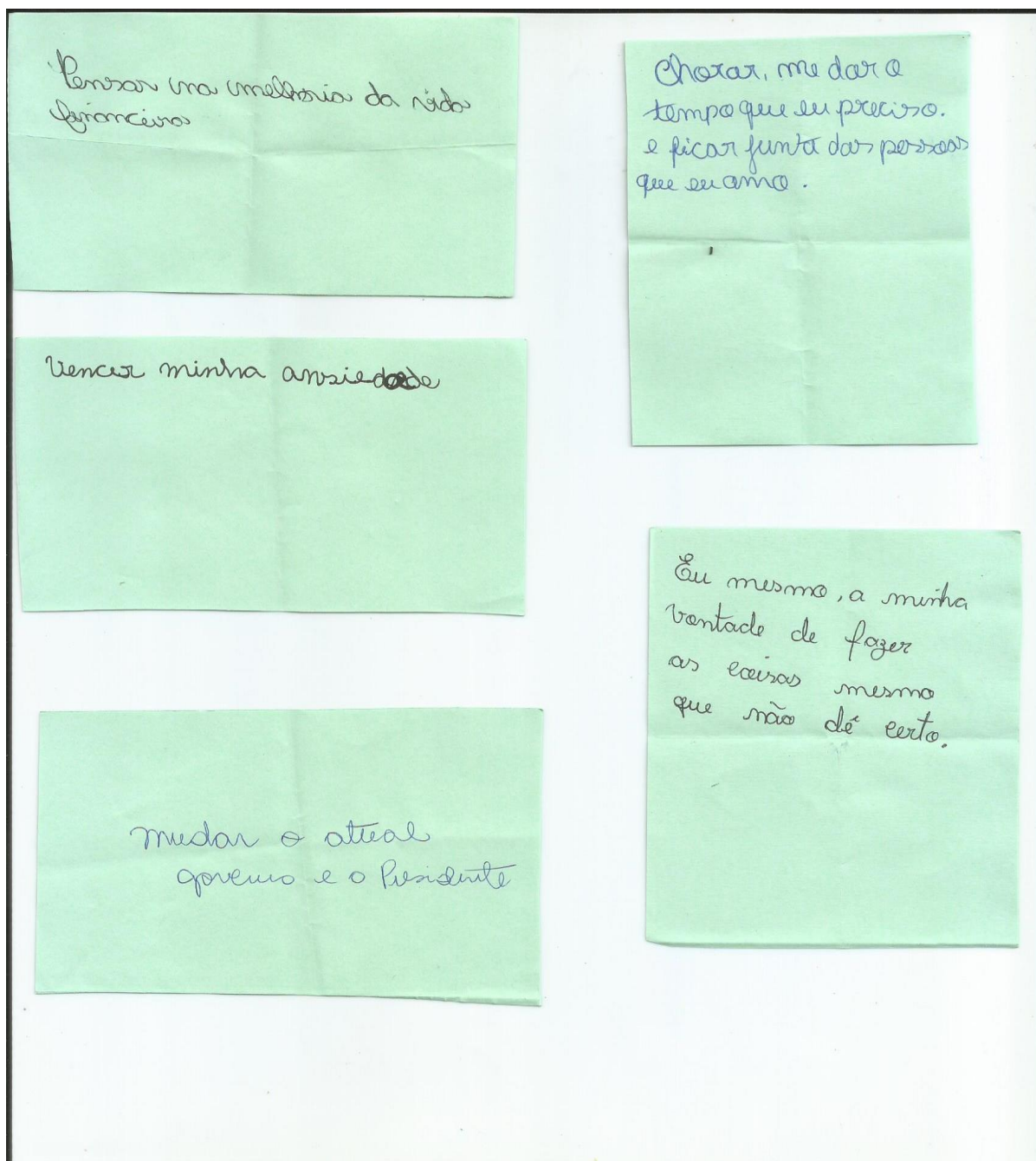
Informo-lhes que no momento de feitura desta tela, Tarsila estava numa fase muito delicada de sua vida, representado pelos troncos de árvores sem folhas no fundo da imagem. Os negócios de sua família, dona de fazendas de café, iam mal, pois devido à crise mundial não se conseguia mais vender o produto no mercado internacional. Somando-se também a tal conjuntura, se conflagrava o fim de seu casamento com Oswald de Andrade.

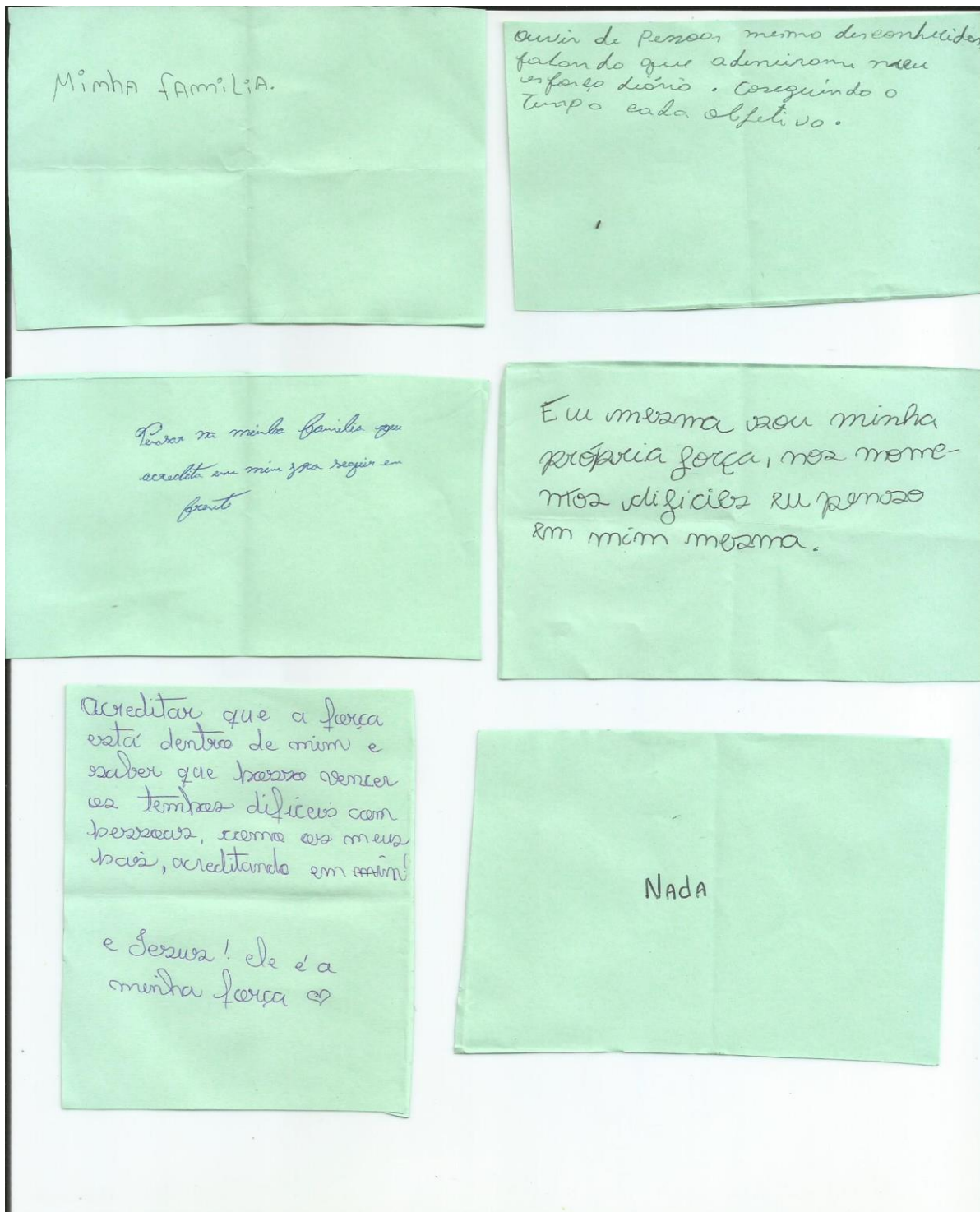
Porém ressalto que a frente da tela, a presença de árvores viçosas fazendo sombra a ovos mágicos, concatenava-se a esperança que Tarsila possuía num futuro melhor, bonito, completamente dessemelhante da situação que enfrentava.



Assim, continuo a elucidar que a força da artista se articulava possivelmente a sua crença em dias melhores, indagando-lhes a expressar no que ou de quem provinha a força deles, para persistir, para permanecerem vivos, querendo viver?

Aguardo escreverem, depositarem suas respostas na urna para iniciar a leitura, detectando no rol dessas: “vencer minha ansiedade”, “a própria pessoa”, “a mudança do presidente”, “Jesus” “nada”, os familiares e pessoas que apesar de não serem próximas (desconhecidas) ofereciam amparo ao reconhecerem o esforço diário que vinha sendo realizado. E parecendo indicar respectivamente formas de saída e elaboração do sentimento de desamparo falado anteriormente surgiam também respostas como “pensar na melhoria da vida financeira” e “chorar, me dá o tempo que eu preciso...”

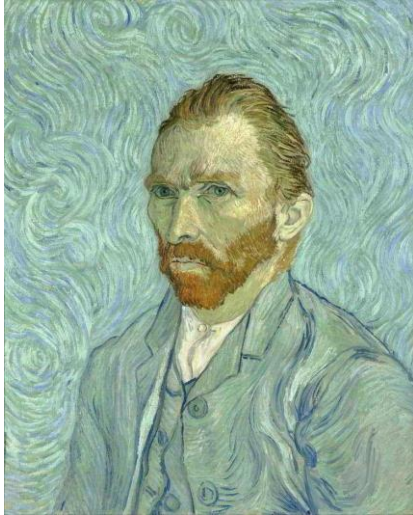




3.3. Sobre o rompimento com a vida, o que a biografia de Van Gogh nos diz?

Decorridos praticamente um mês do primeiro encontro, estávamos no dia 11/11/2022, novamente reunidos para a realização do segundo encontro, sendo a decorrência deste obstaculizada pelo grande número de atividades demandadas aos alunos e profissionais da educação num final de um ano letivo pós pandemia.

Digo rapidamente que continuaríamos a falar a respeito de nós mesmos, porém agora, não mais trabalharíamos com a produção da Tarsila e sim com a de outro artista. Sem dizer-lhes que tal artista era o Vicent van Gogh, mostro duas impressões de suas telas, *Autorretrato* (1889) e *Quarto de Arles* (1888/1889) e pergunto se o conheciam.



Por logo identificarem tanto o artista e o associarem ao suicídio, peço-lhes que formulem em grupos uma hipótese que segundo eles explicasse o que levou Van Gogh a se suicidar. Solicito-lhes que dividam a folha em três a quatro partes, e como numa história em quadrinhos confabulassem essa hipótese a qual teve o tempo de todo o encontro para ser elaborada.

E assim, no dia 21/11/2022 os recebi, cumprimentando-os e já pedindo para que nos sentássemos em roda pois iríamos tratar das nossas produções feitas no encontro anterior. Em uma das turmas com as quais realizei a oficina, sou atendida por toda turma, excetuando por dois alunos, (W.) e (J.), que de imediato apresentam relutância, porém acabaram se juntando ao grupo.

Cabe destacar neste dia, as seguintes falas da uma aluna (L.):

“O que faz uma pessoa querer se matar é o fato de se sentir sozinha, não ter ninguém para conversar, não conseguir pensar em coisas boas, ir se isolando, isolando, até se matar. Eu tenho crise de ansiedade, começo a pensar em um monte de coisas e não consigo me acalmar, aí tenho falta de ar, meu coração acelera, é horrível. Eu escuto músicas que gosto, eu procuro ler, eu escrevo poemas, até já publiquei coisas que escrevi na internet, mas as vezes eu não consigo fazer isso professora. Tem dias que eu fico muito nervosa, com muita raiva, não consigo me controlar, eu pego a faca, eu furo minha perna. Eu estou de calça, e minha perna tem as marcas de faca.”

As falas de (L.) permitem fazer alusão ao que tem trabalhado Birman (2012) a respeito do mal-estar e do desamparo na contemporaneidade. Segundo o autor, compondo o viver dos sujeitos na contemporaneidade está a falência da dimensão da alteridade e da palavra na vida psíquica e na cultura, ficando este indivíduo quando envolto no mal-estar, recluso em si, sem esboçar um endereçamento de sua dor em direção ao outro. É acometido por um estado de consciência de que nada pode ajudá-lo, que na presente situação se encontra sozinho, e assim, indo além do desamparo, subsiste numa experiência de desalento, que o impede muitas vezes de simbolizar, endereçar e nomear sua dor.

Como trabalham Coutinho et al (2022), a recorrência das práticas de autolesões, sobretudo em adolescentes, no contemporâneo, pode ser atrelada à experiência de desalento que se propaga com o apagamento da dimensão e da sustentação do lugar da alteridade na cultura contemporânea. É possível considerar que nas adolescências brasileiras atuais, a diluição da dimensão da alteridade onde se estruturam os laços solidários associada ao desmantelamento dos investimentos públicos na educação brasileira concorrem para que muitos jovens fiquem num estado de desamparo social e psíquico, ou desalento no momento em que se fortalece o sentimento de não se ter ninguém com quem contar. Situação, muitas vezes, traduzida como angústia sem sentido, sendo sua colocação em palavras, narração ou compartilhamento impossibilitados. Em qual proporção, os significativos índices de suicídio e atos autolesivos podem ser concebidos como um reflexo oriundo dessa conjuntura desalentada e melancolizada na qual se situam esses jovens?

Neste sentido, torna-se mister refletir a respeito do nosso papel como cidadãos e cidadãs no desenvolvimento de uma escolarização comprometida com o ressurgimento das alianças fraternas, e logo alheia a lógica da produção e dos processos burocráticos que refazem o engendramento da desafeção hegemônica no Brasil contemporâneo. As autoras valendo-se do que analisa Safatle (2021) no artigo “Para além da necropolítica”, salientam que esta é a lógica que traz em seu escopo a destrutividade, alijando o desamparo e todas as maneiras de solidariedade, rumo a colocação de um chefe tirânico no poder. Enfatizam que para o autor, a desafeção do corpo social não se edifica sem o esgarçamento dos sentidos de solidariedade e sem o reconhecimento de personalidades onipotentes que priorizam a violência de tal esgarçamento. Às vezes, o delineamento deste cenário, possa nos ajudar a compreender o porquê do parco investimento nas expectativas de proteção voltadas para o próprio estado e uma parcimônia frente ao risco de morte constantemente presente. Nesta acepção, na maioria dos casos, a construção de estruturas de proteção e cooperação não é nem mais mesmo concebido como uma questão fundamental a ser resolvida pelas forças políticas eleitas. Prevalece, nessa perspectiva a indiferença e a desafeção como afeto social elementar, ramificando mutações psíquicas que ainda nos deixa desinstrumentalizados para mensurá-las em sua completude, porém o

desalento compartilhado por nossos jovens estudantes já aponta para o relevante problema clínico e político que há muito nos rodeia.

Ainda sobre o depoimento de (L.), foi possível perceber que enquanto ela falava, sua colega de grupo (K.), uma menina de longas tranças que se posicionava claramente e recorrentemente contra o presidente do Brasil em exercício naquele momento, se emociona também, contendo agitadamente com as mãos lágrimas que ela não queria que fossem derramadas.

Ao término do depoimento de (L.), pergunto se alguém quer dizer algo, complementar no sentido de esboçar se também houve em algum momento identificação com que a colega disse, mas ninguém se pronuncia. Na verdade, todos pareciam estar impactados, por observar uma pessoa tão jovem, experimentando um sofrimento tão profundo.

Precisando seguir, antes de passar para o próximo grupo reporto-me a (L.):

“(L.), seu depoimento foi extremamente importante, porque não é fácil falar daquilo que nos machuca, que nos fere, diante de outros, porque falar de nossos pontos sensíveis, é nos mostrarmos frágeis perante as pessoas. E geralmente o que as pessoas querem é parecerem sempre bem, e ter o ímpeto de não mostrar-se bem, como você fez aqui, é um ato de extrema coragem, de extrema força. Você é muito forte, e saiba que o que você vive, você não vive sozinha, muitas pessoas passam por momento tão difíceis quanto os seus, e não possuem a sua coragem ou até mesmo a oportunidade de falarem! Parabéns (L.), você merece palmas!”


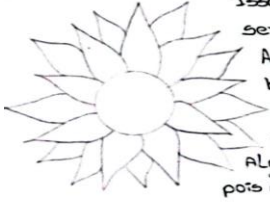
Após essa intervenção, ela sorriu, e toda a roda a aplaudiu! Frente à isso, pode-se destacar as observações de Coutinho et.al (2022) quando colocam que em determinados momentos, os adolescentes só são capazes de esboçarem algo a respeito do seu desamparo por meio do “agir” ou através de um ato agressivo contra si ou contra outrem, nascido no lugar da palavra e em substituição ao ato de enunciar aquele sofrimento. Por outro lado, também existirão os adolescentes, como (L.), que se mostrarão capazes de comunicar aquilo que os atormenta de maneira direta e atuada na interação com os pesquisadores ou nos laços constituídos na escola entre os colegas quanto com os professores.

Tal contexto nos permite refletir sobre o desalento comumente presente no cenário escolar, transparecendo neste caso, a fragilidade dos laços ou dos desenlaces que neste território se fazem, mas também nos reporta à pesquisa de Coutinho (2009) a respeito dos seus estudos sobre a importância dos coletivos nas adolescências de hoje. Segundo a pesquisadora, registra-se um crescimento desses grupos espontâneos que geralmente não se caracterizam pela presença de um líder específico, nem são dotados por leis de funcionamento bem definidas. Tais grupos desenvolvem-se

estruturando-se num laço fraternal socializante que diverge do laço orquestrado dentro das famílias, ou no interior de instituições como a escola que categoriza um rol de regras nas quais os adolescentes devem se submeter. Em desacordo com o laço social extremamente verticalizado, as experiências fraternais seguem a luz de laços partilhados horizontalmente por seus componentes, sendo a adolescência fundamentalmente um momento de formações fraternas devido às características particulares de tal travessia (Kehl, 2000 apud CANAVÊZ E CÂMARA, 2020). É possível perceber que os laços constituídos pelos adolescentes atualmente traduzem-se numa espécie de fuga do laço verticalizado presente na modernidade, possibilitando saídas mais criativas para o desamparo já que nas fratrias, os indivíduos têm a oportunidades de se colocarem de diversas formas perante ao sintoma social, podendo ser dentre essas a cooperação mútua visando-se a reafirmação e reinvenção de referências simbólicas mais dignas. (Coutinho, 2005, apud CANAVÊZ e CÂMARA, 2020).

Numa outra apresentação das produções realizadas por eles, uma representante do grupo enfocou na falta de reconhecimento que o artista vivenciou, levando a não resistir vivendo numa sociedade que não o acolhia, sendo a sociedade, para o grupo, a responsável pelo suicídio do artista. No quadro de condições responsáveis pelo ato do pintor, também estavam outras citadas pelos participantes das oficinas: dificuldade de aprendizagem na escola, difícil interação com os colegas, baixa autoestima, ambiente familiar difícil, e a sexualidade (de acordo com o grupo, o artista era bissexual). Entre essas condições, percebe-se um fator comum que diz respeito ao enfraquecimento de laços de pertencimento, que provavelmente ecoam nas experiências vivenciadas por muitos dentre eles no território escolar.

Van Gogh nunca foi Alguém com sorte. Aos 8 anos foi diagnosticado com TDH, isso desde muito cedo o prejudicou em todos os aspectos de sua vida. Na escola ele sempre era o último a aprender, tendo dificuldade para os colegas de classe aceitá-lo. Nunca foi alguém que soubesse conviver e expressar seus sentimentos. Isso fez com que fosse solitário na maior parte do tempo. Sua alta estima não era das melhores já que na maior parte do tempo se comparava e se frustrava ao perceber que não seria como os outros. Sem contar que seu ambiente familiar não era algo reconfortante. Ah, é claro, não podemos nos esquecer da sua grande confusão mental sobre sua própria sexualidade. Como poderia um homem gostar de ambos os sexos? Isso não era bem visto e o fazia ser alvo de piadas sujas. Após sua família descobrir sobre sua sexualidade e seus problemas mentais, pensaram que ele pudesse ter algum tipo de transtorno mental pois assuntos psicológicos não eram

bem entendidos na época. Sendo assim internaram ele em uma clínica psiquiátrica, o que acabou agravando seus problemas psicológicos. A sua única e mais preciosa válvula de escape era sua arte, ao qual ele se dedicava ao máximo para colocar tudo aquilo que não conseguia expressar em palavras. Sua melhor amiga era a tela, sua maior companhia era suas tintas e seu maior desejo era que pudesse de alguma forma ser ouvido em uma sociedade que tentava de todas as formas calá-lo. E conseguiram. A sociedade o matou, ele apenas segurou a alma.

Conforme percebido, a ausência de reconhecimento foi elencada como causa para o suicídio de Van Gogh nos permitindo no intuito de melhor entender a priorização que o adolescente concede ao reconhecimento, entrar em acordo com Andrade et.al (2023) quando salientam que cabe ao sujeito adolescente ir ao mundo, pois o reconhecimento dele enquanto sujeito no seio familiar é praticamente inatingível, uma vez que o estatuto de criança é sempre reportado a um lugar de objeto, de imaturo, de dependente. Na adolescência tais lugares não se dissolvem, porém algo incomum passa a se fazer presente: o surgimento da sexualidade. Passa a desejar-se interagir com questões concernentes a um lugar que ele mesmo reestrutura, ou que têm a ilusão de está reestruturando sozinho. Ilusão no que tange ao fato da gente constituir-se enquanto sujeitos constantemente envoltos numa relação ao Outro, sendo preciso nessa perspectiva que tal reestruturação sempre reporte-se a alguém. Essa reestruturação se delineia nesse tempo da adolescência, onde é necessário que o adolescente elabore essa transição de lugar de forma que possa encarregar-se desse deslocamento de um posicionamento preliminarmente edificado na família articulado à infância e ao erguer de um outro lugar associado ao mundo público.

Desvencilhar-se da cena familiar em direção a cena social não é tão simples, por não haver normas bem pormenorizadas, e por também não se verificar em nossa cultura um olhar zeloso para essa passagem, requerendo-se do sujeito adolescente um desafiante trabalho psíquico. Representando um dos grandes desejos do adolescente está a inscrição no social valendo-se de um lugar que o permita ser sujeito, cooperar com a esfera sociopolítica, ampliando sua sexualidade em harmonia com seu próprio desejo, com as reestruturas quanto ao lugar já implementado na infância e a procura no mundo dos objetos sexuais que abarcariam esse furo do real perpetrado pela puberdade. Logicamente existe um resto cuja inscrição jamais se interromperá. Mas evidencia-se um elemento característico da transição adolescente que leva em seu bojo a necessidade de se inscrever no laço social, porém ao custo de determinadas condições de possibilidade, destacando-se o reconhecimento dos outros. Dessa forma, esse reconhecimento funciona também como possibilidade de inscrição no campo do Outro, fora da condição infans, e sim como sujeito desejante (Lacadée, 2011, apud ANDRADE ET.AL, 2023).

No que se refere ao despontamento de conflitos, estes puderam ser detectados em algumas situações. (K.) que se esforçou para não chorar frente ao depoimento de (L.) quando expressava que tudo estava ruim devido ao presidente, por exemplo, era encarada com olhares de satisfação e de não concordância. E especificamente observou-se a dificuldade de considerar meus apontamentos e de uma outra estudante na seguinte apresentação:

“Eu desenhei Van Gogh com os bolsos vazios porque pensamos que ele passava por crise financeira que o acaba afetando muito. Também achamos que em suas obras era relatado

sobre injustiças sociais, como a ditadura por exemplo, e que a população ao se deparar com tais obras, o recriminava para dar apoio ao governo.”



Vicente Bonagá

O artista Vicente Bonagá considerou suicídio o período de des-
 cuido com os cidadãos, e não os seus redatados (pois que apesar
 de serem críticos negativos para a sociedade e de não fazerem
 nada de profissional. Representa críticos sobre o governo,
 a corrupção e as atitudes que nós lhe vemos na sociedade

BRUNO MAGALHÃES

Parabenizo a fala da aluna, e a pergunto: nos dias de hoje, qual seria o assunto caso Van Gogh trouxesse em suas telas que traria insatisfação à população?

A aluna espontaneamente remete-se ao Brasil e cita como assunto capaz de ser alvo de críticas, o alto número de mortes gerado pela pandemia. Segundo ela, os apoiadores do governo rejeitariam um tema que descredibilizasse a administração defendida por eles.

Novamente ressalto a importância de sua fala, colocando que realmente é muito difícil lidarmos com uma gestão que faz com que nos sintamos inseguros quanto à vida.

De repente, às minhas falas e precisamente à dela, segue a colocação de outra colega:

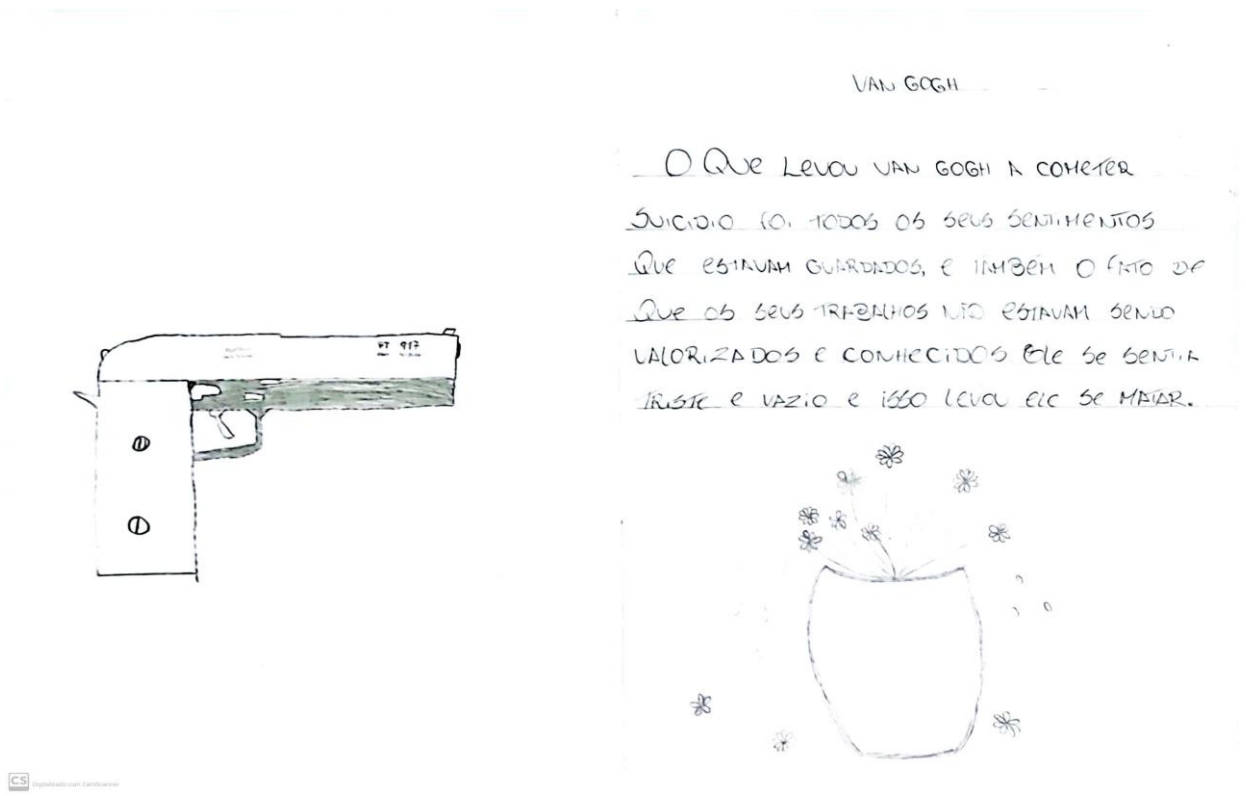
“Tipo...eu não concordo...não foi isso que o levou a se suicidar...ele nunca se suicidaria por isso...”

Diante da resposta, reiterarei que o objetivo da atividade não era descobrirmos o que tinha levado Van Gogh ao suicídio, e sim pensar em hipóteses, nos diferentes motivos que levam uma pessoa a fazer isso, porém ela não considerou o que falei e praticamente repetiu sua resposta. Sua fala foi respeitada pela turma e assim foi possível sustentar um espaço para o conflito e as diferenças

dentro do grupo, o que vai ao encontro da nossa proposta ética de sustentar um lugar para o sujeito e a alteridade na pesquisa-intervenção na escola.

Encorpando também alguns indícios de interpelações mais violentas entre eles e em relação à escola, ganhou relevo no encerramento deste encontro, a seguinte fala de um aluno diretamente a mim no momento de recolher o seu desenho:

“E aí professora, gostou da minha arma?”



Um pouco perplexa, consigo sorrir e parabenizá-lo pelo seu desenho bem detalhado da arma, ficando comigo algumas questões: Sua fala era expressão de um conflito social na escola, entre os mais fortes, e aqueles que seriam os mais frágeis por demonstrarem sofrimento? O aluno buscava reconhecimento, nem que fosse pela violência, pela promoção do medo?

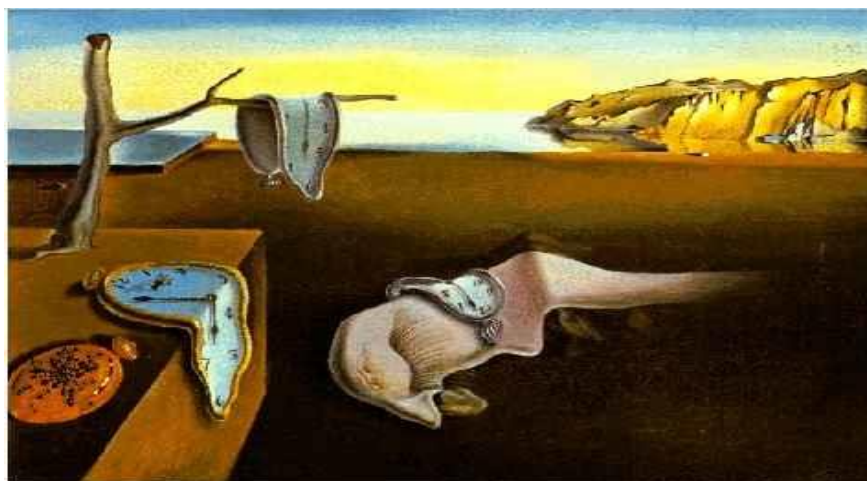
Coutinho et.al (2022) expressam que durante a situação de pesquisa por várias vezes temos a oportunidade de observar modos de interação bem violentos semelhantes aos descritos acima, que tanto podem envolver a relação com os pesquisadores quanto a interação dos adolescentes com seus pares. Nesta acepção, as autoras reportam-se a lógica da virilidade apresentada por Carreiro (2003) na qual diante de uma inscrição negativa deles como sujeitos no social, procuram maneiras de trabalharem com tais repercussões, sendo uma delas a lógica da virilidade, traduzida na violência

simbólica ou real sobre a qual o outro é coagido. Realmente, o ato de trazer à tona atos de violência parece se fazer numa prática comum entre os adolescentes, que se valem dela, por meio de palavras, da resistência em se escutar a fala de colegas e educadores, investindo em barulhos, zoações e atitudes desagradáveis que lhes possibilitem intimidar os outros e serem reconhecidos a partir disso, mostrando o quanto embaraçoso está sendo relacionar-se com o outro enquanto diferente. Em acordo com Voltolini (2001) compreende-se também que a preponderância desse modo de relação, que é nutrido pela manutenção do discurso capitalista nas instituições educativas calcado no produtivismo e conteudismo, estruturou-se para nós num desafio no qual temos que lidar na situação de pesquisa, elaborada exatamente como um dispositivo de pesquisa funcionado como um contraponto a esse modo de operar.

3.4. O surrealismo de Dalí e a inspiração para um sonho de vida...

Chegando a quarta oficina, na data de 25/11/2022 dava-se meu último encontro com os alunos. Saúdo-os e inicio distribuindo uma lembrança que tinha preparado com doces. Explico-lhes que o motivo da lembrança era em função da finalização de nossos encontros e do meu agradecimento pela participação deles cujas produções seriam muito importantes para mim, enquanto professora e pesquisadora.

Eles ficam felizes, e começamos a observar os elementos da tela elaborada pelo pintor Salvador Dalí em 1931. Expliquei que a tela tratava de uma obra surrealista na qual o artista buscava retratar o inconsciente que pode ser acionado através de nossos sonhos.



Conduzi os alunos a observar primeiramente como uma espécie de porta de entrada para o entendimento da tela, a caricatura do Salvador Dalí dormindo tendo sobre o seu rosto um relógio derretido. Daí comecei a dizer:

- Suponhamos que Salvador Dalí adormeceu e em seu sonho estava o seguinte cenário que a tela nos mostra. Ao observarmos o cenário nos chama atenção que os relógios não apresentam uma forma concreta, porém encontram-se “derretidos”. Por quê? Para nos atentar que o tempo dos sonhos possui uma marcação diferente da realidade, assim nos é possível sonhar com ambientes, situações que diferem do que estamos vivendo, que não se articulam com as circunstâncias as quais estamos submetidos. Observem também que num outro relógio que se dilui próximo à figueira, orbita sobre ele uma mosca. Sabe a que isso se articula? Se articula aos ciclos da vida, nos alertando que o nosso tempo passa, aliás assim como uma mosca e como o conhecido ditado, o tempo voa, cabendo a nós aproveitar de forma útil e benéfica nosso tempo. E não é somente com a simbolização de “uma mosca” que o artista se remete ao delinear do tempo, ele também ao pintar uma figueira não a traz viscosa, mas seca, ou seja, da mesma forma que nós, todos os seres estão condicionados a ciclos, que retratando a vida, começam, mas terminam. Não vivemos para sempre, por isso aproveitemos a vida, sonhemos, pois os sonhos são mais que projeções, são o combustível para a nossa busca a respeito do que de fato nos realiza, do que de fato, dá sentido as nossas vidas!

Finalizando a minha fala, entreguei a eles folhas nas quais pedi que desenhassem os sonhos que possuíam, e após isso iríamos falar sobre tais sonhos e montarmos um mural chamado “Céu de sonhos” para simbolizá-los.

Pertencentes à (M.) e à (E.) tivemos, por parte dela, uma pediatra feliz cuidando de um menino negro que também estava contente com o tratamento que recebia, e já por parte dele, um enfermeiro com um grande rosto meigo demonstrando afeto e satisfação à profissão. Ambos desenhos ilustram uma situação de alguém sendo cuidado por outro, numa demonstração clara de um anseio comum entre quem fez os desenhos.

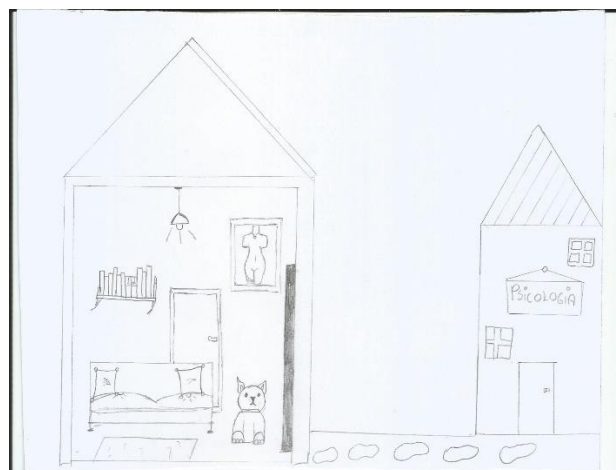


(I.) e (L.) se manifestam, me entregando seus desenhos que reportam-se a viagens que ambas desejavam fazer, (I.) ilustrou a Torre Eiffel, na França e (L.), Lisboa, em Portugal. Nesse caso, as

duas estudantes expressam o anseio por expandir duas experiências no mundo, algo que vai na direção do que trabalhamos anteriormente sobre a adolescência.



Mais especificamente voltados para o âmbito profissional, estão os desenhos de (A.) que anseia ser veterinária e possuir sua própria clínica, e de (B.) que além de querer possuir sua própria casa na qual conte com um quarto para relaxar e estudar, também objetiva montar seu próprio consultório de psicologia.



Me dirijo também ao encontro dos desenhos de (E.) e (K.). Muito amigas, entregam ao mesmo tempo e ambos são bastante semelhantes, referindo-se às suas vidas profissionais, (E.) diz que deseja ser design de projetos, enquanto (K.) anseia estudar logística.



As parabens e logo sou interpolada pelas falas de (V.) e (C.) trazendo a cena novamente os ares de conflito que tinham sido observados no encontro anterior:

*“Nossa, olha aí, fizeram o mesmo desenho! – aponta (C.) com menosprezo.
Um está bom, mas o outro ficou estranho! – avalia (V.).”*

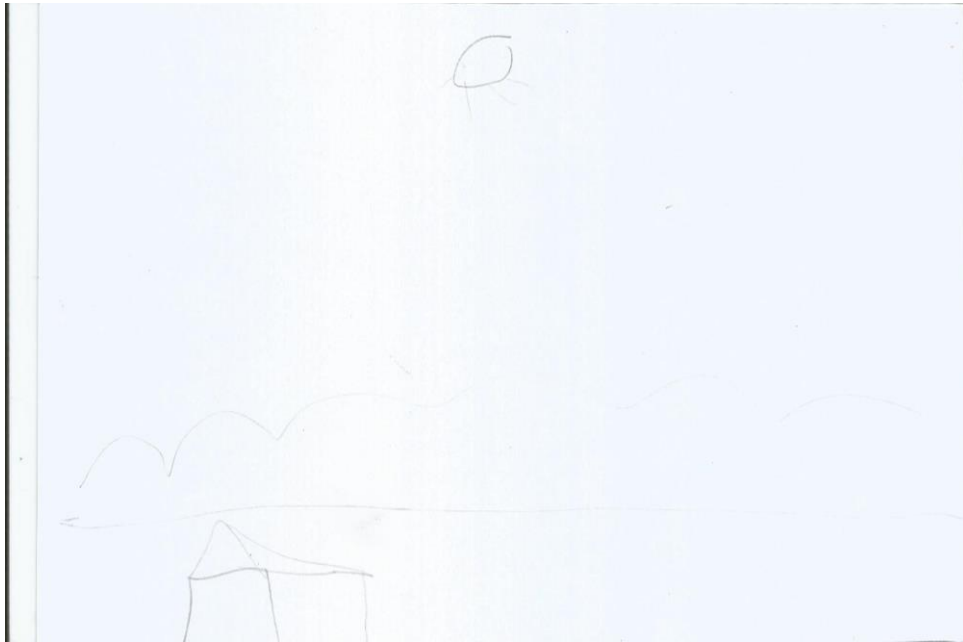
Diante disso, ressalto eu:

“Gente o objetivo da atividade não é a produção de obras de artes, e sim a representação dos nossos sonhos. Observando o desenho de (E.) e (K.), detecta-se que (E.) parece possuir uma maior habilidade para desenhar, o que permite mais destaque ao desenho dela. Porém (K.), de modo algum seu desenho não ficou bom, pelo contrário, está muito bonito e caprichado,

comprovando tanto o seu desejo quanto de (E.), de irem em busca desse sonho, vocês querem a realização desse sonho! É isso que importa! Parabéns!”

Ao voltar meus olhos a (J.), que não pode dar muita atenção à atividade da oficina, por estar fazendo a segunda chamada da prova de arte, deparo-me com um desenho mal feito, pouco caprichado pela falta de tempo, porém a descrição do autor é bem singela:

“Ah professora, uma casinha, só uma casinha...”



E assim nos dirigimos à produção de (U.) na qual encontramos uma casa decorada pelas cores do Flamengo. (U.) diz querer morar sozinho e poder receber a visita de muitas mulheres. E também ao lado de sua casa faz uma rodovia que ele sinaliza ser por onde irá fugir se precisar.



Eu sorrio e faço menção a uma obra de Van Gogh chamada *A Casa Amarela*, pintada em 1888. Digo-lhe que Van Gogh morou nesta casa quando deixou Paris e lá trabalhava com outros artistas, com cada um tendo seu próprio quarto. Porém ao fundo da tela, no lado direito é possível perceber a presença de um viaduto, com um trem acima, que poderia estar articulado também a uma possibilidade de fuga.

A presença de uma rota de fuga no desenho de (U.) que foi associada ao que também era representado na tela de Van Gogh possibilita pensar a respeito do que Andrade et.al (2023) em harmonia com Lacadée (2011) expõem quando relatam que a adolescência requer tempo, tempo para errar tanto no que condiz ao erro, quanto à errância. Isso porque a reedificação desse lugar simbólico é suscetível a desacertos, alteração de destinos e dúvidas, de maneira que errar e situar-se na errância se farão em atos pertencentes a esse tempo. O impasse reside no fato de em nossa cultura não serem ofertados suportes para tal travessia, deixando-a em muitos dos casos seguida de angústia por não existir referência simbólica que alicerce esse excesso de gozo do qual é necessário o adolescente apodera-se, não tendo o Outro constantemente para dizer-lhe o que é melhor, quais devem ser suas vontades, quem ele deve se tornar, e sim o Outro constituindo-se numa referência através da qual é cabível ao adolescente se guiar ou não.



Seguimos então para o último desenho feito pelo (P.), que ficou todo tempo completamente entretido tentando reproduzir no papel uma foto de seu celular.

Especificamente neste dia, (P.) estava mais quieto, menos comunicativo, até entristecido, o que me leva, a perguntá-lo, o que tinha desenhado:

“Desenhei minha festa de quatro anos, o tema foi Shrek, minha tia estava viva e eu sinto muita saudade dela.”



Percebo que seus olhos lacrimejam, o abraço, e nesse momento essa minha interação com o (P.), parece sensibilizar a turma, e ao saírem uns se despedem de mim com um abraço, e outros com um tchau ou um obrigado bem carinhoso, possibilitando-me a crença de que um afeto, um laço tinha se feito entre eu e eles ao término da oficina.

No transcorrer das oficinas, que contaram com rodas de conversas e com atividades que desassemelhavam-se das quais os alunos estão acostumados a desempenhar em seu dia a dia, percebeu-se a preponderância de um bem-estar entre os educandos, pois mesmo registrando-se sinais de conflitos entre eles em determinados momentos, na maioria do tempo mostravam-se comprometidos ao que estava ocorrendo sem a sensação de ter que realizar as oficinas por obrigação. Eu, enquanto percebia tal panorama não conseguia deixar de lembrar do que Freud no ano de 1910 destacou ao participar de um Colóquio em Viena sobre o Suicídio quando recorrentes casos de suicídio eram verificados entre alunos de escolas secundárias. Neste evento precisamente no que tangia a intervenção da escola sobre o “desejo de viver”, Freud afirma: “A escola não pode adjudicar-se o caráter de vida: ela não deve pretender ser mais do que uma maneira de vida” (FREUD,1910/1996, p.245). Ao revelarem seus “pesos”, “medos”, “força” através da análise das telas da Tarsila, ao confabularem as possíveis causas que inclinam as pessoas ao suicídio e às autolesões valendo-se da biografia de Vicent van Gogh, e ao projetarem seus sonhos de vida

inspirando-se na obra surrealista de Salvador Dalí, aqueles alunos estavam resgatando e revelando elementos totalmente articulados ao viver e à relações sociais, que tanto influem no trabalho de elaboração psíquica característico dessa transição que é a adolescência, não podendo está ter sua culminância em morte, mas sim em vida, em desejo, em sonhos.

Como retrata Kohan (2021) também sonhando com uma sociedade sonhadora está a educação em direitos humanos. No seio desta sociedade, todos aqueles que dela fazem parte sonham, amam e têm gosto em viver. Nela, é incumbido a educação, sempre alimentar o despertar, a curiosidade, de modo que nossa meninice marcada pelo eterno ímpeto de perguntar jamais faleça! Mia Couto pensando a poesia, aproxima-se de Paulo Freire quando pensa a educação. Para o poeta se desejarmos um mundo mais nosso, mais solidário, precisaremos nos desarmadilhar do tempo lineal, quantitativo que severamente nos esquadrinha dentro das instituições de ensino. Nestas instituições, o tempo presente, o viver, se dilui, pois a ordenação do tempo se desdobra num continuum onde só se prioriza passado e futuro, inclinando-se ao tempo das idades que passa a representar a temporalidade de uma vida categorizada essencialmente por etapas e fases. A luz de tal ótica, nosso viver definha-se preso a um repertório de movimentos qualitativamente iguais e desinteressantes. Trata-se de um tempo extirpado de qualidade que ao calcar-se na dimensão quantitativa dos movimentos, e não qualitativa, orchestra a vida, as instituições, delimita e dosifica, ao custo da vida ficar submetida à uma linearidade na qual o novo nunca chega, a sequência é severamente respeitada e a reversão desse doentio processo, impossível!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a travessia que é a adolescência não podemos deixar de salientar que esta abarca uma condição de vulnerabilidade única, já que comendo o escopo da passagem da infância para o mundo adulto convive-se com perdas e com o trabalho de luto que não se restringe à perda da condição de criança, levando junto os ideais associados às primeiras identificações construídas no seio familiar e a busca por novos laços no meio social mais amplo.

Quando voltamos nosso olhar para jovens desfavorecidos financeiramente precisamos saber que em suas subjetividades duas vulnerabilidades são inscritas, requerendo de imediato um trabalho psíquico para um duplo desamparo, sendo um, provindo da condição adolescente na qual a dimensão da perda ganha relevo, e outro peculiar à condição de vulnerabilidade social em que se encontram. Presencia-se uma juventude que, além de conviver com toda sorte de atravessamentos oriundos da ausência de recursos do Estado oferecidos a ela, usurpando-lhes educação, saúde, moradia digna e liberdade de ir e vir, ainda enfrenta toda violência própria dos territórios onde residem.

Especificamente no que tange à educação, fazendo parte do dia a dia das escolas públicas nos últimos anos, testemunha-se a constante falta de estrutura do Estado, que não prioriza as atribuições das redes de proteção à infância e à adolescência, e se submete ao discurso neoliberal no qual a ideia de um estado mínimo é espalhada, prejudicando efetivamente a rede pública. Como não ser acometido por um sentimento de desamparo, que é comum a adolescência, mas que vem sendo revitalizado pelo pouco acolhimento das diversas instituições presentes no território, destacando-se dentre essas, a escola? Os jovens sob essa conjuntura ficam com sua esperança no futuro esgarçada, tendo suas vidas marcadas pela incerteza quanto ao futuro, pela desestabilização de seu sentimento de acolhimento e pertencimento social, e pelas precárias condições de ensino. Daí, a não surpresa de encontramos no decorrer das oficinas as seguintes respostas sobre o que podiam para eles simbolizar “pesos” e “medos”: “ não ter um futuro bom”; “ ser alguém no futuro”; “ escola”; “desemprego”; “ conciliar trabalho e estudos”; “ de não realizar meus sonhos”; “ não conseguir um futuro bom, não tirar uma nota boa no Enem e me frustrar e meus pais também; rejeição, abandono; tenho medo de sofrer acidente; “medo de perder as pessoas que amo” (Crônica 13/10/2022).

A exposição de tais respostas só foi possível pela construção de um espaço de acolhimento que neste momento se constituiu, afugentando-se de toda metódica ordem que vem caracterizando as escolas, um território que transcendia sua função de recurso, para se fazer em refúgio. Ali estávamos tendo por único objetivo falar de nossos sentimentos para tentar melhor compreender a influência desses sobre nosso viver. Ali estávamos costurando laços, comendo e indo ao encontro de um território, valendo-nos de nossos modos de organização, articulação, de resistência e de sobrevivência que passaríamos a engendrar no conduzir de nossas oficinas, no nosso cotidiano.

Nestas oficinas, detecta-se a potência da escola em poder muitas vezes identificar e tratar algumas situações que geram sofrimento psíquico, tendo-se assim a possibilidade de evitar culminâncias mais graves como as autolesões e o suicídio. Geralmente quando a família se dá conta, ou é comunicada pela escola a realizar um encaminhamento ao serviço de saúde especializado, o quadro vivido pelo adolescente já se encontra gravemente latente demonstrado em sua forte inclinação para se autoviolentar. Preliminarmente, faz-se necessário que crianças e adolescentes tenham acessos a espaços qualificados de fala e escuta, de modo que eventos traumatizantes não sejam concebidos como atos corriqueiros. É mister viabilizar ao adolescente a fala sobre como se sentiu se, por acaso, algum colega tentou suicídio. Em não poucos casos, várias instituições de ensino optam pelo silêncio quando a questão é o suicídio, posicionamento que se torna problemático. E mesmo não havendo um acontecimento de fato que se reporte ao assunto no interior da instituição educativa, pode-se realizar a sensibilização sobre a questão, sugerindo rodas de conversa que abarquem de forma sutil e criativa os riscos de um sofrimento psíquico muito acentuado, por exemplo.

Enquanto coordenadora das oficinas, pude também me conscientizar de que quando é sugerido uma roda de conversa não cabe ao pesquisador que a está conduzindo, um tom moralista sobre o que é falado. Naquele momento, o jovem está exprimindo sua experiência particular de sofrimento, não devendo receber nenhum tipo de julgamento. Calcar-se em parâmetros do que seria correto ou incorreto no que tange à situação tratada não é nada necessário nesse momento. É preciso que o adolescente, ao expressar sua dor, naquele território perceba que além de estar ali com outros pares que passam por sofrimentos semelhantes, há também adultos aptos a acolherem-no, incentivando-o a procurar ajuda profissional para seu caso, se for preciso.

Da mesma forma que defendemos a elaboração de espaços de legitimação das falas dos educandos, também reivindicamos espaços como esses para os educadores, tendo tais profissionais uma hora reservada entre as atividades pedagógicas para tratarem do assunto abarcando suas dificuldades em conviverem com o sofrimento psíquico dos alunos, além de outras situações conflitivas que se dão em sala de aula. O compartimento de tal pauta entre os educadores, além de contribuir para um arrefecimento das angústias do professor, permite uma procura de todos os envolvidos por mecanismos de intervenções futuras comuns ao ambiente escolar.

Revigorando a intersectorialidade no campo da saúde está o sancionamento pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 16 de janeiro de 2024, do Projeto de Lei que estabelece a Política Nacional de Assistência Psicossocial nas Comunidades Escolares. Em reportagem do jornal Brasil de Fato, publicada também na data de instituição do Projeto, informa-se que o intuito de tal iniciativa é incorporar ações de educação, saúde e assistência social em prol da saúde mental. O texto presume medidas intersectoriais envolvendo serviços de educação, saúde e assistência social de modo a conferir

atenção psicossocial à toda comunidade escolar, isto é, ao corpo de estudantes, professores, profissionais da escola em sua generalidade, e aos pais e responsáveis dos educandos.

A legislação institui que se ofereça serviços de atenção psicossocial nas escolas, juntamente com espaços de reflexão e comunicação. Os alunos assim como os demais membros da comunidade escolar são chamados a participar de forma ativa no planejamento das ações. A Política explicita abertamente a relevância de atuação da escola no desenvolvimento, prevenção e atenção psicossocial, ainda que não se limite a trabalhos somente dentro das escolas, abarcando também o compartimento de informações para alertar a sociedade a respeito da essencialidade dessa especificidade de cuidado. Nessa lei, está conjecturada a associação da nova política com o Programa Saúde na Escola (PSE), que elaborado em 2007, na segunda administração Lula da Silva, tem por meta viabilizar a integração e articulação contínua entre educação e saúde. Aos grupos de trabalho filiados ao PSE caberá o engendramento das atividades do novo programa, e terão a possibilidade de contar com o suporte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). E ainda é previsto pela legislação recém-sancionada que a União seja incumbida em realizar ações e fornecer o subsídio para que os grupos do trabalho do PSE possam colocar em exercício a nova política que priorizará os investimentos nas regiões mais pobres do país.

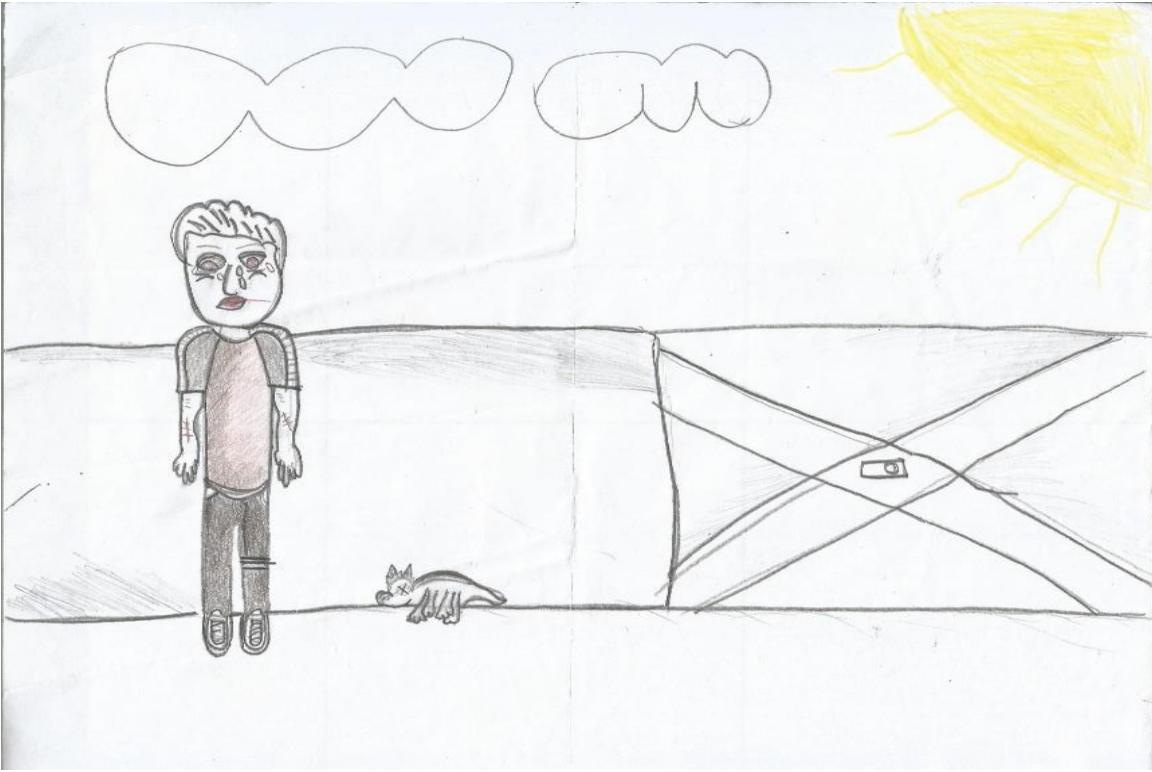
Frente ao exposto, não é difícil notar que o sofrimento que inúmeras crianças e adolescentes manifestam no ambiente escolar, cada um de uma forma individual, pode estar ligado a um contexto sociopolítico mais amplo do país e/ou de sua comunidade, bem como à violação de direitos a que os educandos e suas famílias se encontram submetidos. Dessa forma, a saúde mental não deve ser tomada de forma particularizada, por meio da busca por diagnósticos individuais e pela patologização de toda forma de sofrimento, mas sim vista como uma área que abarca também o coletivo, já que perfazendo uma relação mútua estão os processos de geração das doenças quanto os de (re)produção de questões e antagonismos da sociedade em si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, S. (2010) O adolescente e o Outro. (p. 09-17) Rio de Janeiro: Zahar.
- ANDRADE, et.al. Adolescência, escola e o tempo na pandemia. APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. Da Educação, Vitória da Conquista, n.30, p. 14-31p, jul./dez, 2023. Disponível em: <bit.ly/3SV9Ung>. Acesso em: 10 jan.2023.
- BELTRAME, Marina Maria; BOARINI, Maria Lúcia. Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi. Psicologia: ciência e profissão, v. 33, p. 336-349, 2013.
- BIRMAN, Joel (2012). Sujeito na contemporaneidade: Espaço dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. Boletim Epidemiológico 2021; 52: 1-10. Disponível em: < bit.ly/3ulmxPW >. Acesso em: 24 jan.2023.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016.Boletim Epidemiológico, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/36R9ohV>. Acesso em: 24 jan.2023.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Perfil epidemiológico das tentativas de óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. Boletim Epidemiológico 2017; 48: 1-14. Disponível em: < bit.ly/3I6jz5j >. Acesso em: 24 jan.2023.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Editora da Fenabb, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União , Brasília, 1996.
- BROIDE, J. & Broide, E. Notas para um trabalho grupal. In: Broide, J. & Broide, E. A psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções. 2a Edição. São Paulo: Ed Escuta, 2016.p.51-59.
- CANAVÊZ, Fernanda, & Câmara, Leonardo. (2020). O laço social contemporâneo a partir da experiência adolescente. Estilos da Clínica, 25(2), 264-279. Disponível em: < bit.ly/3OPIyxz>. Acesso em: 15 set.2023.
- CARNEIRO, C. e COUTINHO, L. G. Infância, adolescência e mal-estar na escolarização: estudo de casos em psicanálise e educação /. Prefácio de Lucia Rabello de Castro. - 1. ed. - Rio de Janeiro : NAU Editora, 2020.
- CARNEIRO, C.; COUTINHO, L. Pesquisa intervenção, subjetivação e construção de saber. In: NICOLACI-DA-COSTA, A. M.; ROMÃO-DIAS, D. (orgs). Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013. p.121-142
- CASTRO, L. Rabello de. Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. Em L. R. de Castro e V. L. Besset (orgs.), Pesquisa-intervenção na infância e juventude, págs. 21-42. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2008.
- CATINI, Carolina de Roig. PARA A CRÍTICA DA EDUCAÇÃO NEOLIBERAL: ENTREVISTA COM CHRISTIAN LAVAL. ETD - Educ. Temat. Digit. [online]. 2020, vol.22, n.4 [citado 2024-02-17], pp.1031-1040. Disponível em: < bit.ly/3SHc8Gw>. Acesso em: 16 fev.2023.
- CONJUVE, Juventudes e a Pandemia do Coronavírus – 2ª edição, Fundação Roberto Marinho, Rede Conhecimento Social, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Em Movimento, Visão Mundial, Mapa Educação e Porvir está licenciada com uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 Internacional, 2021.
- COUTINHO, L. G et al. Desamparo e laços sociais na escola: uma oficina com adolescentes da rede pública. Cad. Psicanál. (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 42 n. 43, p.117 -136, jul./dez. 2020.
- COUTINHO, L. G. (2005). A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. Pulsional: Revista de Psicanálise, 17(181), 13-19.
- Coutinho, L. G. (2009). Adolescência e errância: destinos do laço social no contemporâneo. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ.

- COUTINHO, Luciana Gageiro; REGUFE, Paula Fonseca; FARIAS, Leila Martins. Expressões do desamparo na escola: vulnerabilidades sociais e impactos na adolescência. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 30-43, jan./jun. 2022.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. (2008). Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. (2008). Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.
- FARIA, R. M., & BORTOLOZZI, A. (2009). Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil. *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, 17.
- FAUSTINO, Deivison. O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. *Clín. & Cult.*, Dez 2019, vol.8, no.2, p.82-94. ISSN 2317-2509.
- FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahos; CID, Maria Fernanda Barboza; SPERANZA, Marina; COPI, Cleonice Guerrero (2019) A intersectorialidade no campo da saúde mental infanto-juvenil: proposta de atuação da terapia ocupacional no contexto escolar. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(2), 454-461. Disponível em: < bit.ly/48lpY76>. Acesso em: 10 fev.2023.
- FREUD, S. (1910). Breves escritos: contribuições para uma discussão acerca do suicídio. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 245-246. (ESB, 11).
- FREUD, Sigmund. Algumas Reflexões sobre a Psicologia do Escolar. In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (Vol. XIII). Rio de Janeiro: Imago , 1996c. P. 251-258. [1914].
- FRIEDEMANN, A.; NARVAEZ, J. O impacto da escola na ideação suicida de adolescentes. *Estilos da Clínica*, v. 25, n. 3, p. 471-487, 2020.
- GUTIERRA, B. C. *Adolescência, Psicanálise e Educação: O Mestre “Possível” de Adolescentes*. São Paulo: Avercamp, 2003.
- HAESBAERT e Glauco Bruce, R. (2002). A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. *Geographia*, 4(7), 7-22. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419>
- HONORATO, Lucas Tavares. Territórios em loucura: analisando a normativa jurídica que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). In: MOTA, Adeir Archanjo da; ROMA, Cláudia Marques (org.). *Contextos geográficos, saúde mental e violências: das pessoas ao território e do território às pessoas*. Mato Grosso do Sul: UFGD, 2020. p. 17-46.
- KLAUTAU, Perla; MACEDO, Maria Manuela Dias Ramos de e SINISCALCHI, Marcella. Juventude e Desamparo: relato de uma pesquisa intervenção. *Educ. Real*. [online]. 2021, vol.46, n.1, e109164. Epub 08-Jun-2021. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-6236109164>.
- KOHAN, W. Quantos anos tem Paulo Freire?. *Educação: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 31, n. 64, p. e29[2021], 2021. DOI: 10.18675/1981-8106.v31.n.64.s16172. Disponível em: < bit.ly/49jJWAJ>. Acesso em: 16 out.2023.
- LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo e YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde em Debate*, v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014Tradução.. Disponível em: < bit.ly/3ORoSJx>. Acesso em: 15 jan.2023.
- MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n.3, p.898-906,2005.
- ROSA, Miriam Debieux. *Psicanálise Implicada Vicissitudes das Práticas Clinicopolíticas*. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Porto Alegre, v. 41, p. 29-40, 2013.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L.; SOUZA, M.A.(Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC,1994.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal)*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Live life: an implementation guide for suicide prevention in countries*. Geneva: World Health Organization, <https://apps.who.int/iris/handle/10665/341726> (2021, accessed 2 September 2021).

ANEXOS**1. Produções referentes à oficina realizada em 2018**





2. Termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(para os pais)

Dados de identificação:

Título do Projeto: Educação para a vida

Pesquisadoras Responsáveis: Luciana Gageiro Coutinho e Cecília Rios

Instituição a que pertencem o Pesquisador Responsável: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Telefones para contato: (21) 2511-5837 – (21) 93485868.

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos R.G. _____

Responsável legal (quando for o caso):

R.G. Responsável legal: _____

O(a) adolescente _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Educação para a vida”, de responsabilidade da professora/pesquisadora Luciana Gageiro Coutinho. A pesquisa visa investigar a relação entre a adolescência e os laços sociais, dentro e fora do contexto escolar, seja entre os próprios jovens, seja no que diz respeito à relação que eles estabelecem com a escola e seus representantes. O projeto visa compreender a relação entre o aumento de sofrimento psíquico entre os adolescentes e o contexto social em que se inserem. Será realizado através da participação em 4 rodas de conversa realizadas no Colégio Estadual Raul Vidal, no turno para o qual o(a) adolescente está matriculada. Embora o convite à fala no coletivo possa suscitar alguma ansiedade para o jovem, trabalhamos com a suposição de que a narrativa e a possibilidade de compartilhar experiências pode auxiliar no processo subjetivo em curso na adolescência, com suas repercussões psíquicas e sociais.

Sua participação é voluntária, estando a equipe à disposição para esclarecimento de quaisquer dúvidas a respeito do trabalho. O presente consentimento voluntário poderá ser retirado a qualquer momento sem prejuízos para a continuidade da vida escolar do jovem. Os pesquisadores da equipe do projeto garantem a confidencialidade das informações geradas e a privacidade dos adolescentes participantes da pesquisa, que não serão identificados quando os resultados forem apresentados. Os participantes de pesquisa, e comunidade em geral, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFF (Humanas), para obter informações específicas sobre a aprovação deste projeto ou demais informações:

Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha GRAGOATA UF: RJ Município: NITEROI. CEP: 24.210-346
 Telefone: (21)3674-7669. E-mail: cephumanasuff@gmail.com

O presente termo deverá ser assinado e rubricado em cada uma de suas páginas tanto pelo(s) participante(s) quanto pelo pesquisador responsável(s), em duas vias, sendo que uma delas ficará retida com o pesquisador responsável e a outra com os senhores (as) responsáveis pelas crianças/adolescentes participantes da pesquisa.

Eu, _____, RGnº _____,
 responsável legal por _____, RGº _____,
 declaro ter sido informado e concordo com a sua participação, como voluntário, no
 projeto de pesquisa acima descrito.

Niterói, ____ de _____ de _____

 Nome e assinatura do voluntário ou seu responsável legal

 Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

 Testemunha

 Testemunha

3. Mommentos referentes às oficinas realizadas em 2022

